

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP**  
**Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Campus de São José do**  
**Rio Preto - SP**

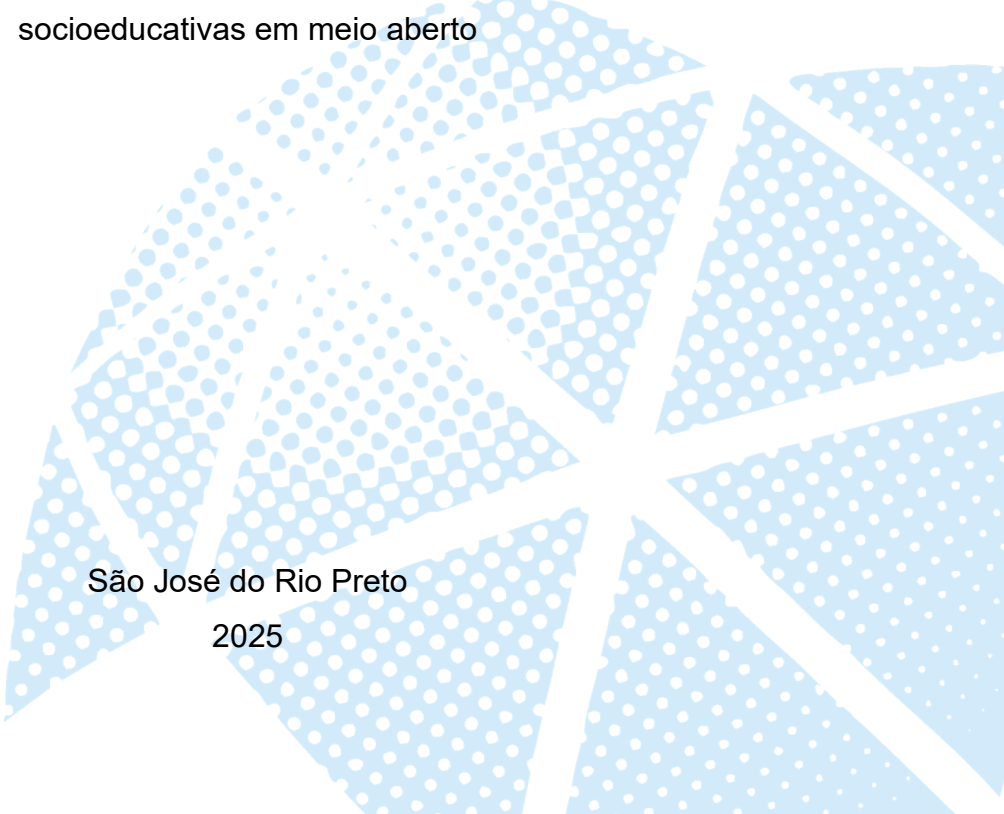
**MONICA COSTA BUENO DE ARAUJO**

**APRENDIZAGEM POR PROJETOS SOCIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À**  
**COMUNIDADE:**

Uma proposta de intervenção com adolescentes em cumprimento de medidas  
socioeducativas em meio aberto

São José do Rio Preto

2025



**MONICA COSTA BUENO DE ARAUJO**

**APRENDIZAGEM POR PROJETOS SOCIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À  
COMUNIDADE:**

Uma proposta de intervenção com adolescentes em cumprimento de medidas  
socioeducativas em meio aberto

Dissertação apresentada à Universidade  
Estadual Paulista (UNESP), Instituto de  
Biociências, Letras e Ciências Exatas, São  
José do Rio Preto - SP, para obtenção do  
título de Mestre em Ensino e Processos  
Formativos.

Área de Concentração: Humanidades,  
Linguagens e Ciências Sociais

Orientador(a): Prof. Dr. Luciana  
Aparecida Nogueira da Cruz

São José do Rio Preto

2025

A663a      Araujo, Monica Costa Bueno de

            Aprendizagem por Projetos Sociais e Prestação de Serviços à Comunidade :  
Uma proposta de intervenção com adolescentes em cumprimento de medidas  
socioeducativas em meio aberto / Monica Costa Bueno de Araujo. -- São José  
do Rio Preto, 2025

            157 p.

            Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto  
de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto

            Orientadora: Luciana Aparecida Nogueira da Cruz

            1. Medidas Socioeducativas. 2. Prestação de Serviços à Comunidade. 3.  
Aprendizagem-serviço. I. Título.

**MONICA COSTA BUENO DE ARAUJO**

**APRENDIZAGEM POR PROJETOS SOCIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À  
COMUNIDADE:**

Uma proposta de intervenção com adolescentes em cumprimento de medidas  
socioeducativas em meio aberto

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto - SP, para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos.

Área de Concentração: Humanidades, Linguagens e Ciências Sociais

Data da defesa: 25/07/2025

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Luciana Aparecida Nogueira da Cruz  
UNESP - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Campus de São José do Rio Preto - SP

---

Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza  
UNESP - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - Campus de São José do Rio Preto - SP

---

Prof. Dr. Débora Cristina Fonseca  
UNESP - Instituto de Biociências - Campus Rio Claro - SP

*Dedico este trabalho ao meu tio Percival, que por toda sua vida acreditou que a  
educação transforma.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu tio Percival. Meu padrinho, maior incentivador e torcedor, desde que nasci. Sempre presente, sempre força, para sempre comigo.

Agradeço aos meus pais, Iramil e Lucilena e ao meu tio Vinícius, por sempre acreditarem em mim. Às minhas irmãs, Aline e Vitoria, por todo incentivo. Ao meu esposo e companheiro, Raphael, pela paciência e apoio ao longo desse trajeto.

Gratidão especial à minha orientadora Luciana, que desde o início esteve presente e acreditou na construção de uma alternativa para os adolescentes em situação de vulnerabilidade. Agradeço também aos professores Leonardo Lemos de Souza, Ana Maria Klein e Débora Cristina Fonseca por contribuírem tanto para o processo da pesquisa. Gratidão ao Programa de Ensino e Processos Formativos do IBILCE/UNESP e todo corpo docente, que me proporcionou experiências e aprendizados para toda vida.

Agradeço aos colegas profissionais da Assistência Social, em especial à coordenação da Proteção Social Especial e às equipes dos CREAS, que sempre se preocuparam com o atendimento oferecido aos adolescentes e contribuem tanto com a construção de políticas públicas de direito.

Agradeço ainda às minhas amigas, em nome da Isabela e Marina, que caminharam comigo ao longo de todo o processo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001, à qual agradeço pelo incentivo tão importante deste processo acadêmico.

Por fim, agradeço a todos os adolescentes que atendi ao longo da minha trajetória profissional, que me ensinaram todos os dias que podemos fazer melhor.

## RESUMO

O presente estudo partiu, a princípio, da inquietação em relação às metodologias de trabalho aplicadas no contexto da socioeducação, especialmente na atuação com adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Esta pesquisa, de natureza social, qualitativa e exploratória, tem como objetivo analisar o potencial socioeducativo de uma intervenção baseada na metodologia da Aprendizagem por Projetos Sociais (APS), desenvolvida no contexto da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), com base na percepção dos adolescentes e dos atores envolvidos. A intervenção é implementada por meio de um projeto desenvolvido em parceria da Secretaria Municipal de Assistência Social e o IBILCE/UNESP para execução da PSC. A metodologia da pesquisa é composta por entrevistas semiestruturadas com adolescentes em cumprimento de PSC que participaram do projeto, dos diários de campo dos estudantes participantes e dos registros das reuniões de planejamento. Os resultados indicaram que, apesar do projeto ainda em fase inicial de implementação e ajustes, o uso da metodologia de APS no cumprimento de PSC configura-se como uma alternativa metodológica promissora, que supera práticas punitivistas e reforça a dimensão pedagógica e formativa das medidas socioeducativas.

**Palavras-chave:** aprendizagem-serviço; medidas socioeducativas; prestação de serviços à comunidade.

## ABSTRACT

The study presented is motivated by concerns regarding the work methodologies applied in the context of socio-education, especially the work with adolescents serving the socio-educational measures of Community Service, also known as Provision Service to the Community (PSC). This research, of a social, qualitative and exploratory nature, aims to analyze the socio-educational potential of an intervention based on the methodology of Service-Learning Projects, developed within the context of the PSC measure, based on the perceptions of the adolescents and other involved actors. The intervention is implemented through a project developed in partnership between the Municipal Social Assistance Secretariat and IBILCE/UNESP (São Paulo State University) for the execution of PSC. The research methodology consists of semi-structured interviews with teenagers serving PSC who participated in the project, field diaries from participating students, and records of planning meetings. The results indicated that, although the project is still in its initial phase of implementation and adjustments, the use of the service-learning methodology in the execution of PSC constitutes a promising methodological alternative that overcomes punitive practices and reinforces the pedagogical and formative dimensions of socio-educational measures.

**Keywords:** community service; service learning; youth criminal system.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                                                                |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Foto 1 - Registro fotográfico da entrada de adolescentes em cumprimento de PSC no Campus.                                                                      | 85 |
| Foto 2 - Registro fotográfico do processo de pesquisa sobre racismo durante as atividades do projeto de extensão.                                              | 92 |
| Foto 3 - Registro fotográfico de adolescente e estudante em visita à exposição fotográfica durante as atividades do projeto de extensão.                       | 92 |
| Foto 4 - Registro fotográfico de adolescente assistindo a filme sobre a temática de tráfico de drogas durante as atividades do projeto de extensão.            | 93 |
| Foto 5 - Registro fotográfico de cartaz elaborado pelos adolescentes e estudantes durante o projeto de extensão sobre o Janeiro Branco.                        | 94 |
| Foto 6 - Registro fotográfico da intervenção sobre saúde mental durante o mês do Setembro Amarelo.                                                             | 95 |
| Foto 7 - Material digital produzido por adolescentes e estudantes sobre o aniversário do município durante as atividades do projeto de extensão.               | 95 |
| Foto 8 - Material digital produzido por adolescentes e estudantes sobre o Dia Internacional do Combate às Drogas durante as atividades do projeto de extensão. | 96 |
| Foto 9 - Material digital produzido por adolescentes e estudantes sobre o tema racismo durante as atividades do projeto de extensão.                           | 96 |
| Foto 10 - Registro fotográfico de cartaz produzido pelos adolescentes e estudantes sobre religiões durante as atividades do projeto de extensão.               | 97 |
| Foto 11 - Registro fotográfico da apresentação do adolescente sobre tráfico de drogas durante as atividades do projeto de extensão.                            | 97 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – Perfil geral dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com base no Levantamento Nacional do SINASE de 2024. | 25  |
| Quadro 2 – Descrição das atividades de PSC                                                                                            | 55  |
| Quadro 3 – Publicações selecionadas nas bases BDTD e Periódicos CAPES                                                                 | 61  |
| Quadro 4 – Relação entre as perguntas do questionário semiestruturado e os objetivos específicos de cada pergunta                     | 79  |
| Quadro 5 – Transcrição das entrevistas com recorte das perguntas 7, 8, 9 e 10 do questionário semiestruturado                         | 107 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |                                                                    |
|----------|--------------------------------------------------------------------|
| APS      | Aprendizagem Por Projetos Sociais                                  |
| BDTD     | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações              |
| CAPES    | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior        |
| COMEC    | Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas                    |
| COVID 19 | Coronavirus Disease 2019                                           |
| CREAS    | Centro de Referência Especializado de Assistência Social           |
| CREPOP   | Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas    |
| ECA      | Estatuto da Criança e Adolescente                                  |
| FACED    | Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| IBILCE   | Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas                 |
| LA       | Liberdade Assistida                                                |
| MDHC     | Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania                        |
| OS       | Organização Social                                                 |
| OSC      | Organização da Sociedade Civil                                     |
| PSC      | Prestação de Serviços à Comunidade                                 |
| REFLEGIS | Referências Legislativas                                           |
| SEMAS    | Secretaria Municipal de Assistência Social                         |
| SINASE   | Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo                     |
| UFRGS    | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                          |
| UNESP    | Universidade Estadual Paulista                                     |
| VPN      | Virtual Private Network                                            |

## SUMÁRIO

|                                                                                                     |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO .....                                                                                  | 10 |
| 1.1 O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA .....                                                      | 10 |
| 1.1.1 A Prestação de Serviços à Comunidade como ponto de partida .....                              | 15 |
| 1.1.2 Aprendizagem por Projetos Sociais como caminho .....                                          | 16 |
| 1.2 OBJETIVO GERAL .....                                                                            | 18 |
| 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....                                                                     | 18 |
| 1.4. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO .....                                                               | 19 |
| 2 ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE SOCIAL E OS DESAFIOS NO CONTEXTO INFRACIONAL .....                  | 21 |
| 2.1 ADOLESCÊNCIA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO .....                    | 23 |
| 2.2 ADOLESCÊNCIA, PERSPECTIVAS DA PERSONALIDADE ÉTICA E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO .....              | 27 |
| 3 APRENDIZAGEM POR PROJETOS SOCIAIS COMO ALTERNATIVA METODOLÓGICA .....                             | 33 |
| 3.1 O PROCESSO DA APRENDIZAGEM POR PROJETOS SOCIAIS COMO PROPOSTA METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO ..... | 34 |
| 3.2 APS E A CONSTRUÇÃO DE VALORES .....                                                             | 36 |
| 3.3 A EDUCAÇÃO EM VALORES E PARA A CIDADANIA .....                                                  | 38 |
| 3.4 A METODOLOGIA DA APRENDIZAGEM POR PROJETOS SOCIAIS .....                                        | 39 |
| 3.5 A APS E ADOLESCENTES EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL .....                                          | 42 |
| 4 AS ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE .....                          | 45 |
| 4.1 AS ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS DA PSC NAS NORMATIVAS E DOCUMENTOS LEGAIS .....                    | 47 |
| 4.1.1 A PSC na Legislação Federal .....                                                             | 48 |
| 4.1.2 A PSC na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais .....                            | 51 |
| 4.1.3 A PSC e as Orientações Técnicas governamentais .....                                          | 52 |
| 4.1.4 A PSC nos documentos do Conselho Federal de Psicologia .....                                  | 56 |
| 4.2 A METODOLOGIA DE PSC NAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS .....                                          | 57 |
| 4.2.1 As atividades realizadas e as percepções dos jovens .....                                     | 63 |
| 4.2.2 PSC Coletiva e Territorial .....                                                              | 64 |
| 4.2.3 Socioeducação na PSC .....                                                                    | 67 |

|                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.2.4 Aproximações com as entidades acolhedoras de PSC .....                                           | 68  |
| 4.3 SÍNTESE INTEGRADORA .....                                                                          | 69  |
| 5 MÉTODO .....                                                                                         | 71  |
| 5.1 A CONSTRUÇÃO DA PARCERIA ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A UNIVERSIDADE ..... | 71  |
| 5.1.1 A organização e procedimentos de intervenção do projeto.....                                     | 72  |
| 5.1.2 Equipe que atua no projeto na universidade .....                                                 | 76  |
| 5.1.3 Adolescentes atendidos pelo projeto.....                                                         | 76  |
| 5.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....                                                                       | 77  |
| 5.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA .....                                                                    | 77  |
| 5.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....                                                             | 78  |
| 5.5 COLETA DE DADOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS .....                                                       | 81  |
| 6 RESULTADOS .....                                                                                     | 83  |
| 6.1 RELATO DAS ATIVIDADES DE APS COM OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE PSC .....                       | 83  |
| 6.1.1 Apresentação do campus da universidade .....                                                     | 83  |
| 6.1.2 Atividades realizadas para facilitação do vínculo entre estudantes e adolescentes .....          | 87  |
| 6.1.3 As escolhas dos temas e demandas trabalhadas .....                                               | 88  |
| 6.1.4 Explorando o tema e as demandas.....                                                             | 89  |
| 6.1.5 Respondendo às demandas .....                                                                    | 93  |
| 6.1.6 O processo de encerramento.....                                                                  | 98  |
| 6.1.7 Demais considerações e observações.....                                                          | 98  |
| 6.2 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS .....                                                  | 99  |
| 6.2.1 Percepção geral dos adolescentes .....                                                           | 100 |
| 6.2.2 Expectativas dos adolescentes em relação ao cumprimento da PSC.....                              | 101 |
| 6.2.3 Atividades realizadas durante o cumprimento da PSC .....                                         | 102 |
| 6.2.4 Participação dos adolescentes no projeto .....                                                   | 104 |
| 6.2.5 Intenção pedagógica e aprendizagem .....                                                         | 106 |
| 6.2.6 Demais observações e considerações.....                                                          | 111 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                           | 113 |

|                                                                                                                |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| REFERÊNCIAS.....                                                                                               | 117 |
| APÊNDICE 1 - MODELO DO DIÁRIO DE CAMPO.....                                                                    | 123 |
| APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....                                                        | 125 |
| ANEXO 1 - PROJETO CONVÊNIO ESPECÍFICO .....                                                                    | 126 |
| ANEXO 2 - PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA .....                                                            | 141 |
| ANEXO 3 - PROGRAMA DO CURSO DE EXTENSÃO: A METODOLOGIA DE<br>APRENDIZAGEM SERVIÇO EM AÇÕES EXTENSIONISTAS..... | 144 |

## 1 INTRODUÇÃO

Diante da experiência profissional no serviço de medidas socioeducativas em meio aberto no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), inúmeros desafios no atendimento às famílias e adolescentes aparecem como emergentes. O presente estudo partiu, a princípio, da inquietação em conjunto com as equipes técnicas de atendimento em relação às metodologias de trabalho aplicadas no contexto da socioeducação, especialmente na atuação com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Isto posto, é importante primeiramente destacar o percurso de todo o processo de construção da pesquisa, uma vez que essa estruturação ocorreu a partir de alguns anos de experiência de trabalho enquanto servidora pública no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), executado no CREAS, no município de São José do Rio Preto - São Paulo. Assim, posteriormente serão apresentadas as problemáticas e justificativas envolvendo o tema da pesquisa, bem como os objetivos gerais, específicos e a organização da dissertação.

### 1.1 O PERCURSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

As inquietações e reflexões que culminaram na pesquisa partem do ponto de vista de uma profissional da psicologia. Como psicóloga, o percurso até este momento foi - e continua sendo - a partir da ótica da análise das intervenções realizadas e do impacto na vida daqueles atingidos - ou não, de alguma forma, pelo meu trabalho. Durante a graduação, concluída na Universidade de São Paulo - USP, a construção das concepções que me guiaram ao longo da minha trajetória profissional foi constituída a partir de revisões constantes da prática profissional. Sendo assim, ao ingressar como psicóloga, servidora pública no município de São José do Rio Preto/SP e técnica de referência em uma política pública que atua diretamente com vulnerabilidades e riscos sociais, me vi diante de intensas construções e reconstruções no campo de minha atuação profissional. Digo isso pois fui colocada

para atuar na execução como técnica no Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), no campo de atuação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em um contexto peculiar de início da execução em sua totalidade deste serviço pelo município.

Tendo em vista as prerrogativas legais de municipalização dos serviços socioeducativos, conforme previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012), no ano de 2018, houve um reordenamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, com alterações no modo de funcionamento de diversos equipamentos públicos da secretaria. Entre eles, o serviço de medidas socioeducativas foi integrado em sua totalidade à execução pelo município. Anteriormente, a medida socioeducativa de Liberdade Assistida era executada em uma Organização da Sociedade Civil (OSC) e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) já era inscrita nos CREAS. Dessa forma, foi necessário a criação de equipes de referência que se voltariam à execução deste serviço em sua totalidade, com vistas a fortalecer e consolidar este trabalho no município.

Diante desse contexto, alguns desafios encontrados nesse período merecem destaque. No âmbito da Política de Assistência Social há, até como forma de executar esta política pública, a necessidade de os trabalhadores serem, de forma incansável, estimulados e impelidos ao pensamento crítico das ações desenvolvidas e a trabalhar com a finalidade de alcançar a garantia de direitos fundamentais e básicos para a população atendida. Nesse sentido, houve então uma retomada no estudo de documentos legais que embasam as atuações e da literatura que trata sobre o tema.

Nesse cenário, ao mesmo tempo em que o processo de implantação do serviço ocorria, os atendimentos à população continuavam. E aqui, a prática se confronta com a teoria. No atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, a atuação perpassa não somente à vida desses indivíduos e famílias, mas também na análise de conjuntura da sociedade no âmbito da construção das políticas públicas, além da intrínseca relação, muitas vezes conturbada, com o judiciário. A estruturação do sistema que, em suma, deveria ser garantidor de direitos humanos básicos a essas famílias, muitas vezes passa a ser ratificador das desigualdades e exclusão social desses adolescentes.



Nos atendimentos, ao me deparar com as histórias e narrativas de vidas desses adolescentes, fica evidente o processo contraditório da imposição do sistema socioeducativo como um todo. Costa (2016) realça a distância entre os valores formais trazidos pela medida socioeducativa no campo das prerrogativas legais e as concepções de vida e da realidade experienciada por estes adolescentes. Nesse sentido, o campo de vivência desse adolescente, por vezes, se coloca de forma a construir referências e normas próprias, onde as trajetórias se encontram com as estratégias para sobrevivência econômica e social, que podem se distanciar do plano normativo criado formalmente. É nessa distância que reside o desafio do trabalho no âmbito da medida socioeducativa, uma vez que as referências com as quais é preciso lidar formalmente, por vezes, não se encontram com as referências daquele sujeito. Afinal, aquele adolescente, sentado ao lado oposto de uma mesa de escritório, em uma sala de paredes brancas, de cabeça baixa e braços cruzados atrás do corpo, está ali para quê?

Quando retomadas as diretrizes e procedimentos legais, a execução da medida socioeducativa tem como objetivo, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2013):

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;
- Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2013).

O desafio do trabalho é, em resumo e de forma simplista, que o adolescente que praticou um determinado ato infracional não pratique mais e, para essa garantia, que se construam ao longo do acompanhamento, condições para que isso aconteça. Quando olhado sob essa ótica, fica evidente a grande responsabilidade da atuação

técnica, uma vez que, diante das realidades apresentadas por esses adolescentes, como seria possível a construção dessas condições?

Para responder a esses questionamentos, é importante um breve recorte sobre algumas dessas narrativas de vida que se apresentam a cada atendimento. Por algumas vezes, fui questionada e confrontada com realidades que não estão previstas em documentos legais ou teorias. Tais situações englobam desde a complexidade que atravessa cada indivíduo, até as vulnerabilidades econômicas e sociais, insegurança alimentar, defasagem escolar, contextos de violência extrema, dependência de substâncias psicoativas e sequelas físicas e psicológicas em decorrência de ferimentos por arma de fogo, por exemplo. Aqui, sobretudo, destacam-se algumas ausências e algumas presenças: a ausência da renda, a ausência do alimento, a ausência da escola, e, complementarmente, a presença da violência, a presença do sofrimento psíquico e a presença da dor.

Diante dessas ponderações, retomo o questionamento sobre as possibilidades de criação das condições de construção de projetos de vida diferentes daqueles que estavam já em curso na história dos adolescentes. Conforme Tosi (2005), as contradições que aparecem neste enquadramento são formas de reprodução das desigualdades:

Aparece sempre mais claramente - sobretudo para quem olha o mundo do lugar social dos excluídos - que o projeto dos direitos humanos como hoje se apresenta, não somente não é de fato universal, mas tampouco pode ser "universalizável", porque precisa reproduzir continuamente a contradição excluídos/incluídos, emancipação /exploração, dominantes/dominados (Tosi, 2005, p. 33).

O adolescente, ao passar pelo processo jurídico que envolve o ato infracional, até chegar à sala de atendimento no CREAS, experienciou, de forma incontestável, diversos atravessamentos que envolvem o processo de inclusão/exclusão determinado diante dessa estrutura. Ele passou a ter, em sua história, um marco que a maioria dos outros adolescentes, seus pares, não têm. E, por isso, vai precisar ainda experienciar outros diversos atravessamentos. Durante o processo de atendimento e acompanhamento, serão pontuadas as ausências das políticas públicas para promoção de direito que estão presentes nas histórias desses adolescentes, bem

como as presenças de algumas políticas públicas que acabam, por vezes, resultando em violências e evidenciando exclusões sociais.

A atuação perpassa por esses reconhecimentos, uma vez que é preciso saber e conhecer, até onde a atuação técnica permite, sobre aquele adolescente sentado ao outro lado da mesa de escritório, para que seja possível a construção de algumas intervenções durante o acompanhamento. As contradições, já levantadas neste texto, moram ao redor desse ponto. As intervenções precisam ser calcadas, conforme as prerrogativas legais, na ponte entre o adolescente e seu futuro, com vistas à superação das condições que levaram o adolescente a cometer o ato infracional.

Sendo assim, a dificuldade e a inquietação durante a atuação com esses adolescentes permanecem naquela primeira questão: para que esse adolescente está aqui?

Certa vez, ao me deparar com um aumento da violência entre os adolescentes no município, que envolvia conflitos armados entre territórios, e buscando entender a origem e os porquês disso que os adolescentes chamam de “guerra”, perguntei para um adolescente durante o atendimento o que podemos fazer, enquanto Serviço de Medidas Socioeducativas. A resposta foi algo como: “a primeira coisa que a senhora precisa fazer é conhecer a gente. Vamos sentar lá fora, tomar um guaraná, conversar sobre a vida, sem cobrança”.

Essa resposta me abriu um leque de reflexões e questionamentos, afinal ele me apontou algo que, a princípio, parece básico no acompanhamento socioeducativo: é preciso conhecer, sem cobranças. E é aqui que muitas vezes há o encontro entre aquilo que é previsto no campo acadêmico ou legal e aquilo que é a realidade da vida. É sabido, por qualquer profissional que atua com medidas socioeducativas, que o universo de cada adolescente é único e vasto, onde incontáveis conjunturas de vida se apresentam de forma peculiar. Sendo assim, é preciso reconhecer que, por vezes, a equipe técnica se vê no encargo de buscar estratégias de intervenção que não estão escritas em nenhum documento ou texto acadêmico. Afinal, por vezes, é preciso procurar ensinar um adolescente que não sabe ler ou escrever a saber qual ônibus deverá entrar para chegar ao CREAS para atendimento ou até mesmo emplacar a defesa intransigente por um atendimento médico em um posto de saúde e, assim, fazer-se cumprir direitos básicos.

### 1.1.1 A Prestação de Serviços à Comunidade como ponto de partida

Esses contextos que se apresentam nos atendimentos, únicos e peculiares, levam as equipes técnicas de atuação a pensar o acompanhamento como um todo da medida socioeducativa em meio aberto, seja ela a Liberdade Assistida (LA) ou a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Porém, algo que sempre esteve presente nas preocupações tanto das equipes de atendimento, quanto das famílias e adolescentes atendidos, é a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. Afinal, é um tipo de intervenção que vai além do trabalho técnico da equipe do CREAS, envolvendo outros atores que atuam diretamente no acompanhamento do adolescente. Neste ponto, para que seja possível um aprofundamento nas questões que cercam a PSC, é importante o destaque para os principais documentos legais que ratificam essa medida socioeducativa.

A medida socioeducativa de PSC propõe o acompanhamento da equipe técnica com o adolescente, com os objetivos globais do atendimento socioeducativo, conforme o SINASE (Art. 1º, §2º):

- I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
- III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (Brasil, 2012).

A PSC tem como uma de suas condições a prestação de serviços do adolescente à comunidade, tendo como intermediação para seu cumprimento a participação de instituições da rede de parceria estabelecida pelos órgãos de execução da medida socioeducativa (públicas e/ou privadas), além da atribuição ao conceito de que o serviço deve ser prestado à comunidade e não à entidade. No Art. 117 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), ficam brevemente descritos referenciais:

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais (Brasil, 1990).

Sendo assim, destaca-se que, na PSC, o adolescente deve estar envolvido em atividades que não devem ser confundidas com formas de trabalho formal ou voluntário, além de haver a previsão de carga horária máxima de 8 horas semanais, sendo está definida a partir da sentença judicial (Brasil, 1990).

A partir desse panorama geral, e considerando que a equipe técnica esteve envolta a buscar novas alternativas de acompanhamento, especialmente da PSC, e que no atendimento e acompanhamento às famílias que possuem em sua convivência adolescentes autores de atos infracionais, ficou evidente a necessidade de um projeto de intervenção distinto daquele executado nos serviços. Afinal, havia o histórico, neste município, em campos de cumprimento de PSC, da realização de atividades que não eram construídas a partir de embasamentos teóricos e metodológicos.

Ocorreu então a aproximação da equipe técnica do CREAS com a universidade, em especial com o Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - IBILCE/UNESP, campus de São José do Rio Preto. Com a necessidade vigente de aprimoramento dos conhecimentos em relação à aplicabilidade das ações desenvolvidas no serviço, surgiram propostas de intervenção no sentido de inovação e aprofundamento dos estudos voltados ao atendimento deste público.

É nesse momento que surge o interesse do estudo da Aprendizagem por Projetos Sociais (APS), uma vez que a proposta tem a possibilidade de ir ao encontro das prerrogativas legais, além de oferecer alternativa teórico-metodológica no que se refere ao atendimento a esses adolescentes.

#### 1.1.2 Aprendizagem por Projetos Sociais como caminho

A Aprendizagem por Projetos Sociais, como forma de conhecimento e método educativo e pedagógico, tem como objetivo a realização de atividades voltadas à comunidade, que visem à conquista de conhecimentos e competências dos participantes, além do desenvolvimento de habilidades e valores:

El aprendizaje servicio, en tanto que actividad educativa que enlaza la adquisición de conocimientos y competencias con su aplicación práctica para la mejor realización de un servicio útil a la comunidad, tiene argumentos suficientes para cambiar el sentido del aprendizaje y el sentido de la ciudadanía. (Puig et al., 2007, p. 11).

Há, portanto, a preocupação de estabelecer uma forma de intervenção que possibilite o estímulo à participação e fortalecimento da comunidade, além de promover o sentimento de responsabilidade cívica ao buscar o envolvimento dos participantes com o ambiente no qual está inserido, nas mais diversas frentes de atuação. Nesse sentido, considera-se que o serviço, combinado com a aprendizagem, tem o potencial de acrescentar valores e transformar tanto os participantes das intervenções quanto a comunidade (Puig et al., 2007, p.15).

Considerando o público com o qual me deparei e com as possibilidades de intervenção e autonomia técnica adquirida na instituição, incluindo a viabilidade de ações não somente a partir de orientações e transmissão de informações, vislumbro nessa abordagem a possibilidade de permitir intervenções com o potencial de promover a construção de valores a partir da experimentação através de ações.

Sendo assim, foi construído pelas equipes técnicas e o Departamento de Educação do IBILCE/UNESP um projeto de intervenção que visa englobar as peculiaridades apresentadas pela PSC e propor uma forma de atuação que se aproxime das prerrogativas legais e de construção do conhecimento, a partir da criação de um convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto - SEMAS e o Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - IBILCE/UNESP. O convênio surgiu para a abertura do campus da universidade como local de cumprimento da PSC para os adolescentes e jovens, utilizando a APS como proposta metodológica de intervenção, e teve início no ano de 2023. Foi estruturado na Universidade por meio de um Projeto de Extensão, com a participação de estudantes de graduação como principais atores no desenvolvimento das intervenções.

Essa pesquisa, de natureza social, qualitativa e exploratória, se apresenta em um recorte da proposta do convênio, com o objetivo principal analisar o potencial socioeducativo da intervenção por meio da APS num contexto de PSC, com base na

percepção dos adolescentes e dos atores envolvidos. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender de que maneira a metodologia da APS pode contribuir para a medida socioeducativa de PSC ser mais participativa e significativa para os adolescentes e jovens.

A pesquisa pode contribuir para promover e divulgar a metodologia da APS, como proposta no campo de conhecimento metodológico em relação à execução em serviços de medidas socioeducativas em meio aberto. Além disso, ao considerar a percepção dos adolescentes e jovens atendidos, a proposta pode favorecer e estimular a participação ativa deste público na construção de propostas de intervenção junto aos serviços executores de medidas socioeducativas em meio aberto, bem como contribuir para a melhoria na qualidade do atendimento prestado aos adolescentes, uma vez que traz as contribuições sob a concepção do conhecimento científico.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar o potencial socioeducativo de uma intervenção baseada na metodologia da Aprendizagem por Projetos Sociais (APS), desenvolvida no contexto da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), com base na percepção dos adolescentes e dos atores envolvidos.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar a APS enquanto metodologia pedagógica no âmbito de atuação com jovens e adolescentes em vulnerabilidade e risco.
- Levantar a percepção de jovens e adolescentes que cumpriram PSC no IBILCE/UNESP.

- Conhecer a percepção dos estudantes de graduação que atuaram no projeto sobre o uso da APS no cumprimento da PSC.
- Destacar os aspectos da APS que podem contribuir para o cumprimento formativo da medida socioeducativa de PSC.

#### 1.4. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação será apresentada em forma de seções. Após a primeira seção, introdutória, na segunda seção, serão apresentados os conceitos sobre adolescência que serão norteadores do trabalho desenvolvido ao longo da pesquisa, a fim de proporcionar um melhor entendimento dos parâmetros adotados para elaboração das intervenções e fundamentar as análises posteriores do projeto.

Na terceira seção, será abordado o referencial teórico-metodológico utilizado para proposição da intervenção realizada, a APS, uma vez que é importante apresentar e aprofundar os paradigmas dessa metodologia pedagógica e os conceitos que são balizadores da proposta.

Na quarta seção, o tema abordado será referente ao panorama que envolve a socioeducação, com base no histórico dos paradigmas legais e publicações encontradas sobre a Prestação de Serviços à Comunidade, especificamente, através de uma análise documental. A finalidade desta seção é realizar um levantamento da trajetória das orientações relacionadas às propostas metodológicas de execução da PSC. Além disso, será realizado um levantamento bibliográfico sobre produções que envolvem algumas intervenções construídas pelas equipes de atendimento envolvidas com a Prestação de Serviços à Comunidade, a fim de identificar alguns caminhos metodológicos que levaram às equipes à propor inovações e intervenções no âmbito desta medida socioeducativa, uma vez que, por vezes, as propostas de intervenção são elaboradas pelas próprias equipes de atendimento.

Na quinta seção será realizada a apresentação da metodologia deste estudo, com a descrição do contexto e história local, que culminou na elaboração do projeto, além da trajetória da construção do projeto e da forma como ele está sendo aplicado. Será também abordada a metodologia de coleta de dados, que envolve análises dos diários de campo dos estudantes de graduação que atuaram no projeto, entrevistas



semiestruturadas com adolescentes que cumpriram a PSC na universidade e através de apontamentos das reuniões de planejamento das atividades desenvolvidas no projeto.

Na sexta seção, serão abordados os resultados da pesquisa e apresentadas as análises do estudo, através da análise de conteúdo, envolvendo a articulação desses resultados com as propostas teóricas apresentadas ao longo das outras seções, em específico a relação entre a metodologia pedagógica da APS e as referências da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade.

Na sétima e última seção, serão apresentadas as considerações finais da pesquisa, com vistas a realizar uma análise geral do estudo.

## **2 ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE SOCIAL E OS DESAFIOS NO CONTEXTO INFRACIONAL**

Para iniciar a discussão sobre qual adolescência está sendo discutida nesta pesquisa, é necessário, à princípio, a apresentação de algumas concepções norteadoras. A adolescência é discutida de forma ampla em inúmeros contextos, seja na literatura, nas artes, na legislação, na vida cotidiana, entre outras. Comumente, estamos habituados a lidar com esse período da vida com referenciais que trazem concepções estereotipadas, como comportamentos rebeldes, impulsividade e irresponsabilidade. Há de se considerar também que, por vezes, os adolescentes são frequentemente encarregados de serem futuramente aqueles que ditarão o funcionamento da sociedade de uma forma geral.

Essas concepções, que partem de experiências próprias de cada sujeito e do conhecimento popular, estão intimamente ligadas ao modo como tradicionalmente as sociedades organizam os papéis destinados a cada período da vida. Temos a primeira infância, a infância, a adolescência, a juventude, a vida adulta e a velhice. Esses ciclos de vida, da forma como nos são apresentados desde os primeiros anos de vida, nos parecem a forma natural de viver, como se fossem etapas cíclicas, que se fecham em si a cada fase superada.

Quando consideramos o aporte de idade adotado no Brasil, segundo o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (Lei 8.089, de 13 de julho de 1990), os adolescentes são aqueles com idade entre 12 e 18 anos e as crianças, aqueles com idade inferior a 12 anos. Há de se considerar que essas delimitações etárias são importantes para a construção de políticas públicas, sejam elas de saúde, educação, cultura ou sociais, além de análises demográficas da população. Conforme Freitas, Abramo e León (2005), essas definições, de algum modo, estão intrinsecamente relacionadas à dimensão que engloba a passagem entre a infância e a vida adulta, ocorrendo uma correspondência com a faixa de idade, apesar de se considerar que não há uma rigidez nesses limites etários. Ou seja, podemos reconhecer a importância dessas delimitações, porém é necessário o avanço para análises em outros âmbitos.

A organização dessas etapas e a forma como uma sociedade lida com cada uma delas é atravessada por diversos fatores, a depender do período histórico,

político, cultural, social e econômico daquele contexto específico. Quando consideramos o período da infância no Brasil, por exemplo, conforme Rizzini (2008), é necessário observar que os impactos econômicos e políticos do século XIX, com a evolução da industrialização e do capitalismo, passaram a colocar sobre a infância um olhar diferente daquele anteriormente situado. A infância deixa de ser tratada única e exclusivamente no âmbito privado e passa a ser preocupação também do Estado. Isso porque o olhar se volta ao modo de organização econômica da sociedade, ou seja, a criança passa a ser futuramente aquele indivíduo que irá ser, também, parte da organização econômica e produtiva.

No que diz respeito à adolescência, Coslin (2009), trata esse período não só como fato individual, mas também como fato social. Isso significa que a adolescência não é só considerada no seu âmbito cognitivo e biológico, envolvendo o processo da puberdade e de desenvolvimento físico, mas também constituída socialmente. O autor refere que a adolescência evolui paralelamente às mudanças sociais, ou seja, constantemente, novas formas de adolescência vão emergindo a partir das transformações que ocorrem na sociedade. Sejam elas no âmbito privado das relações familiares ou nas relações comunitárias.

É comum encontrar na literatura o termo “crise” relacionado ao período da adolescência, como coloca Coslin ao iniciar sua definição de adolescência:

Período de passagem do estado infantil para o adulto, caracteriza-se por importantes transformações somáticas que, paralelamente a um impulso instintivo, aproxima a criança do homem ou da mulher no plano físico, enquanto as condicionantes e convenções sociais os mantêm no seu estatuto anterior. Segue-se uma situação de desequilíbrio que pode manifestar-se através de inúmeros sintomas muitas vezes reagrupados sob a expressão de *crise da adolescência*; é um período onde os equilíbrios culturais alcançados voltam a ser postos em causa pelas maturações orgânicas (Coslin, 2009, p. 20).

O autor ainda ressalta que essa crise se dá em paralelo às mudanças sociais. No âmbito familiar, o adolescente passa a ter que lidar com valores e princípios que lhe são exigidos pelos adultos, ao mesmo tempo que esses mesmos adultos os contestam (Coslin, 2009).

Piaget (1999), traz na adolescência a construção da personalidade e inclui a ideia da afetividade e sua relação com o mundo social. Segundo o autor:

O adolescente, [...], graças à sua personalidade em formação, coloca-se em igualdade com seus mais velhos, mas sentindo-se outro, diferente deles, pela vida nova que o agita. E, então, quer ultrapassá-los e espantá-los, transformando o mundo (Piaget, 1999, p. 62).

Essas transformações estão intimamente relacionadas com a forma como cada indivíduo experimenta esses períodos da vida. O cenário de adolescência que trata essa pesquisa está envolvido com aquilo que aqui chamamos de contexto infracional. Na literatura conhecida, é possível observar algumas nomenclaturas que aparecem e podemos relacionar com o que está sendo proposto. Termos como “delinquência juvenil”, “adolescentes em conflito com a lei”, “adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas”, “adolescentes a quem se atribui o ato infracional”, “adolescentes autores de infração” aparecem com frequência, por exemplo. Quando tratamos sobre esse recorte, no Brasil, estamos lidando essencialmente com os adolescentes e jovens que estão sob a ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na delimitação que vai dos 12 aos 18 anos de idade, considerando ainda que um jovem de 18 a 21 anos pode ainda estar em cumprimento de medida socioeducativa.

## 2.1 ADOLESCÊNCIA E VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

O ECA, que acaba por delimitar a faixa etária considerada da infância e adolescência, é um marco legal e temporal importantíssimo no Brasil. Promulgado em 13 de julho de 1990, o ECA rompeu com paradigmas legais que não consideravam a criança e o adolescente como cidadãos de direito, especialmente quando consideramos a proteção integral, o direito à defesa, o direito à vida e à saúde, educação, lazer, profissionalização, entre outros.

Quando considerado o histórico da infância e adolescência, destacam-se as políticas que encaravam especialmente os adolescentes com um caráter discriminador, baseadas na Doutrina da Situação Irregular (Francisco, Lima e Groppo, 2020). Essas concepções, marcadas por processos repressivos e institucionalizantes, lidavam com os adolescentes, especialmente autores de atos infracionais, como

pessoas que deveriam ser afastadas do convívio em sociedade, comunidade e da família, em espaços de “correção”, uma vez que estariam em “situação irregular”. Nesse contexto, crianças e adolescentes não eram reconhecidos como sujeitos de direitos, mas como objetos de intervenção do Estado, marcados por práticas autoritárias.

Essas concepções ainda estão presentes em diversos segmentos da sociedade de uma forma geral. A lógica do termo “menor” ainda aparece atualmente com uma conotação negativa e estigmatizante, correlacionada à pobreza, abandono ou criminalidade, apesar dos mais de 30 anos de promulgação do ECA.

Quando tratamos de adolescentes autores de ato infracional, essa lógica aparece ainda mais evidente. Ainda se observa com frequência nas mídias e nas relações sociais a associação do termo “menor” com adolescentes que cometeram algum ato infracional, especialmente quando se trata de adolescentes imersos na pobreza e exclusão social. Nessa perspectiva, é preciso destacar que a forma como a sociedade de modo geral enxerga esses jovens é, por vezes, determinante das possibilidades sociais que esses adolescentes terão ao longo de sua vida.

Por vezes, ainda estão em pautas temas como a redução da maioridade penal, sem considerar a importância de se olhar para o adolescente como pessoa em desenvolvimento, o que reforça a necessidade de políticas que assegurem orientação e educação aos jovens (Monte, 2011). Ou seja, os argumentos para a redução da maioridade penal vão ao encontro da lógica excludente da época “menorista”, que esteve vigente por anos no Brasil e se mostrou um projeto fracassado quando pensadas as políticas públicas de direito voltadas à crianças e adolescentes.

Para García (2014), atualmente há o avanço nas intervenções com adolescentes que vivem em situação de risco e exclusão social, quando pensadas ações voltadas para o desenvolvimento de competências e valores. A adolescência nesse contexto, segundo a autora, apresenta algumas características que aparecem de maneira reiterada na trajetória pessoal desses sujeitos, sem que se exclua as concepções singulares e individuais de cada sujeito. Segundo Garcia, há o destaque nesse contexto de adolescentes em situação de exclusão social e educacional, com a vida cercada por insuficiência econômica e cultural extremas.

No contexto desta pesquisa, é preciso estabelecer algumas bases sobre o perfil dos adolescentes autores de ato infracional, especialmente na conjuntura brasileiro. No relatório que apresenta o Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2024 (Brasil, 2025), que revela dados relativos a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil, são encontrados os perfis gerais desses adolescentes. Foram registrados dados de 12.506 adolescentes de todo o Brasil. Destaca-se que este levantamento foi realizado com adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade. Considerando que este é o levantamento mais atual que engloba o tema adolescentes e medidas socioeducativas, estes dados serão apresentados e analisados nesta pesquisa.

No quadro a seguir, estão apresentados dados de interesse selecionados por esta pesquisa para uma visão geral do perfil dos adolescentes, considerando a predominância dos adolescentes em cada categoria e perfil, com base no Levantamento Nacional do SINASE de 2024. Os nomes das categorias e dos perfis foram mantidos conforme a normatização utilizada no levantamento base.

Quadro 1 - Perfil geral dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com base no Levantamento Nacional do SINASE de 2024.

| <b>Categoria</b>      | <b>Perfil</b>               | <b>Quantidade</b> |
|-----------------------|-----------------------------|-------------------|
| Idade                 | Entre 16 e 18 anos          | 75%               |
| Identidade de gênero  | Meninos cis                 | 93,1%             |
| Orientação sexual     | Heterossexuais              | 76,9%             |
| Cor/raça/etnia        | Negros <sup>1</sup>         | 72%               |
| Renda familiar        | Menos de 2 salários mínimos | 36,5%             |
| Principal responsável | Mãe                         | 49,7%             |
| Atos infracionais     | Roubo e tráfico de drogas   | 58,7%             |

<sup>1</sup> O parâmetro utilizado pelo Levantamento Nacional SINASE 2024 considera negros os adolescentes pardos e pretos.

|                                            |   |     |
|--------------------------------------------|---|-----|
| Distorção idade-série escolar <sup>2</sup> | - | 52% |
|--------------------------------------------|---|-----|

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados apresentados no Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2024.

No quadro, alguns dados são importantes de serem observados para esta pesquisa. Observa-se que a grande maioria dos adolescentes são meninos cis, negros, que praticaram roubo e tráfico de drogas, além de apresentarem distorção idade-série em sua maioria. Destaca-se ainda que grande parte dos adolescentes tem como principal responsável a mãe, sem a figura paterna como referência nesse contexto.

Além disso, outro destaque é a questão do ato infracional estar intimamente ligado a circunstâncias relacionadas à aquisição de capital, como o roubo e o tráfico de drogas. Ressalta-se que os atos infracionais são condutas que, se praticadas por adultos, seriam consideradas crimes, ou seja, há uma grande quantidade de atos que podem ser classificados como infracionais. No entanto, o levantamento revela que a maioria das infrações praticadas são roubo e tráfico de drogas, correspondendo juntos a 58,7% dos casos. Os demais somam 41,3%, o que reforça a necessidade de se olhar também para essas condutas em todo seu contexto social.

O levantamento traz algumas reflexões sobre alguns dados. No caso da renda familiar, ressalta que 58% dos adolescentes foram registrados na categoria “sem informação” e, portanto, não foi possível o levantamento desses dados. Porém, é possível destacar que, entre aqueles que foram categorizados, há uma predominância importante em adolescentes com renda familiar inferior a 2 salários mínimos.

O levantamento, em suas conclusões, aponta situações relacionadas à saúde mental, ausência de inserção em atividades de esporte e lazer, grande parte das famílias inscritas em benefícios socioassistenciais e adolescentes em situação de violações de direito. Observa-se, portanto, a necessidade de se olhar para esses adolescentes a partir de uma ótica mais ampla, que engloba as vulnerabilidades sociais enfrentadas, suas trajetórias, a ausência de políticas públicas e a fragilização

---

<sup>2</sup> Segundo o Levantamento Nacional SINASE 2024, a situação de distorção idade-série escolar, de acordo com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), “é identificada nos casos em que o estudante, em nenhum momento do ano letivo, se apresentou com idade recomendada para a série frequentada”.

de vínculos comunitários e familiares. São dados que reforçam a importância também das propostas de políticas intersetoriais a fim não só de prevenir ou lidar com o ato infracional, mas também de se voltar à adolescência com o foco na promoção de direitos fundamentais.

Segundo Costa e Assis (2006), esse é um tema de natureza multifatorial, que exige a proposição de intervenções que não são reducionistas e deterministas, uma vez que não há relações causais diretas, tendo em vista a complexidade da combinação de fatores que podem levar um adolescente a cometer ou não um ato infracional.

Diante desse contexto e a partir dessa análise, que engloba fatores essenciais para uma dimensão da adolescência marcada por vulnerabilidades sociais e suas trajetórias de exclusão social, há também o olhar para os aspectos do desenvolvimento humano desses adolescentes. Nesse sentido, é importante compreender o desenvolvimento moral e ético na adolescência de uma forma geral, principalmente quando se tem como norte propostas de intervenções que promovam a autonomia e a participação social. Segundo García (2014):

Un conocimiento más profundo de la etapa de la adolescencia (Hargreaves, 2008), pero también de las formas que ésta adopta en colectivos en clara desventaja social (Funes, 2010), han sido factores determinantes para superar las políticas asistenciales características de épocas anteriores y promover nuevas acciones de gran calado educativo (García, 2014, p. 76).

## 2.2 ADOLESCÊNCIA, PERSPECTIVAS DA PERSONALIDADE ÉTICA E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Para pensar o processo da adolescência e a importância desse período para o desenvolvimento da personalidade ética e a construção da dimensão moral, serão apresentados delineadores baseados na psicologia moral, especialmente nos estudos do pesquisador Yves de La Taille, referência na área, e outros pesquisadores que buscaram compreender e apresentar a construção da personalidade ética no âmbito intelectual e afetivo.

Segundo La Taille (2006), Piaget, ao apresentar sua teoria, no âmbito do desenvolvimento moral, dá ênfase na identificação de dois estágios morais, a



heteronomia e a autonomia. O autor, ao explorar a teoria piagetiana, apresenta que a heteronomia moral é, em linhas gerais, o “respeito incondicional por figuras de autoridade, pelo grupo ou pela sociedade” e a autonomia é a:

[...] superação dessa moral da obediência a algo exterior ao sujeito, superação essa que se traduz tanto pela necessidade de reciprocidade nas relações (respeito mútuo, e não mais unilateral) quando pela necessidade subjetiva de passar, para legitimá-los, os princípios e normas morais pelo crivo da inteligência (La Taille, 2006).

Além disso, cita que para Piaget, o desenvolvimento moral é fruto de uma construção, ou seja, de uma constante auto-organização que exige do sujeito a construção na sua interioridade e individualidade, mas também a construção na relação com o outro (La Taille, 2006). Puig (1998) reforça a ideia de que “não é possível compreender a formação da personalidade sem considerar os contextos ou meios de experiência moral em que se realizam os processos formativos” (Puig, 1998).

Essa relação, que parte da interação social, é primordial quando pensada a forma como esse sujeito irá se apresentar ao longo do seu desenvolvimento. Nesse sentido, se a relação com o outro se dá de forma coercitiva, hierárquica, baseada na obediência, há o reforço da heteronomia. Caso a interação seja construída a partir de relações sociais simétricas e de cooperação, é possível o desenvolvimento da autonomia moral (La Taille, 2006). Logo, ao analisar as relações estabelecidas entre a forma como se dá essa construção e o comportamento da pessoa adulta, por exemplo, é possível afirmar, como diz Tognetta (2009), que a moral infantil esclarece a moral adulta.

Ainda contribuindo para a ideia da construção da moralidade, Puig (1998), reforça a ideia de que:

[...] a formação moral é um processo que inclui diversos níveis de formação, desde a aquisição de convenções sociais até a configuração da consciência moral autônoma; que põe em funcionamento vários dinamismos morais, desde o juízo e a reflexão até os sentimentos e comportamentos, e que é veiculado através de vários mecanismos de ensino que impulsionam tanto o desenvolvimento pessoal quanto a transmissão social de conteúdos morais, (Puig, 1998, p. 23).

Por vezes, a questão da moralidade parece estar associada à ideia do dever, do cumprimento de regras, no viés exclusivamente da obediência. Porém, como ilustrado por esses autores, o campo da moral está intimamente relacionado com o campo ético. Segundo Tognetta e La Taille (2008), os conceitos de “moral” e “ética”, por vezes, aparecem como sinônimos na literatura, porém, é preciso considerar a interlocução desses campos no que se refere ao desenvolvimento da personalidade ética, ou seja, da representação de si e da moral.

A moral, no sentido empregado por esses autores, está relacionada à pergunta “como devo agir?” e a ética à “que vida quero viver?”. A interlocução entre as duas concepções, portanto, está na primeira indicando um sentimento de obrigatoriedade e a segunda aponta um sentido pra vida (Tognetta, La Taille, 2008). E é nessa articulação que podemos pensar que um sujeito, ao relacionar suas ações de dever com o campo ético, ou seja, quando as decisões são tomadas por meio da associação entre aquilo que é uma norma estabelecida pela sociedade (comprometida com o bem coletivo) com o próprio projeto de vida (Gomes e Senne, 2016) apresenta aquilo que La Taille (2006) chama de “sujeito moral”: aquele que se sente obrigado a agir moralmente, sem coação exterior e é, portanto sujeito livre, por decidir agir de tal modo.

Ainda, quando pensada a dimensão ética, segundo o autor, é preciso considerar o que ele chama de “expansão de si”, ou seja, o conjunto de representações de si que o sujeito constrói ao longo de seu desenvolvimento. La Taille (2006), ao definir as representações de si, aponta para três características fundamentais: a de que pertencem à ordem simbólica, ou seja, partem do reconhecimento de que há ao mesmo tempo um sujeito e um objeto, em decorrência da tomada de consciência de si mesmo. Em segundo lugar, as representações de si pressupõem uma assimilação cognitiva (La Taille, 2006), se vinculando ao que o autor chama de interpretações de si. Uma terceira característica fundamental para o entendimento das representações de si, é a de que elas são valores.

Monteiro e Souza (2022), reforçam a ideia de que essas representações são sempre valores, ou seja, investimentos afetivos. La Taille (2006) ainda afirma que a “expansão de si próprio implica construir representações de si com valor positivo”. Tognetta e Vinha (2009), conceituam o que é um valor:

[...] um valor pode ser definido como um investimento afetivo que nos move ou que nos faz agir (Piaget, 1994), e, portanto, toda pessoa, em suas relações consigo e com os outros, investe sua energia em determinadas ações ou em pessoas, ou ainda, em ideias. [...] Determinado objeto tem um sentido para o sujeito e é investido pelos afetos que lhe conferem valor positivo ou negativo (Tognetta e Vinha, 2009 p. 17).

As autoras ainda ressaltam que os valores podem ser morais ou não morais, sendo estruturantes quando considerados os valores que a pessoa dá a si mesma. Essa estruturação resulta na autoestima e no autorrespeito. La Taille (2006), conforme citado por Tognetta e Vinha (2009):

[...] a “autoestima” consiste em ter consciência de ser bom em suas capacidades; no entanto, essa valorização de si próprio é constituída de representações positivas de si, que são estranhas ou até mesmo contrárias à moralidade (valores não-morais). Para se tornar autorrespeito é preciso que a autoestima ou a valorização de si próprio incida sobre os valores morais. Assim, pode-se afirmar que o autorrespeito é um caso particular de autoestima, visto que esta é regida pela moral: quando a pessoa vê valor em suas ações generosas, justas, honestas (agir moralmente com o outro) e isso lhe causa um efeito positivo, ou uma espécie de “ficar bem consigo mesma” por ter agido bem (Tognetta e Vinha, 2009, p. 18).

Diante desse contexto, considerando o período da adolescência como um momento importante na construção da personalidade ética, a pergunta que nos interessa nesse momento da pesquisa é: como contribuir para a construção de uma personalidade ética, a partir dos valores éticos e morais?

Tognetta (2009), conforme citado por Bereta (2020), indica que a formação da personalidade ética depende da construção de um sistema de valores que acontece pela interação com o meio em que o sujeito está inserido, dependendo de seus investimentos afetivos em relação aos objetos (Bereta, 2020, p. 103, *apud* Tognetta, 2009). Sendo assim, ainda para compreender a moralidade não só como um simples conjunto de regras ou deveres, é necessário investigar também as questões que envolvem, por exemplo, o papel da afetividade nesse contexto. Piaget, apesar de não ter uma teoria sobre afetividade, apresenta “a co-existência de duas qualidades do homem: a inteligência e a afetividade. [...] se a inteligência nos dá os meios para conseguir realizar uma tarefa, a afetividade nos dá o fim, o objetivo ao qual cumprir” (Tognetta, 2009). Nesse sentido, a dimensão afetiva, conforme já apresentado por

Piaget, é essencial na construção da autonomia moral que é, portanto, dependente da socialização, da interação entre os indivíduos, de um ambiente cooperativo, participativo e de respeito mútuo (Costa, 2023).

É nessa articulação que reside a dimensão da afetividade, na relação entre o que devo fazer (moral) com a vida que quero ter (ética). Ao considerar a dimensão afetiva no campo do desenvolvimento moral, e para responder à pergunta sobre como formar uma personalidade ética, La Taille (2006), utiliza o termo “despertar do senso moral”, que está relacionado, principalmente, à dimensão afetiva da moralidade. Esse despertar está relacionado ao desenvolvimento gradual de uma consciência reflexiva sobre os aspectos éticos de suas ações e decisões, ou seja, a formação de uma consciência moral autônoma, construída por meio de experiências sociais, culturais e emocionais, além da capacidade de se colocar no lugar do outro. Sendo assim, para o autor, se os planos moral e ético se articularem, há a construção de uma personalidade ética:

[...] a energética do sentimento de obrigatoriedade, essencial ao plano moral, deve ser procurada no plano ético na busca de representações de si com valor positivo. [...] o auto respeito é o sentimento que une os planos moral e ético, pois ele é, por um lado, expressão da expansão de si próprio - portanto, elemento da “vida boa”-, e, por outro, causa essencial do sentimento de obrigatoriedade-, portanto motivação para a ação moral: respeita a moral quem, ao fazê-lo, respeita a si próprio (La Taille, 2006, p. 133).

Diante dessas concepções apresentadas, é possível dizer que, para a formação de valores morais ou éticos, há a dependência de algo além da tomada de consciência do dever, a ação depende de uma motivação interna para a ação, chamada de sentimentos (Tognetta, Vinha, 2009). Tognetta e Vinha (2009) destacam que não são todos os sentimentos que podemos considerar quando pensamos em ações morais, uma vez que sentimentos como alegria, tristeza, raiva não integram a personalidade, como a vergonha, o arrependimento, a indignação. Ou seja, sentimentos que inspiram o “querer agir moral” (La Taille, 2006).

Considerando o mundo contemporâneo e os desafios encontrados no que diz respeito à articulação entre a moral e a ética, La Taille (2016), cita que:

Falar em justiça, solidariedade, generosidade e outras virtudes (morais) sem ancorá-las na vida (ética) poderá ter poucos efeitos. [...] O problema maior

não está, portanto, na compreensão racional da moral. O problema maior está em seu sentido ético (La Taille, 2019, p.41).

Como dito ao longo desta seção, a formação da personalidade é um processo de construção que envolve diversos fatores e engloba não apenas o nível individual, do sujeito, mas também as relações que esse sujeito estabelece com o mundo e que o mundo estabelece com ele. Fica evidente, portanto, a importância do papel da sociedade como um todo nesse processo. Diversos autores, estudiosos e pesquisadores da Psicologia Moral apontam para a necessidade do que chamam de educação em valores.

Nesse sentido, Tardelli (2009) aponta que a educação em valores ocorre a partir da “ideia de que os valores e a moral são aprendidos e se internalizam por meio de sua vivência repetida” (Tardelli, 2009). O autor, cita que a educação em valores:

[...] tem que propiciar ao sujeito processos de autodescobrimento, hábitos de reflexão e disponibilidade para a discussão e para o diálogo, de forma que cada um possa, à sua maneira, assimilar os valores fundamentais. [...] A fonte principal da educação em valores é a oportunidade de vivenciar espaços de inter-relação, e o mais importante: a oportunidade de encontrar ambiente necessário de respeito e de estimulação que favoreçam o permanente processo individual de experiência - reflexão decisão - ações indispensáveis para assegurar que crianças e adolescentes construam valores que orientem suas vidas (Tardelli, 2009, p. 86).

É possível compreender, portanto, que a educação em valores é uma proposta que implica responsabilidades especialmente para aqueles que atuam com crianças e adolescentes. Ou seja, trata-se de uma proposta que pode contribuir para a construção de uma sociedade que reconheça o sujeito em desenvolvimento como alguém participativo, crítico, capaz de fazer escolhas e contribuir ativamente para a transformação social.

### **3 APRENDIZAGEM POR PROJETOS SOCIAIS COMO ALTERNATIVA METODOLÓGICA**

A discussão das práticas que envolvem as relações entre instituições e suas intervenções nas comunidades aparece como algo importante no campo das proposições metodológicas (Tapia, 2010). Isso porque, ao longo dos processos de construção de intervenções, há de se considerar a realidade naquela sociedade como um todo, uma vez que a articulação entre o campo teórico e o campo prático deve ser, rigorosamente, articulada com os reais fenômenos sociais, econômicos e culturais inscritos naquela comunidade, bairro, cidade, alvos das proposições.

As concepções que vão ao encontro dessa suposta realidade, estão intrinsecamente conectadas com o campo da observação, afinal, conforme Arantes e Araujo (2019) citam Puig<sup>3</sup>, a observação da realidade pode nos dizer muito, inclusive com potencial de transformação dos pressupostos teóricos e práticos. E é nesse ponto que se considera a importância da prática técnica-profissional e da observação crítica da realidade com a qual se trabalha, uma vez que se considera a importância dos atores envolvidos naquela realidade como agentes transformadores.

Sendo assim, considerando as pontuações anteriormente comentadas na trajetória desta pesquisa, será apresentada nesta seção, a metodologia da Aprendizagem por Projetos Sociais (APS), nos moldes apresentados por Josep Maria Puig, como uma proposta de intervenção no campo das práticas que envolvem a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, especialmente, na Prestação de Serviços à Comunidade.

Cabe destacar que neste estudo vamos nos referir a APS como Aprendizagem por Projetos Sociais. No contexto da língua original, espanhol, o termo utilizado por Puig e outros pesquisadores é “Aprendizaje-servicio”, que em tradução livre para o português, teríamos a expressão “aprendizagem-serviço”. A escolha pela troca da terminologia vem ao encontro de pesquisadores brasileiros que têm se debruçado ao estudo dessa metodologia e que têm utilizado a expressão “por Projetos Sociais”, conforme o estudo de Silva e Araújo (2021). Isso porque o termo “serviço” no Brasil

---

<sup>3</sup> Puig, J. M. Feina d'educar: relats sobre el dia a dia d'una escola. Barcelona: Edicions 62, 1999.

tem uma conotação negativa, pois tem origem no latim *servitium*, que significa escravidão ou servidão. Um país fundado na escravização dos povos originários e dos negros carrega neste termo “serviço” um conceito punitivista histórico. É possível ainda encontrar outras terminologias na literatura científica que se referem à APS, como aprendizagem e serviço solidário, aprendizagem solidária, e, em inglês, service-learning. Sendo assim, considerando pesquisadores brasileiros atuais e a adaptação ao termo para o contexto linguístico do país, manteremos a sigla APS, nos referindo ao termo Aprendizagem por Projetos Sociais.

### 3.1 O PROCESSO DA APRENDIZAGEM POR PROJETOS SOCIAIS COMO PROPOSTA METODOLÓGICA DE INTERVENÇÃO

A propositura de uma metodologia de trabalho que envolve a articulação entre aprendizagem e projetos voltados à comunidade é matéria de interesse constante no campo da pedagogia. Conforme cita García (2014), existe uma quantidade importante de referências que apostam em uma educação baseada na aprendizagem e suas implicações e aplicações na comunidade, sendo a Aprendizagem por Projetos Sociais (APS) uma das propostas que combinam processos cooperação, desenvolvimento de habilidades e valores, aprendizagem e ação social no contexto de vivência dos personagens envolvidos na intervenção.

Conforme Tapia (2010), é possível apresentar algumas características comuns de definição quando apresentada uma experiência de APS de qualidade: o protagonismo ativo dos participantes; o serviço solidário destinado a atender as necessidades reais e sentidas de uma comunidade e a aprendizagem intencionalmente planejada em articulação com a atividade solidária, que considera a aquisição de saberes em atenção a problemas reais, a reflexão sobre a prática solidária e o desenvolvimento de habilidades para a cidadania e o trabalho (Tapia, 2010).

Tapia (2010) traz que o termo APS pode ser considerado quando tratamos de experiências, projetos ou práticas realizadas por um grupo específico de pessoas ou, ainda, pode referir-se a programas ou conjunto de experiências desenvolvidas em planos ou políticas institucionais.

Além das definições no campo das práticas, Tapia (2010) ainda traz a APS como uma metodologia ou estratégia pedagógica ou, ainda, como uma pedagogia. Sendo entendida desse modo, portanto, é possível considerar a dimensão da reflexão educativa, ou seja, uma forma de propor a interação entre o educador e o educando de forma a integrar a aprendizagem conjunta da realidade e o compromisso com sua transformação.

Para Puig (2007), a APS é uma pedagogia ativa e reflexiva:

Se inspira en una pedagogía que se esfuerza por aplicar los principios de: experiencia, o relación directa y significativa con la realidad; participación activa, o intervención de los protagonistas en las diferentes fases del proyecto; reflexión, o esfuerzo por guiar la actividad y darle sentido personal y social; interdisciplinariedad y resolución de problemas, o consideración de hechos complejos desde múltiples perspectivas para mejorar su funcionamiento; cooperación, o trabajo conjunto con los compañeros y colaboración con los receptores de la ayuda; inmersión en prácticas de valor, o adquisición de valores por participación en actividades cuyo desarrollo los encarna e induce a manifestarlos; y de evaluación múltiple, o regulación continua de la experiencia y del trabajo de los participantes (Puig, 2007, p. 62).

Ao considerar a APS como uma pedagogia, uma das características é que a experiência seja um projeto educativo com utilidade social:

El aprendizaje servicio es una propuesta educativa que combina procesos de aprendizaje y de servicio a la comunidad en un solo proyecto bien articulado en el que los participantes se forman al trabajar sobre necesidades reales del entorno con el objetivo de mejorarlo. (Puig, 2007, p. 55).

Nessa característica, fundamental nos projetos de APS, o autor ainda ressalta que a APS é uma atividade completa, que integra tarefas de aprendizagem e de serviço em uma única proposta educativa e que, junto com a variedade de ações que são desenvolvidas, permite que os participantes tomem consciência de que estão buscando mais de um objetivo ao mesmo tempo e podem dar significados variados a suas ações.

Ao considerar as possibilidades de ação que a APS permite, Puig (2007) ressalta a construção de conhecimento e de competências para a vida dos participantes. Essa construção pode se dar no âmbito de educação formal e não formal, quando consideramos saberes curriculares ou aqueles que vão ao encontro



dos saberes importantes para cada instituição. Nesse contexto, cita as aprendizagens que a APS pode proporcionar ao longo da sua operacionalização: desenvolvimento pessoal e interpessoal; compreender e aplicar conhecimentos; compromisso, curiosidade e prática reflexiva; pensamento crítico; perspectivas de transformação e cidadania (Puig, 2007).

A APS, enquanto campo de intervenção, permite, conforme Tapia (2010), que crianças, adolescentes e jovens apliquem seus conhecimentos à serviço das necessidades de sua comunidade. Nessa conjuntura, a ação possibilita a aprendizagem de novos conhecimentos, o desenvolvimento de saberes para a vida, o trabalho e a participação cidadã (Tapia, 2010).

Um dos objetivos centrais da APS está na possibilidade da construção de uma educação para a cidadania. Ao definir a ideia de cidadania, Puig, Casares e García (2011) têm como ponto de partida o caráter social dos seres humanos e de um princípio de organização (a convivência democrática), que exige também um modo de entender a relação entre o indivíduo e a coletividade. Conforme os autores, é possível considerar a APS como uma prática de cidadania, uma vez que permite a participação cívica, o pertencimento à comunidade e a defesa dos direitos dos cidadãos.

### 3.2 APS E A CONSTRUÇÃO DE VALORES

Nessa perspectiva, é possível levantar ainda a construção de alguns valores específicos que a APS pode proporcionar. Segundo Puig (2016), a APS é uma oportunidade de imersão em valores. O autor cita que em atividades de APS, há um âmbito central de valores, que chama de núcleo de valor, e valores complementares, que denomina como nuvem de valores. Ao estabelecer essas duas terminologias, Puig se preocupa em caracterizar os valores que emergem em cada uma delas.

Quando trata sobre o núcleo de valor da APS, o autor define que os valores são desenvolvidos a partir da realização de um serviço altruísta em favor da comunidade, sendo o eixo central das experiências. Nesse contexto, se considera que há a construção de ações em benefício das pessoas, facilitando a convivência e o estreitamento dos vínculos cidadãos. Além disso, Puig ressalta que o serviço à comunidade supõe sempre uma dupla transformação, das pessoas que fazem a ação

e das pessoas que recebem a ação. Os valores adquiridos na experiência de APS estão relacionados ao gosto pelo apoio mútuo, à generosidade, à vontade de contribuir ao bem comum, ao altruísmo e à cooperação, ou, conforme Puig define: a ajuda desinteressada. São valores que vão na contramão de condutas e interesses individualistas, sendo os valores centrais no desenvolvimento da APS (Puig, 2016).

Ao tratar sobre a nuvem de valores que a APS proporciona, o autor define que são aqueles que vêm de acordo com as atividades realizadas em cada projeto, podendo ser variados. Porém, conforme os objetivos da APS, é possível dizer que alguns valores são intrínsecos no desenvolvimento das ações e atividades. A construção dessa nuvem de valores perpassa, em todas as experiências de APS pela indignação, compromisso, cooperação, tomada de consciência e positividade (Puig, 2016).

Há, durante o processo de APS, a correlação entre esses valores, que são complementares. A indignação<sup>4</sup>, que segundo Puig (2016) pode ser definida como um estado pessoal originado pelo impacto produzido por situações inaceitáveis (Puig, 2016), não é suficiente sem o compromisso. Isso porque o compromisso move para a ação, ou seja, para a participação. Essa participação, na APS, exige a cooperação e a relação com o outro, o trabalho em equipe. Sobre a tomada de consciência, Puig se refere à consciência cívica, ou seja, a capacidade de estabelecer proposições de ações de caráter social, econômico ou político que envolvem a solução de situações de dificuldades. Por último, quando trata sobre o valor da positividade, quando assegurada a crítica e a constante vontade de melhora, reforça a satisfação, o orgulho, o empoderamento e uma atitude otimista e ativa frente à adversidade das condições (Puig, 2016).

Ao responder à pergunta “como apreender esses valores?”, Puig evidencia que:

[...] las personas implicadas los viven, los realizan en cada paso de la actividad y, como resultado de este proceso, los convierten en virtudes personales, en disposiciones conductuales, en competencias que dominan

---

<sup>4</sup> O autor define a indignação como um valor. Outros autores, como Yves de La Taille (2016), apresentam a indignação como um sentimento, essencial para o que o autor define como despertar do senso moral. Ver em: LA TAILLE, Y. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

cada vez mejor y que aplican tanto a la situación original como a otras circunstancias. Por tanto, podemos decir que los valores se aprenden al participar activamente en cada momento de una actividad, y en nuestro caso, de la propuesta de aprendizaje-servicio. (Puig, 2016, p. 18).

### 3.3 A EDUCAÇÃO EM VALORES E PARA A CIDADANIA

Autores estudiosos da Aprendizagem por Projetos Sociais e da Psicologia moral, defendem a ideia do processo da Educação em valores e para a cidadania como alternativa para a construção de uma sociedade mais participativa e crítica. Puig, Casares, García e Serrano (2011) apontam para a possibilidade da APS como uma estratégia nesse sentido.

Conforme apresentado na seção anterior, a educação em valores está intimamente preocupada com a educação como potencial transformador de uma sociedade mais crítica e participativa e, nesse sentido, há a inclusão da ideia da educação para a cidadania. Puig, Casares, García e Serrano (2011) ressaltam que a ideia de cidadania parte essencialmente da constatação de que vivemos em sociedade e comunidade e, portanto, precisamos aprender, durante o percurso da vida, a escolher modos de estar no mundo. Nesse sentido, os autores destacam também que estar no mundo, viver em sociedade, também implica se entender em qual contexto político, histórico, social, cultural e econômico estamos vivendo.

A cidadania envolve uma dimensão que abrange a ideia de pertencimento e identidade, isto é, o olhar voltado para a relação que o sujeito estabelece com o meio em que vive, especialmente, em como ele vivencia essa coletividade (Puig, Casares, García e Serrano, 2011). A construção da educação para a cidadania caminha nesse sentido, na perspectiva da possibilidade de educar para a democracia, considerando que o exercício da cidadania se dá a partir da forma como sujeito e a coletividade se expressam na participação da vida pública e também dos direitos individuais.

Conforme Puig, Casares, García e Serrano (2011):

[...] no nacemos siendo buenos ciudadanos, ni tampoco basta con estar en una sociedad democrática para llegar a ser verdaderos demócratas; nos hacemos ciudadanos de una democracia en buena parte gracias a la educación. Por lo tanto, la Educación para la Ciudadanía se ocupará del aprendizaje de la vida en común en una sociedad democrática (Bolívar, 2007;

Cortina-Conill, 2001) [...] Esto se hace en beneficio de una sociedad justa y democrática, que respeta el pluralismo y las diferencias, que busca el entendimiento, el diálogo intercultural y la resolución de conflictos y que promueve la paz y los derechos humanos (Puig, Casares, García e Serrano, 2011, p. 48).

Os autores propõem a APS como uma possibilidade de educação para a cidadania, uma vez que, segundo eles, a riqueza da APS reside na integração de dois elementos: serviço para a comunidade e aprendizagem significativa. Para os autores, o desenvolvimento de uma ação transforma e dá sentido aos aprendizados:

Estos elementos, además, permiten la formación de competencias reflexivas y críticas, fomentan el desarrollo de un compromiso solidario y facilitan el ejercicio responsable de la ciudadanía (Puig, Casares, García e Serrano, 2011, p. 52).

### 3.4 A METODOLOGIA DA APRENDIZAGEM POR PROJETOS SOCIAIS

A APS, como visto anteriormente, é uma metodologia de intervenção e uma pedagogia. Portanto, após a compreensão teórica sobre as concepções balizadoras, é importante a apresentação das etapas metodológicas que envolvem a APS. Afinal, é uma proposta de ação, no campo prático de intervenção.

Puig (2007), ao apresentar como iniciar um projeto de APS, destaca que não existe uma única maneira de conduzir um processo educativo, uma vez que se deve considerar a diversidade de contextos em que uma proposta está sendo desenvolvida. Para o autor, a multiplicidade de desafios, circunstâncias e grupos culturais exige flexibilidade e modéstia (Puig, 2007). Sendo assim, aponta alguns elementos gerais, mas importantes para o desenvolvimento de um projeto de APS.

O autor apresenta cinco etapas metodológicas que considera fundamentais para o desenvolvimento de uma experiência que possa ser reconhecida como verdadeiramente uma proposta de APS - ou que, ao menos, se aproxime dessa concepção - sempre considerando o olhar para os contextos e para as possibilidades reais de atuação.

O elemento inicial apontado por Puig e considerado um dos principais no desenvolvimento de uma experiência de APS é a motivação do educador. Para o autor, sem a motivação e o compromisso do educador, não é possível a APS, tendo

em vista que o projeto exige do educador lidar com a complexidade de situações que vão além do campo clássico quando pensamos em educação: exige criatividade, disposição, trabalho em grupo.

A primeira etapa para o desenvolvimento de um projeto de APS é, portanto, a preparação do educador. Nesse momento, há a necessidade da reflexão, análise e planejamento do educador antes que seja proposto a um grupo algum tipo de atividade. Puig (2007) destaca a importância do educador conhecer o grupo com o qual ele irá trabalhar, considerando idade, contexto social, local, a dinâmica do grupo (incluindo possíveis lideranças, relações de amizade, conflitos, entre outros).

Após essa preparação, há o processo da identificação das necessidades sociais capazes de motivar o grupo, ou seja, o tema com o qual o grupo irá trabalhar. Novamente, há o olhar para a questão da motivação. Essas necessidades sociais devem ser pautadas na realidade do grupo e devem fazer sentido no contexto em que vivem. Além disso, há de se considerar as possibilidades reais de ações dentro da demanda escolhida, uma vez que, por vezes, podem aparecer necessidades complexas que exigiriam articulações e trabalhos que não são possíveis dentro do contexto do grupo. Esse é um ponto que Puig (2007) reforça ao longo de todas as etapas do desenvolvimento de um projeto de APS: a exigência de se avaliar o tempo todo as possibilidades reais de alcance do projeto, uma vez que o projeto pode ser muito ambicioso e acabar por gerar frustrações e desmotivação ao longo de seu desenvolvimento.

A próxima fase do desenvolvimento de um projeto de APS apresentada por Puig é a da vinculação curricular. Nessa fase, após a escolha da ação a ser desenvolvida, ocorre a preocupação com as aprendizagens que podem ocorrer ao longo do projeto. Aqui, o autor cita não só as aprendizagens da educação formal, mas também da educação não formal, ou seja, a preocupação não é apenas com aprendizagens curriculares, mas também com aquelas que se tem como objetivo em espaços de educação não formal:

En educación no formal no existe un currículum sistematizado como en la escuela, aunque la mayoría de las entidades, asociaciones y movimientos sociales tienen un planteamiento educativo claro, unos objetivos explícitos y un programa de actividades consecuente. Por tanto, podríamos hablar de un currículum no formal propio de cada entidad, constituido por estos elementos,

con los cuales los proyectos de aprendizaje servicio debieran ser coherentes (Puig, 2007, p. 82)

Ainda na etapa de preparação do educador, Puig define a importância do planejamento do projeto. Nessa fase, é importante que o educador desenhe os principais objetivos educativos que pretende alcançar com o projeto. Entre eles, os objetivos de aprendizagem, de serviço, individuais e do grupo como um todo. Além disso, engloba também o levantamento de com quem o grupo gostaria de trabalhar, aspectos de organização geral (como quais são os materiais necessários, horários, cronogramas, recursos de custo, recursos humanos e infraestrutura necessária).

Em uma segunda etapa do desenvolvimento de um projeto de APS, está a importância do planejamento com o grupo. Nesse momento, o educador, após se assegurar da viabilidade do projeto, envolve o grupo como um todo no processo de planejamento das ações. Aqui, é importante considerar as características individuais de cada participante, as experiências prévias e o olhar para as possíveis contribuições de cada indivíduo do grupo. Nesse sentido, a preocupação não deve ser apenas para as motivações coletivas do grupo, mas também para o compromisso individual de cada sujeito implicado no projeto. Nessa segunda etapa, deve ser desenvolvido com o grupo o planejamento de todas as ações, isso envolve também a definição das responsabilidades individuais e a separação, se necessário, em equipes de trabalho.

Essa etapa, assim como as outras, exige do grupo, o tempo todo, a reflexão voltada para as aprendizagens adquiridas ao longo do planejamento. Esse é outro ponto fundamental da APS: a reflexão contínua sob os aspectos desenvolvidos, envolvendo as aprendizagens, a valorização das ações realizadas e a autoavaliação, permitindo assim, se necessário, a correção e a adaptação do projeto.

A terceira etapa apresentada por Puig (2007) é a da execução com o grupo. Nessa etapa, é o momento em que o grupo de fato passa a executar o planejamento anteriormente realizado. Portanto, é o momento que o grupo passa a se relacionar diretamente com o local e com o serviço e, conseqüentemente, com as pessoas envolvidas das instituições ou comunidades. Nesse momento, portanto, é importante o grupo estar alinhado com os objetivos do projeto, uma vez que podem ocorrer imprevistos e ser necessário alterações ou novas propostas.

Puig cita a importância, nesse momento, de envolver a comunidade e as famílias sobre as ações do projeto. Esse elemento é importante para que seja possível o reconhecimento e a valorização das ações desenvolvidas, inclusive promovendo a motivação e o compromisso com as responsabilidades de cada participante. Além disso, quando o entorno sabe sobre o projeto, há a diminuição de possíveis impedimentos ou prejuízos do projeto.

Novamente, há nessa etapa, o processo de reflexão sobre as aprendizagens. Nesse sentido, Puig cita também que os registros das ações e da execução do projeto são importantes, uma vez que facilitam o processo de reflexão sobre as aprendizagens e ações.

Na quarta etapa do desenvolvimento do projeto, ocorre a avaliação com o grupo. Nesta ocasião, o grupo é impelido a fazer um processo de avaliação do projeto como um todo. Esse processo deve ocorrer ao longo de todas as etapas do projeto. Portanto, nesse momento é onde ocorre um balanço geral sobre qual foi o impacto do projeto, quais foram as aprendizagens de conceitos, habilidades e valores adquiridos ao longo da intervenção. Puig ainda reforça que no processo de avaliação, o grupo analise qual é a projeção e quais são as perspectivas de futuro do projeto. Por fim, para finalizar a etapa de avaliação do grupo, há o momento de celebração do projeto. Momento em que ocorrem os agradecimentos pelos esforços e o reforço da autoestima dos participantes do projeto.

Na quinta etapa, e última, há a avaliação do educador. Após o encerramento do projeto com o grupo, o educador faz uma reflexão sobre o impacto educativo no grupo e em cada um de seus membros, sobre o trabalho desenvolvido em rede com os locais de atuação; sobre o projeto em si mesmo e sobre seu próprio trabalho enquanto educador - uma autoavaliação (Puig, 2007).

### 3.5 A APS E ADOLESCENTES EM RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL

No contexto da APS, os estudos da pesquisadora Xus Martín García lançam luz sobre adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco de exclusão social. Para esta pesquisa, ao pensar o contexto de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, como já apresentado na segunda seção desta pesquisa, podemos

considerar que grande parte desses adolescentes estão inseridos nesta concepção, que envolve a ausência de políticas públicas de direito, bem como permeiam desproteções sociais e violações de direitos, marcadas historicamente e socialmente.

Segundo García (2014), não há apenas um único perfil desses adolescentes e cada trajetória é singular. Porém, alguns fatores costumam aparecer de maneira reiterada. Um deles, segundo a autora é a conduta antissocial e a rejeição à escola:

La mayoría de estos adolescentes comparten una trayectoria escolar marcada por el absentismo y la convicción de no ser capaces de aprender, idea de la que se defienden adoptando una actitud de desprecio hacia el conocimiento, pero que deja en ello una autoestima muy debilitada (García, 2014, p. 76).

Conforme a autora, o fracasso escolar não é a única característica evidente, mas também destaca que são adolescentes que cresceram com escassez de recursos econômicos e culturais extremos (García, 2014). São adolescentes que viveram seu desenvolvimento a partir de dificuldades e que, por vezes, não apresentam qualquer projeto de futuro:

Han perdido la capacidad de imaginar cómo quieren vivir y, a pesar de su conducta antisocial, son extremadamente conformistas. Adolescentes poco autónomos que abandonan su futuro al destino, a la suerte, o a las circunstancias concretas en las que se encuentran y ante las cuales no ofrecen ninguna resistencia. Son chicos y chicas que se acomodan a situaciones que les proporcionan seguridad, aunque sea temporalmente, y cuyo comportamiento depende de variables externas que no controlan y que acaban decidiendo en su lugar (García, 2014, p. 76).

García (2014), levanta alguns questionamentos quando pensados os adolescentes em risco de exclusão social: como se capacita uma pessoa que cresceu “à margem de”? como se desenvolvem competências em grupos que, desde idades muito precoces, internalizaram “sua incompetência”?

Para responder a essas perguntas, a autora propõe a APS como uma possível metodologia de intervenção que pode contribuir para essas questões. A APS, segundo García (2014), é uma proposta que pode promover ao adolescente a oportunidade de protagonizar condutas altruístas e de comprometer-se com o bem comum, além de, através das ações, possibilitar que eles se descubram como pessoas capazes de



participar na comunidade, se distanciando do papel de pessoa vulnerável e sem recursos.

Além disso, segundo a autora, a APS, especialmente quando fundamentada no planejamento e avaliação contínua das ações, pode favorecer, por parte dos adolescentes, a possibilidade de praticar a paciência e a capacidade de projetar um futuro, considerando suas consequências e caminhos a serem seguidos até um objetivo final.

Destaca-se que, embora APS, ofereça diversas possibilidades de construção de alternativas para esses adolescentes, ela não é, por si só, capaz de transformar as suas trajetórias ou contexto de vida. Existem, sabidamente, múltiplos fatores que permeiam seus contextos e que contribuem para os processos de exclusão social, que demandam intervenções mais amplas, articuladas com diferentes atores e instituições para a superação dessas situações.

#### **4 AS ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE**

Nesta seção, será apresentado primeiramente, um panorama sobre documentos e publicações que abordam a socioeducação, especialmente com interesse em buscar as propostas metodológicas apresentadas para a execução da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), através de uma análise documental. A análise busca compreender como são apresentadas as orientações metodológicas ao longo do tempo e de que forma as equipes de atendimento vêm elaborando estratégias de intervenção.

Posteriormente, será apresentada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de levantar, especialmente nos últimos anos, o papel das equipes de atendimento no processo de construção das intervenções, além de apresentar algumas práticas que vêm sendo realizadas atualmente, na perspectiva crítica da execução da medida de PSC.

A partir dessas discussões, essa seção se propõe a fomentar uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades de aprimoramento da execução da PSC, tendo em vista o escopo legal das normativas, bem como experiências que propõem ações que se preocupam com o caráter socioeducativo da medida judicial.

Em 2018, a Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, publicou o Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social, com o objetivo de atender à necessidade de conhecer melhor a realidade da execução das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no Brasil (Brasil, 2018). Destaca-se que esse foi o último levantamento específico de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto a nível nacional. Essa pesquisa informa que, à época, o Brasil possuía 117.207 adolescentes e jovens em cumprimento de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o que representa 82% de todas as medidas aplicadas, estando as medidas de semiliberdade e internação, compreendidas nos demais 28%. Em relação à medida socioeducativa de PSC, a pesquisa aponta que em 2017 havia, no Brasil, 69.930 adolescentes em cumprimento desta medida.

O Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) publicou no ano de 2023, o chamado Levantamento Nacional de Dados do SINASE 2023, que tem como objetivo a retomada do processo de coleta, análise e publicização dos dados nacionais relativos à Política Nacional de Atendimento Socioeducativo no Brasil (Brasil, 2023). Esse levantamento foi realizado após 06 anos do último material publicado com o mesmo objetivo e nos traz informações relevantes quando consideradas algumas mudanças relacionadas às medidas socioeducativas e o público atendido nessa política.

Os dados apresentados neste levantamento dizem respeito ao primeiro semestre do ano de 2023 e contêm informações de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade em todas as unidades federativas. Aqui, já é possível constatar um ponto importante. O destaque vai para o recorte que se deu no levantamento, que restringiu as informações coletadas e não considerou os dados dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

O principal impacto abordado neste documento é que o levantamento de 2017 informou que havia registrado no Brasil um total de 24.803 adolescentes em semiliberdade e internação, já no ano de 2023, foram registrados 11.556 adolescentes. Ou seja, uma diminuição de aproximadamente 53,41%. O documento traz algumas hipóteses para essa redução: impactos da pandemia de Covid-19 (considerando o número de mortes e o distanciamento social); a decisão do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Habeas Corpus Coletivo 143.988/ES<sup>5</sup>; o aumento de homicídios contra adolescentes e jovens; a redução das abordagens policiais e dos registros de roubo; entre outras.

Essa informação é de extrema relevância para esta pesquisa, especialmente quando pensamos a questão da medida socioeducativa em meio aberto. Afinal, se há uma tendência de redução da aplicação de medidas restritivas e privativas de liberdade, é possível considerar que pode ocorrer uma preferência pela aplicação da medida socioeducativa em meio aberto.

---

<sup>5</sup> Habeas Corpus Coletivo 143.988/ES: processo que resultou na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou o fim da superlotação em unidades socioeducativas brasileiras. Ver: Instituto Alana, 2022. Pela Dignidade: a história do habeas corpus coletivo pelo fim da superlotação no sistema socioeducativo, organização Mayara Silva de Souza, Instituto Alana, São Paulo-SP.

No ano de 2025, foi publicado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), o Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2024, que também apresenta o recorte de dados dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de restrição e de privação de liberdade (semiliberdade e internação). A publicação aponta a necessidade de um levantamento em relação aos dados das medidas socioeducativas de meio aberto, porém ressalta a dificuldade de produção de um relatório com esse perfil, em virtude da municipalização desse atendimento e ausência de um sistema informatizado e integrado de registro de informações (Brasil, 2025).

Quando observados esses dados, aparece a necessidade de pensar a forma como as medidas socioeducativas em meio aberto estão sendo executadas. E, especialmente nesta pesquisa, a medida de Prestação de Serviços à Comunidade.

#### 4.1 AS ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS DA PSC NAS NORMATIVAS E DOCUMENTOS LEGAIS

Como ponto de partida para iniciar a discussão sobre a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade e a forma como são apresentadas as metodologias de intervenção, bem como a questão sobre como a socioeducação é tratada nessa modalidade, é importante, nesse momento, a análise de documentos legais que se referem à essa medida. Isso porque, de acordo com a experiência profissional, nos parece que as orientações oficiais são escassas no que se diz respeito às orientações metodológicas para as intervenções de PSC e às atividades que o adolescente deve realizar nas entidades acolhedoras<sup>6</sup>. Essa impressão se dá no campo da prática, onde, por diversas vezes, foi necessário a procura por orientações sobre como construir um processo metodológico para a PSC e pouco foi encontrado.

---

<sup>6</sup> Entidade acolhedora ou instituição acolhedora são termos utilizados para se referir aos locais para onde o adolescente é encaminhado para executar as atividades de cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. O ECA cita alguns exemplos: entidades socioassistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Quando tratamos sobre a questão da metodologia de intervenção em relação à PSC, estamos lidando com a seguinte pergunta: a forma como a PSC está sendo executada vai de encontro com a socioeducação? Essa pergunta é algo que está presente cotidianamente nas equipes que trabalham com a execução dessa medida, afinal, será que estamos realizando um trabalho que realmente está voltado para os objetivos de uma medida socioeducativa?

Para iniciar as respostas a essas questões, se faz necessário, portanto, primeiramente, uma análise documental, que pode trazer luz sobre a forma como se espera, legalmente e oficialmente, que a PSC atinja os objetivos propostos. A pergunta, nesse momento, é: o que dizem os documentos oficiais em relação às metodologias de intervenção na PSC?

A análise documental foi escolhida para esse levantamento pois, conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Os autores argumentam que é possível a análise dos dados obtidos através dos documentos de forma que não ocorra interferência do tratamento analítico dado pelo campo científico, ou seja, a análise se dá a partir da fonte primária das informações, a partir das quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p. 6).

Sendo assim, ao se interessar pela forma como a PSC é apresentada em documentos oficiais, incluindo leis, resoluções, orientações técnicas e normas, especialmente no que diz respeito às orientações metodológicas de execução da medida, a pesquisa partiu para a análise desses documentos.

#### 4.1.1 A PSC na Legislação Federal

Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento na Base da Legislação Federal - REFLEGIS, que reúne todos os atos de hierarquia superior editados desde a proclamação da república. Nessa base de dados, é possível encontrar o histórico de decretos, leis e medidas provisórias já publicados no âmbito federal. Na pesquisa foi utilizado o termo “prestação de serviços à comunidade”, a fim de encontrar legislações que versam especificamente sobre esse tema.

Nos resultados da pesquisa, revelou-se a escassa presença da expressão “prestação de serviços à comunidade”. Das 30 normativas que apresentam o termo, apenas 2 fazem referência à medida socioeducativa, uma vez que esse termo também é utilizado no Código Penal como uma das alternativas para pena restritiva de direito para pessoas adultas. Diante dessas informações, é possível observar que há uma baixa apresentação de legislações e normativas específicas que regulamentam a PSC no campo socioeducativo.

A primeira legislação que temos, portanto, é a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. No documento, o termo “prestação de serviços à comunidade” aparece por 3 vezes, sendo a primeira referente às entidades de atendimento e suas responsabilidades. Na segunda e terceira vez, o termo está relacionado à prática do ato infracional em si, como uma das possibilidades de sentença judicial.

Sendo assim, no capítulo IV, seção I, no artigo 112, inciso III, a PSC aparece pela primeira vez como uma medida socioeducativa aplicável a adolescentes que cometeram ato infracional. No segundo momento, o artigo 117 traz a seguinte redação:

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.  
Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (Brasil, 1990).

Há, portanto, apenas uma breve apresentação da PSC, com alguns apontamentos de regulamentação, onde não há um aprofundamento da concepção da PSC como proposta de intervenção, tampouco propostas metodológicas.

O segundo documento que apresenta a PSC relacionada com adolescentes é a Lei nº 12.594, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. O termo “prestação de serviços à comunidade” aparece 6 vezes no documento. No primeiro (art. 13) e segundo (art. 14)

momento, faz referência às competências dos programas de meio aberto. No terceiro (art. 39) momento, versa sobre a constituição do devido processo legal que engloba a aplicação das medidas socioeducativas aos adolescentes. Já na seção IV (art. 52 e 56), o termo aparece em relação à construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), elaborado pela unidade executora em conjunto com o adolescente e seus responsáveis. No último momento aparece alterando a redação do ECA, apenas modificando o número do inciso que aparece.

No SINASE, portanto, a PSC ainda aparece quando apresentadas formulações de regulamentação, sem que sejam elaborados ou aprofundados procedimentos metodológicos.

Considerando a escassez de orientações ou aprofundamentos das concepções da PSC no sentido metodológico e de possibilidades de intervenção e para complementar a pesquisa, foi realizado um levantamento nos seguintes documentos: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (reimpressão 2014); Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011); Caderno de Orientações Técnicas: Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (2016); cartilha Medidas Socioeducativas em meio Aberto, do Ministério do Desenvolvimento Social (2018); Guia de Orientações para Instituições Governamentais e Organizações da Sociedade Civil que recebem adolescentes para o cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade, do Ministério da Cidadania (2019); Referências Técnicas para atuação de psicólogos em medidas socioeducativas, do Conselho Federal de Psicologia (2021) e as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, também do Conselho Federal de Psicologia (2012).

A escolha por esses documentos se deu a partir de referenciais que vão ao encontro de regulamentar, estabelecer normativas, orientar a atuação da equipe técnica, entre outros. Em relação aos documentos voltados ao profissional da psicologia, o recorte foi feito não apenas por ser a categoria profissional da pesquisadora, mas também por que há uma grande quantidade de psicólogos que atuam com as medidas socioeducativas, além de existirem documentos específicos

voltados para essa temática. A ótica para esses documentos se dará exclusivamente, conforme os objetivos da pesquisa, às orientações referentes à medida de PSC, uma vez que a investigação está interessada nas referências de metodologia de execução.

#### 4.1.2 A PSC na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

Para complementar as análises, em primeiro momento, foi examinada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, em sua reimpressão datada do ano de 2014. Esse material foi elaborado em comemoração, à época, dos 20 anos de promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com o objetivo de reunir as resoluções que aprovaram a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o que ocorreu em 2009 e 2014. A publicação define os serviços de proteção social do Sistema Único de Assistência Social, sendo considerada um marco na área. Esse documento foi escolhido pois o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) está incluído entre um dos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, estabelecido por esta Tipificação.

No documento, o termo “prestação de serviços à comunidade” aparece por 6 vezes quando o texto descreve o serviço, remetendo às normativas estabelecidas no ECA, sem promover orientações metodológicas de execução, limitando-se a estabelecer parâmetros.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é um documento norteador de toda a política de Assistência Social. No campo da prática e do exercício profissional no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é uma publicação de referência cotidiana dos profissionais atuantes, por se tratar de um material que regulamenta todo o funcionamento dos serviços dessa política. Por ser um documento com caráter majoritariamente descritivo, também não avança em relação às medidas socioeducativas em meio aberto. Nesse sentido, apenas apresenta novamente as normativas, sem estabelecer novas concepções ou orientações em relação ao processo metodológico ou de concepção da PSC enquanto processo socioeducativo.



#### 4.1.3 A PSC e as Orientações Técnicas governamentais

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) se dá no Centro de Referência Especializado de Assistência Social e, portanto, foi analisado o documento que versa sobre Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, de 2011. O termo “prestação de serviços à comunidade” aparece por 3 vezes, também em um contexto estritamente descritivo da forma de organização do serviço.

No ano de 2016, foi publicado o Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Nesse documento, há a apresentação do serviço conforme as prerrogativas legais e o termo aparece por mais vezes, 27 no total. No que se refere ao tema que aborda a metodologia de intervenção, o documento ressalta a necessidade do planejamento das ações em um espaço de tempo menor, tendo em vista o prazo limite para a execução da PSC, destacando o papel do Plano Individual de Atendimento nesse planejamento. Outro destaque é para a preocupação com o tipo de trabalho desenvolvido pelo adolescente nas entidades de cumprimento da medida. Discorre sobre a importância que existe na escolha de entidades acolhedoras que sejam adequadas ao cumprimento das atividades comunitárias, levando em conta um ambiente acolhedor, garantindo a boa convivência do adolescente e que não sejam permitidas atividades fora do contexto educativo e de cunho constrangedor.

O documento ainda traz alguns fatores importantes quando pensadas as atividades que os adolescentes executam, conforme o que segue:

As tarefas a serem executadas pelos adolescentes serão prestadas gratuitamente e visam à sua responsabilização, à vivência de valores de coletividade, ao convívio com ambientes de trabalho e ao desenvolvimento de estratégias para a solução de conflitos de modo não violento. A medida, portanto, tem um caráter pedagógico e sua execução deve partir das novas experiências vivenciadas e do convívio do adolescente com outros grupos (Brasil, 2016).

No decorrer desta seção, o texto se volta às orientações em relação às entidades acolhedoras e os cuidados que o serviço deve ter, como capacitações à entidade acolhedora, contatos constantes para o acompanhamento das atividades, entre outros. É possível observar que, quando analisados documentos voltados especificamente para orientações técnicas, ou seja, documentos que visam nortear a atuação da equipe técnica, há um modesto avanço e ampliação da discussão em torno da PSC.

Em 2018, o Ministério do Desenvolvimento Social lançou uma cartilha chamada Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, com a finalidade de construir um documento voltado especificamente ao adolescente e à família do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, com uma linguagem direta ao leitor. Nele, estão orientações e explicações sobre todos os procedimentos que envolvem as medidas em meio aberto. Na seção que versa sobre a PSC, uma das orientações sobre as atividades realizadas está descrita da seguinte forma:

Essas atividades não são consideradas formas de trabalho e não podem ser cansativas e nem humilhantes para você. São atividades pensadas para que você se sinta útil para o seu bairro ou sua comunidade e te ajudem a refletir sobre as consequências dos seus atos (Brasil, 2018).

Há ainda no documento uma parte de perguntas e respostas sobre “o que pode e o que não pode durante o cumprimento da medida” e uma das perguntas se refere à PSC: “Se eu estiver cumprindo Prestação de Serviços à Comunidade posso ser obrigado a fazer as atividades de que não goste?” Na resposta, a novidade que aparece é que o adolescente pode propor à equipe uma atividade que considere relevante para o seu bairro ou para a sociedade em geral. Essa é uma orientação interessante quando observamos que, nos documentos legais, aparece apenas quando voltada especificamente ao adolescente e não à equipe técnica.

No guia de Orientações para Instituições Governamentais e Organizações da Sociedade Civil que recebem adolescentes para o cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, de 2018, o Ministério da Cidadania dá orientações gerais sobre o que é uma medida socioeducativa e sobre alguns procedimentos a serem realizados pelas equipes técnicas. Sobre as responsabilidades e compromissos do adolescente na entidade acolhedora, lista algumas orientações de

bom convívio com as equipes, funcionários e usuários da entidade acolhedora, por exemplo.

Na seção voltada às atribuições das entidades acolhedoras de PSC, o texto orienta que as estratégias didáticas e pedagógicas de atendimento ao adolescente devem ser construídas em conjunto com os CREAS, não ofertando apenas o espaço físico para a execução da medida, mas também um espaço cultural e social de vivências e aprendizado. Outra importante atribuição descrita é que cabe à entidade acolhedora estabelecer um planejamento ético-pedagógico entre ela, o adolescente e sua família e o CREAS, além do acompanhamento e avaliação das atividades, para que se atinja os objetivos propostos no ECA.

O documento ainda dedica uma parte específica sobre as tarefas a serem desempenhadas pelo adolescente na instituição. Aqui, primeiramente é ressaltado que o adolescente não pode desempenhar atividades laborais que pouco contribuem com seu desenvolvimento psicossocial, uma vez que essas atividades podem ser consideradas punição pelo ato infracional, o que vai em contraposição aos objetivos de uma medida socioeducativa. Coloca que a PSC:

[...] se fundamenta na perspectiva do fortalecimento da convivência familiar e comunitária como um caminho para a interrupção da trajetória infracional, visto que o estímulo da vinculação à comunidade por meio de participação em instituições de interesse social contribui para a ampliação dos projetos de vida, valorização da identidade, construção de percursos autônomos, desenvolvimento de habilidades, entre outras questões que somadas podem ampliar as possibilidades e as escolhas das/os adolescentes (Brasil, 2018).

Destaca que o adolescente deve exercer atividades que colaborem para o atendimento da missão institucional, realizando atividades relevantes à comunidade e que façam sentido para ele. Lista atividades que o adolescente pode fazer na instituição, quais são proibidas ou não recomendáveis:

Atividades de PSC recomendáveis: são aquelas que mudam a percepção da comunidade sobre o adolescente, o fazem sentir-se útil e responsável pela coletividade.

Atividades proibidas: trazem prejuízo social, emocional ou físico aos adolescentes e em nada contribuem com seu processo socioeducativo. Também aquelas análogas ao trabalho infantil.

Atividades não recomendáveis: são atividades não proibidas, mas que têm baixa capacidade de produzir efetivo ganho pessoal ao adolescente e à comunidade (Brasil, 2018).

Nota-se que, pela primeira vez, aparecem nos documentos legais orientações que vão além do estabelecimento de normativas descritivas ou puramente legalistas. Há, nesse documento, a preocupação de aprofundar nos termos que apareciam anteriormente e que poderiam ser interpretados das mais diversas formas ou superficiais.

O documento apresenta um quadro detalhado sobre as atividades:

Quadro 2 - Descrição de atividades de PSC.

| <b>Atividades de PSC recomendáveis</b>                                                                                                                                                                                      | <b>Atividades proibidas</b>                                                                                                                                             | <b>Atividades não recomendáveis</b>                                                                                                                                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participação como monitor, criados ou apoiador em projetos culturais e artísticos ao público da instituição (cineclube comunitário, contação de histórias, incentivo à leitura, concurso de música ou dança, entre outras). | Manuseio de produtos químicos, inflamáveis, cortantes ou tóxicos.                                                                                                       | Serviços administrativos (organização de arquivos, fotocópia, organização de pastas e materiais) que não tenham sentido além de si mesmos.                                   |
| Produção de material audiovisual sobre assuntos relevantes ao público da instituição (direitos humanos, benefícios sociais, formas de funcionamento da instituição).                                                        | Atividades que se configurem como laborativas: faxina, capina, copeiragem, lavagem de carros, serviços gerais (limpeza de banheiro, varrição de ruas, etc).             | Atividades semelhantes às da aprendizagem (todavia sem a capacitação adequada ou certificação, trazendo frustração ao adolescente e a promessa de uma formação inexistente). |
| Inserção em projetos esportivos como monitores ou apoiadores das atividades.                                                                                                                                                | Atividades que exponham negativamente a imagem do adolescente (uso de uniformes que identifiquem aquele adolescente que cumpre medida; divulgação da PSC como castigo). | Atividades que envolvam dinheiro ou valores que possam expô-los a riscos diversos.                                                                                           |
| Atividades de sensibilização do público da instituição sobre seus direitos e deveres (projetos contra o bullying nas escolas, proteção ambiental, combate ao racismo, etc).                                                 | Atividades com maquinário pesado, perigosas, noturnas ou insalubres.                                                                                                    | Atividades que produzam o contato entre o adolescente e alguma vítima do ato infracional cometido por ele, sem a devida mediação da equipe do CREAS.                         |

|                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                               |                                                                                                                |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Desenvolver ou fazer parte de projeto institucional a partir de algum talento pessoal do adolescente (musical, matemático, grafite/desenho, linguístico, teatral, jornalístico, etc). | Atividades de coleta de dinheiro para a instituição, propagação de doutrina religiosa ou político-partidária.                 | Atividades em que o adolescente possa ficar sem supervisão e apoio de uma pessoa de referência da instituição. |
| Auxiliar na construção da proposta pedagógica de intervenção da instituição junto a seus usuários (especialmente em escolas e unidades de acolhimento).                               | Atividades compatíveis com as tarefas de office boy, contínuo ou estafeta.                                                    | Atividades que venham acompanhadas de alguma promessa de remuneração futura.                                   |
| Auxílio na criação ou fortalecimento de espaços de participação institucional como grêmios estudantis ou organizações de usuários.                                                    | Atividades de sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia (regimes militares, policiais ou religiosos/ascéticos). | Atividades que estejam além de sua capacidade intelectual ou física, a fim de não impactar sua autoestima.     |

Fonte: Guia de orientações para instituições governamentais e organizações da sociedade civil que recebem adolescentes para o cumprimento de PSC (Brasil, 2018).

Em sua conclusão, o Guia acrescenta que a proteção e a integração desses adolescentes devem ser vistas como um compromisso de toda sociedade, destacando o papel das instituições na construção da efetividade da medida socioeducativa.

#### 4.1.4 A PSC nos documentos do Conselho Federal de Psicologia

Foi realizado também um levantamento nos documentos do Conselho Federal de Psicologia, uma vez que são produções que visam à orientação técnica dos psicólogos que atuam nos serviços de medida socioeducativa em meio aberto. O primeiro documento encontrado que trata das orientações aos psicólogos que atuam no tema é do ano de 2012, chamado Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. O documento, construído a partir da metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), busca “construir uma referência sólida para a atuação da Psicologia na área” (Conselho Federal de Psicologia, 2012).

No documento, há uma seção específica para a PSC. No início da apresentação, a experiência de trabalho como estratégia reparadora da prática do ato

infracional é colocada como questão central nessa medida socioeducativa. Nesse sentido, há de se considerar a natureza do trabalho que o adolescente realiza na instituição, uma vez que deve “atender a concepção de que a participação produtiva na comunidade/sociedade é uma alternativa para o seu presente e o seu futuro”. Coloca a finalidade da PSC como uma forma de demonstrar para o adolescente alternativas de inserção em sua coletividade.

Outra publicação do Conselho Federal de Psicologia levantado é o Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) em medidas socioeducativas, de 2021. Esse documento é uma atualização das primeiras referências técnicas lançadas em 2010<sup>7</sup> e 2012<sup>8</sup>, se referindo a todas as medidas socioeducativas, ou seja, tanto as de meio aberto quanto as de meio fechado (internação e semiliberdade).

A novidade nesse documento é a referência à PSC coletiva, que, conforme descrito no texto, consiste em atividades relevantes para o território do adolescente planejadas e executadas coletivamente por um grupo de adolescentes em PSC. Cita um aspecto positivo nessa proposição, que é o fato do adolescente poder ocupar um lugar valorizado na sua comunidade de origem com base no seu trabalho.

Nos documentos elaborados especificamente pelo Conselho Federal de Psicologia, observa-se que há uma preocupação, de forma geral, com as concepções norteadoras da atuação do profissional psicólogo com esse público, apresentando até uma concepção metodológica, porém também ainda parece haver uma falta no aprofundamento das orientações metodológicas.

#### 4.2 A METODOLOGIA DE PSC NAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Além da discussão sobre as orientações técnicas e metodológicas apresentadas nos documentos legais, que são de suma importância para as equipes de atendimento, por serem primordiais para a garantia da execução da medida socioeducativa de forma legal e em conformidade com o direcionamento das políticas

---

<sup>7</sup> Referência Técnica para Atuação de Psicólogos(os) no Âmbito das Medidas Socioeducativas em Unidades de Internação.

<sup>8</sup> Referência Técnica para Atuação de Psicólogos(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

públicas adotadas, é importante uma análise sobre como está sendo de fato executada a medida de PSC. Esse levantamento se faz necessário, especialmente quando verificado que as orientações dos documentos legais são escassas e, quando apresentadas, pouco aprofundadas.

Portanto, com o objetivo de levantar pesquisas que abordam a temática apresentada, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Conforme Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica é um importante procedimento científico capaz de gerar a postulação de hipóteses ou interpretações, especialmente em temas pouco explorados.

Para iniciar a apresentação das etapas metodológicas seguidas para a pesquisa bibliográfica, destaca-se que levantamento similar foi realizado por Ferreira (2022), com base nos anos de 2012 a 2022. A autora, nesse levantamento tinha como foco:

[...] pesquisas cujo objetivo fosse o estudo da medida socioeducativa em meio aberto de Prestação de Serviços à Comunidade, o que se justifica como resposta ao objetivo desta dissertação, a qual faz um recorte sobre a PSC e sua relação com a socioeducação. Levantamos as pesquisas dos últimos dez anos para procurar entender os estudos após a Lei n. 12.594 de 18 de janeiro de 2012 [...] (Ferreira, 2022, p. 21).

Sendo assim, considerando que o enfoque da autora se deu na dimensão da PSC e sua relação com a socioeducação, ou seja, na análise sobre a efetividade da execução da PSC no âmbito dos objetivos socioeducativos, serão apresentados brevemente os achados da autora e, posteriormente, apresentada a pesquisa bibliográfica focada nos anos 2022 a 2024, uma vez que o recorte da autora também foi realizado a partir dos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica apresentada por Lima e Miotto (2007).

Ferreira (2022) utilizou em sua pesquisa as bases de publicações científicas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com os descritores “medidas socioeducativas” AND “prestação de serviços à comunidade”. No geral, foram analisadas seis dissertações e um artigo sobre o tema. No contexto de análise, a autora fez a divisão em blocos temáticos:

No primeiro bloco, estão pesquisas que apresentam em seus resultados que a PSC não possui dimensão socioeducativa. No segundo bloco, pesquisas que demonstram experiências com resultados socioeducativos, e no terceiro, uma revisão das publicações sobre a PSC (Ferreira, 2022, p. 25).

No primeiro bloco, a autora destaca pesquisas que envolvem atividades que se apresentam essencialmente com caráter laborativo, não socioeducativo e não vinculadas aos projetos de vida dos adolescentes, além de apresentarem características punitivas, degradantes e humilhantes aos adolescentes.

No segundo bloco, a autora apresenta a pesquisa de Flores (2011), que expõe sobre a experiência com a metodologia de oficinas utilizada no Programa de Prestação de Serviços à Comunidade da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Essa pesquisa apresenta norteadores que vão ao encontro do caráter socioeducativo de execução da medida, sendo considerado a partir da ótica da proteção integral com uma dimensão educativa e para a cidadania (Ferreira, 2022). Ferreira, ainda nesse bloco, apresentou a pesquisa de Novaes (2018), que relata sobre o desenvolvimento da PSC na Defensoria Pública de Salvador (BA). Na pesquisa, é destacado o baixo índice de descumprimento da medida socioeducativa nesse contexto, com evidência no caráter socioeducativo. A última pesquisa apresentada neste bloco, de Rodrigues (2017), relata sobre a experiência de PSC em encontros grupais na UAMA, órgão da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventudes, do governo do Distrito Federal. O destaque nessa pesquisa é o processo dos encontros grupais, onde foi discutido o território, a comunidade e realizadas oficinas.

No último bloco, Ferreira (2022) apresenta uma pesquisa (Martins, 2016) sobre a produção de PSC no Brasil, ressaltando a escassez de produções sobre o tema e o aspecto educativo da PSC, que, segundo o autor, envolve trocas oportunizadas pelas relações sociais.

A partir desse levantamento, considerando os achados e o percurso metodológico da autora, foi realizada uma pesquisa nas mesmas bases de dados (BDTD e Portal de Periódicos da CAPES), com os mesmos descritores, “medida socioeducativa” AND “prestação de serviços à comunidade”. Os descritores foram utilizados em português devido ao material de interesse da pesquisa, considerando a



análise de publicações brasileiras sobre PSC. Na pesquisa, foi utilizado o VPN Unesp para acesso também aos conteúdos assinados dos bancos de dados.

Como critério de inclusão para o levantamento, foram selecionadas pesquisas com a temática que envolve o cumprimento da medida socioeducativa de PSC, tendo em vista o recorte de interesse dessa pesquisa, que visa a busca por publicações que envolvem a execução desta medida. Como critério de exclusão, foram desconsideradas publicações que abordam outras medidas socioeducativas ou que tratam de temas que não são relacionados aos objetivos desta pesquisa. O levantamento foi realizado nas bases dos anos de 2022, 2023 e 2024, tendo em vista a apresentação da pesquisa anterior de Ferreira (2022), que já realizou pesquisa similar.

Na BDTD, ao utilizar os descritores nos campos de busca, no dia 27 de dezembro de 2024, foram localizados 11 resultados. Desses resultados, 04 foram publicadas no banco de dados no período de 2022 a 2024, porém as pesquisas foram realizadas nos anos de 2009, 2014, 2019 e 2020. Foi realizada a leitura dos resumos dos materiais e selecionados aqueles de acordo com o critério de inclusão. Dentre essas, as dissertações selecionadas foram 02, por irem de encontro aos critérios de inclusão. As que não foram consideradas nessa pesquisa abordaram temas como: a relação do adolescente que cumpre medida socioeducativa com a escola; protagonismo do adolescente na medida socioeducativa; contexto da pandemia de COVID-19 e medida socioeducativa; relações étnico-raciais nas medidas socioeducativas e histórico da execução da medida socioeducativa em determinada região.

Em consulta ao Portal de Periódicos da CAPES foram encontrados 08 resultados, utilizando os mesmos descritores, “medida socioeducativa” AND “prestação de serviços à comunidade”. De acordo com os critérios de inclusão, foram selecionados 02 artigos. Como critério de exclusão, foram desconsiderados 06 artigos. Um deles foi desconsiderado por se tratar da mesma pesquisa de uma das dissertações, sendo, portanto, apresentada a mesma experiência de PSC. Os outros artigos excluídos da pesquisa apresentaram temas como: trabalho da equipe multiprofissional na medida socioeducativa em meio aberto; intersetorialidade e medida socioeducativa; perspectiva da educação sob a ótica de jovens que cumprem

medida socioeducativa; entendimento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa sobre acesso à saúde e atividades realizadas por adolescentes após o cumprimento da medida socioeducativa.

Para realização da análise e da síntese integradora foram utilizadas, portanto, 02 dissertações e 02 artigos, apresentados na tabela a seguir:

Quadro 3 - Publicações selecionadas nas bases BDTD e Periódicos CAPES.

| Referências                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Objetivos, método e resultados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>FERREIRA, G. V. <b>A Prestação de Serviços à Comunidade a partir do relato de jovens que cumpriram esta medida socioeducativa.</b> Orientadora: Luciana Aparecida Nogueira da Cruz. 2022. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2022.</p> | <p><b>Objetivos:</b> investigar a percepção de jovens que cumpriram a PSC em um município de porte médio do interior do Estado de São Paulo; levantar as atividades que foram desenvolvidas pelos adolescentes na PSC.</p> <p><b>Metodologia:</b> pesquisa bibliográfica, análise dos documentos oficiais referentes à PSC, pesquisa de campo composta por questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada com oito jovens.</p> <p><b>Resultados:</b> socioeducação não está bem definida em nossas legislações, sendo apresentada de forma genérica; escassez de publicação sobre a temática; uma única jovem percebe a atividade como socioeducativa; cinco jovens realizaram atividades que não foram socioeducativas e estiveram relacionadas com atividades de trabalho para a entidade, sem finalidade pedagógica; PSC precisa avançar sobre as ações de reflexão com os jovens e de inserção em locais que, de fato, trabalhem as ações com a comunidade; ausência de diretriz pedagógica da PSC; necessidade de melhoria de impacto de processos pedagógicos para a PSC.</p> |
| <p>VEDOVELLO, A. J. S. <b>Medida Socioeducativa de prestação de serviços à comunidade:</b> uma estratégia metodológica coletiva e territorial. Orientadora: Sandra Maria Galheigo. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2023.</p>                                               | <p><b>Objetivos:</b> sistematizar a estratégia metodológica da PSC COLETIVA, em seus aspectos históricos, seus processos, referências teóricas e experiências de implementação, com ênfase em seu caráter coletivo e territorial.</p> <p><b>Metodologia:</b> pesquisa documental, entrevistas e grupo focal.</p> <p><b>Resultados:</b> a importância de denominar a estratégia metodológica desta segunda fase</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

|                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                       | <p>como PSC COLETIVA E TERRITORIAL; eixos centrais dessa metodologia: a atividade como principal recurso de mediação, o trabalho grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar; a PSC COLETIVA E TERRITORIAL, como estratégia metodológica para a medida socioeducativa de PSC, se sustenta por meio da socioeducação, com um efetivo trabalho - educativo e pedagógico, crítico e participativo, na perspectiva da garantia de direitos para os adolescentes autores de atos infracionais; abordagem grupal e a ação territorial como potências para a participação e inclusão social do adolescente.</p>                                                                                               |
| <p>WATANABE, C. Y. V., FIRMIANO, L. J. Há socioeducação na medida socioeducativa PSC? <b>Revista Quaestio Iuris</b>. Rio de Janeiro, v. 16, n. 03, 2023, p. 1890-1920.</p>                                                                            | <p><b>Objetivos:</b> realizar um diagnóstico da realidade social vivida por adolescentes em cumprimento de PSC.</p> <p><b>Metodologia:</b> entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais, psicólogos e pedagogos.</p> <p><b>Resultados:</b> o adolescente não foi compreendido como sujeito em desenvolvimento, sendo rotulado pela tipologia do ato infracional como um “bandidinho que não tem jeito”.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <p>ROSA, S. F. E. AREOSA, S. V. C. Atenção sobre o socioeducando e os serviços comunitários referentes à medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade. <b>Revista Educação Popular</b>. Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 346-362, 2024.</p> | <p><b>Objetivos:</b> construir uma ação para qualificar os serviços que recebem os socioeducandos e fortalecer o vínculo dos locais com o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).</p> <p><b>Metodologia:</b> visitas institucionais e roda de conversa virtual.</p> <p><b>Resultados:</b> as percepções dos servidores sobre os socioeducandos são meios para compreender os lugares sociais, a sociedade e o entendimento dos próprios adolescentes que internalizam tais discursos; maior entusiasmo e disponibilidade de novos cenários, o princípio de um trabalho conjunto e eficaz, com objetivos equivalentes de responsabilização e fortalecimento da cidadania pedagógica.</p> |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para apresentação dos dados levantados nas publicações selecionadas, foi realizada leitura na íntegra das pesquisas, com o levantamento das informações dos materiais, assim como sugerido por Lima e Miotto (2007). A seguir, será apresentada uma análise explicativa das obras selecionadas e posteriormente uma síntese integradora dos achados.

Considerando os objetivos desta pesquisa, voltados especialmente às metodologias aplicadas na execução de PSC, bem como as reflexões sobre o valor de qualidade dessas experiências, será feita a análise explicativa de todas as publicações selecionadas, tendo em vista que elas apresentam, em alguns casos, o relato das experiências, bem como a análise dessas experiências.

#### 4.2.1 As atividades realizadas e as percepções dos jovens

A primeira publicação selecionada, de Ferreira (2022), já foi referenciada nesta pesquisa, quando abordada a pesquisa bibliográfica contida na dissertação. A publicação ainda conta com outros processos metodológicos e apresenta resultados interessantes para esta pesquisa.

Ferreira (2022), tem como foco a percepção de jovens que cumpriram a PSC bem como identificar as atividades que foram desenvolvidas por eles e levantar alguns resultados da PSC, no que diz respeito à efetividade no sentido da socioeducação. Na pesquisa bibliográfica, a autora apresenta como destaque que as atividades realizadas na PSC não tiveram execução e finalidade socioeducativa. Sinaliza a relação que há em algumas pesquisas entre o cumprimento da PSC e o trabalho, que estão intrinsecamente relacionadas à ideia de punição aos adolescentes e o uso desses adolescentes em atividades de caráter de trabalho para a instituição e não para a comunidade (Ferreira, 2022).

Na fundamentação teórica, Ferreira (2022), traz a abordagem da psicologia sócio-histórica, de modo a entender a adolescência e seus processos a partir da visão crítica dos conceitos historicamente construídos sobre o tema. Destaca as questões que relacionam a culpabilização das famílias, dos adolescentes vulneráveis e as relações com a sociedade neoliberal, considerando a adolescência como fenômeno social. Além disso, destaca o processo histórico relacionado às políticas voltadas à

infância e adolescência, especialmente no recorte da socioeducação. Segundo Ferreira (2022), não há uma única definição do conceito de socioeducação, sendo necessária a legitimação social como conquista da Doutrina da Proteção Integral.

No âmbito do levantamento de dados para os objetivos da pesquisa, Ferreira (2022), realizou entrevistas com 08 jovens que já cumpriram a medida socioeducativa de PSC. Como instrumentos, utilizou um questionário sociodemográfico, com questões sobre escolaridade, sexo biológico, gênero, cor, renda, composição familiar e acesso a benefícios socioassistenciais e uma entrevista semiestruturada, com objetivo de levantar a percepção dos jovens, as atividades realizadas e se tiveram perspectiva sociopedagógica. Além disso, realizou a entrevista de um técnico que atua com a PSC para identificar os procedimentos do adolescente no CREAS até o encaminhamento à entidade acolhedora, bem como as atividades realizadas pelos adolescentes.

Nos resultados, Ferreira (2022) aponta que apenas uma única jovem percebe que a atividade realizada na PSC foi socioeducativa, 05 jovens realizaram atividades de trabalho para a entidade, sem finalidade pedagógica, 02 realizaram atividades inadequadas como limpeza e carregamento de peso e um jovem teve grande parte da carga horária também voltado a atividades de trabalho inadequado<sup>9</sup>. Ferreira (2022) aponta em sua análise a fragilidade de garantia dos princípios do Estatuto da Criança e Adolescente, tendo o Estado brasileiro ainda com ecos lógica da punição e castigo como parâmetro para educação. Aponta ainda a necessidade do avanço na execução da PSC, desde as diretrizes pedagógicas para PSC, até as propostas de atividades das instituições acolhedoras, considerando a melhoria dos processos pedagógicos.

#### 4.2.2 PSC Coletiva e Territorial

Em sua dissertação, Vedovello (2023), apresenta sua experiência na execução da medida socioeducativa de PSC no COMEC, Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas, responsável pela execução dessa medida no município. Ressalta que

---

<sup>9</sup> Em sua dissertação, a autora cita que utilizou o termo “inadequado” de acordo com o Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Brasil, 2016), que considera inadequadas atividades sem correlação com as atividades fim da instituição e que não possuem aspectos formativos (Ferreira, 2022).

a proposta da metodologia de PSC se deu a partir da necessidade sentida pelos profissionais que atuam com essa medida, considerando que a forma como era executada anteriormente não era numa perspectiva de responsabilização e socioeducação.

A autora apresenta os marcos legais que envolvem a PSC e aponta que no ECA não há uma regulamentação explícita como parâmetro para sua aplicação (Vedovello, 2023). Destaca ainda que o desfecho desta medida socioeducativa depende do envolvimento de toda sociedade, que deve oferecer oportunidades ao adolescente para cumprir a medida em locais diversos, considerando que a socioeducação parte do princípio de que o exercício da participação social deve fazer parte do processo socioeducativo dos adolescentes (Vedovello, 2023). Para Vedovello (2023), “a socioeducação tem como pilar a educação social de base popular e comunitária, cujo objetivo é favorecer a promoção da liberdade, da emancipação e da autonomia do sujeito” (Vedovello, p. 24).

Para coleta de dados, a autora utilizou a pesquisa documental, levantando documentos históricos sobre a implementação da metodologia de PSC COLETIVA, entrevista semiestruturada com agentes atuantes na proposta metodológica e a realização de um grupo focal com membros da equipe de PSC com a finalidade de problematizar e avaliar o uso da metodologia.

Um processo importante apresentado por Vedovello (2023), foi a descrição histórica e cronológica da implementação do programa, tendo em vista que a PSC COLETIVA foi implementada no ano de 2007. Destaca-se aqui a importância da formalização do processo, que foi dado a partir do convênio entre o município de Campinas e a OS<sup>10</sup> COMEC. Além disso, no momento da construção da proposta, envolveram a articulação também com o sistema de justiça para ampliar as discussões e validar a metodologia.

Vedovello (2023) destaca o caráter do processo grupal adotado pela PSC COLETIVA, que passou por reformulações após o apontamento de órgãos fiscalizadores do município sobre pontos frágeis da metodologia, especialmente

---

<sup>10</sup> OS: sigla utilizada comumente para o termo Organização Social, que é uma associação ou fundação privada sem fins lucrativos que recebe um título do Poder Público para realizar atividades de interesse público.

quando verificado que a execução se dava em locais centrais do município, o que limitava o acesso de alguns adolescentes. Outro fator importante apresentado no histórico foi a publicação de uma resolução municipal que instituiu equipe mínima dos serviços de MSE, com a composição de duplas psicossociais.

Após a reformulação da metodologia, Vedovello (2023) afirma que a proposta passou a ser nomeada PSC COLETIVA E TERRITORIAL. Nessa perspectiva, os atendimentos foram organizados a partir da lógica grupal e focada no território de residência dos adolescentes. São realizados grupos socioeducativos por região, com etapas definidas, que duram cerca de dois meses. Essas etapas consistem em, no primeiro momento, o conhecimento/reconhecimento do território; definição do serviço e/ou grupos que podem se beneficiar da PSC; contato com o local escolhido; estabelecimento de parceria com ofício institucional; visita do grupo de adolescentes; planejamento e preparação da atividade; execução da atividade. Vedovello (2023) ressalta que esses procedimentos garantem a abordagem de construção coletiva, participativa e territorial.

Como potências da estratégia metodológica, Vedovello (2023) identifica que a PSC COLETIVA E TERRITORIAL tem a atividade como principal recurso da PSC, o atendimento grupal, a ação territorial e o acompanhamento familiar. Destaca que o atendimento grupal é apontado como uma abordagem relevante para o engajamento dos adolescentes, considerando o espaço de convivência, compartilhamento e reconhecimento. Em relação à ação territorial, Vedovello (2023) relata que essa foi a mais relevante das estratégias, tendo em vista a possibilidade de trabalhar com os adolescentes a partir de seu lugar de pertencimento.

Sobre os desafios encontrados, Vedovello (2023) cita a dificuldade dos adolescentes em desconstruir a cultura do sistema prisional, sendo um desafio trabalhar com o adolescente o caráter pedagógico e de responsabilização conforme o preconizado pela medida socioeducativa. Outro desafio é o fato do grupo ser aberto, podendo ter a inserção de novos adolescentes ao longo dos encontros, uma vez que isso exige do grupo o acolhimento e o processo de retomar regras e combinados. Vedovello (2023) ainda relata sobre a frequência irregular dos adolescentes, o uso de substâncias psicoativas antes e depois do grupo, dificuldades com o serviço escolhido para aplicação das atividades, entre outras.

Em sua conclusão, a autora cita que a PSC COLETIVA E TERRITORIAL promove o adolescente ao papel de cidadão solidário e propõe uma mudança significativa do lugar social do adolescente (Vedovello, 2023).

#### 4.2.3 Socioeducação na PSC

Watanabe e Firmiano (2023) apresentam em seu artigo um diagnóstico da realidade social vivida por adolescentes em cumprimento de PSC, tendo como parâmetro a verificação se de fato ocorre a socioeducação na PSC. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com integrantes da equipe técnica de atendimento de PSC, em municípios do estado de Rondônia. Os autores, ao apresentar as prerrogativas da PSC ressaltam a importância do Estado e da sociedade em criar projetos e métodos eficazes e capazes de oferecer ao adolescente a oportunidade de uma vida diferente (Watanabe e Firmiano, 2023).

Para os autores, os profissionais de atuação devem investir em ações que promovem relações sociais e o senso de pertencimento à comunidade, permitindo que o adolescente atue como indivíduo crítico e participativo na construção de uma sociedade democrática (Watanabe e Firmino, 2023). Destacam ainda a importância da participação da família no processo da medida socioeducativa.

Watanabe e Firmino (2023) abordam a teoria da redistribuição e reconhecimento no contexto das políticas de atendimento socioeducativo. Segundo os autores, é fundamental que essas políticas considerem a dimensão redistributiva, ou seja, a inclusão em programas sociais e de redistribuição de renda; e a dimensão do reconhecimento, com estratégias que valorizem e respeitem as identidades e pertencimentos culturais e sociais dos jovens e suas famílias (Watanabe e Firmino, 2023). Defendem a criação de programas e políticas públicas que considerem as necessidades e particularidades dos adolescentes e famílias, tendo em vista o recorte social e econômico desse público.

A partir dos resultados das entrevistas, os autores puderam concluir sobre a importância do recorte da história biográfica dos adolescentes, considerando a necessidade de se olhar para esse adolescente para além do ato infracional. Segundo os autores, o principal resultado da pesquisa está no fato de que o adolescente não é



compreendido como sujeito de direito, mas associado ao ato infracional, sofrendo discriminação (Watanabe e Firmino, 2023). Destacam que apenas a criação de leis não é suficiente, é necessário a mudança de pensamento em relação ao adolescente em conflito com a lei.

#### 4.2.4 Aproximações com as entidades acolhedoras de PSC

Em seu artigo, Rosa e Areosa (2024), ao considerarem que é comum o encaminhamento dos adolescentes para atividades laborais e manuais na PSC, relataram uma experiência prática com o objetivo de construir uma ação de qualificação dos serviços que recebem o adolescente, bem como fortalecer o vínculo do CREAS de um município do estado do Rio Grande do Sul com esses serviços.

Ao descrever as atividades realizadas pelos jovens e adolescentes do município no cumprimento da PSC, referem o caráter laboral e manual das atividades, como faxina, serviços gerais ou almoxarifado, o que vai no sentido contrário das prerrogativas legais. Ressaltam que essa percepção foi levantada pela própria equipe do CREAS.

Na experiência, Rosa e Areosa (2024), relataram sobre os cuidados na seleção das instituições acolhedoras, tendo como objetivo aquelas que desenvolvem atividades de cunho pedagógico, voltadas para ações com crianças, atividades físicas e oficinas, além da localização territorial. Foram realizadas rodas de conversa com os serviços selecionados, com a apresentação, em um primeiro momento, das políticas sobre a socioeducação, os serviços e atendimento do CREAS e sobre as prerrogativas legais. Posteriormente, foram levantadas discussões sobre o processo da adolescência no recorte da vulnerabilidade social e do contexto infracional. Durante as práticas, as autoras observaram, por vezes, discursos voltados à criminalização do adolescente e questionamentos sobre os atos infracionais. Foram levantadas também discussões sobre o preconceito, que pode acontecer na dinâmica entre o jovem, os funcionários e os frequentadores do local de cumprimento.

Quando trataram sobre as atividades do cumprimento da PSC, em sua experiência, Rosa e Areosa (2024) relatam que os serviços apresentaram hesitação em relação às atividades que podem ser realizadas pelos adolescentes. Nesse

momento, as autoras ressaltam que as ações são determinadas pelo local, considerando que o CREAS não conhece a dinâmica institucional de cada lugar, destacando a importância do envolvimento dos serviços no processo socioeducativo do adolescente. Inclusive ressaltaram que o foco da socioeducação deve ser no adolescente e não na infração (Rosa e Areosa, 2024).

Ao analisarem os resultados dessa experiência, as autoras ressaltam que foi possível observar a abertura ao diálogo, o aprimoramento da execução da medida e mudanças na lógica de atendimento.

#### 4.3 SÍNTESE INTEGRADORA

De acordo com as análises apresentadas, tanto no recorte das orientações dadas nos documentos legais, quanto nas publicações científicas, é possível verificar aquilo já suposto quando se deu o início da pesquisa. Em primeiro lugar, mesmo diante de algumas publicações importantes, que trazem referenciais valiosos no sentido das preocupações com a socioeducação, há a escassez de orientações metodológicas específicas sobre a PSC. Como pudemos observar também nas produções científicas, que relatam sobre as motivações para as pesquisas, essa escassez acaba por contribuir para a prática de atividades na execução de PSC que são intrinsecamente voltadas ao valor laborativo.

Essa carência nas orientações acaba por permitir que cada instituição responsável pelo cumprimento da medida realize as atividades de acordo com concepções próprias, ou até mesmo de forma que vai ao encontro de preconceitos, estigmatizações e discriminações. Nas legislações, há, de fato, a preocupação com a socioeducação e com os princípios da Proteção Integral do adolescente e jovem em cumprimento de medida socioeducativa, porém, quando não há o aprofundamento dessas concepções, as interpretações e direcionamentos na execução ficam à cargo, por muitas vezes, daquilo que é possível em cada contexto ou entendido nos processos de cada equipe de atendimento.

Sendo assim, considerando os levantamentos realizados, podemos observar que as motivações para execução da PSC, de modo explicitamente preocupado com as transformações pedagógicas, inovações e estabelecimento de metodologias, por

vezes, ficam sob a responsabilidade da equipe técnica de atendimento. Equipes essas que, além de estarem voltadas aos procedimentos de atendimento, que envolvem as relações com o adolescente, família, judiciário e rede intersetorial, ainda estão atentas aos processos de execução da PSC.

Vale reforçar que foram encontradas experiências exitosas em PSC, que de fato estão buscando pelo aprimoramento metodológico de sua execução. É interessante notar que as experiências relatadas não só se preocupam com as atividades realizadas pelo adolescente na instituição, mas também com os agentes e instituições que estarão em contato com esse adolescente. Foi possível observar que esse é um caminho importantíssimo para a garantia de uma socioeducação potente e transformadora.

Nesse sentido, destaca-se ainda a baixa quantidade de achados em relação à PSC, que historicamente já tem uma quantidade reduzida de publicações. Esse destaque vale quando pensamos que a PSC é executada à nível nacional, em todos os municípios do país. Portanto, considerando a dimensão territorial do Brasil, a quantidade de sentenças de PSC e os resultados obtidos na maioria das pesquisas, a questão que ainda permanece é: como está sendo de fato executada a medida de PSC?

## 5 MÉTODO

### 5.1 A CONSTRUÇÃO DA PARCERIA ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A UNIVERSIDADE

As tratativas entre a Secretaria Municipal da Assistência Social (SEMAS) e o Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - IBILCE/UNESP, campus de São José do Rio Preto levaram cerca de um ano até que se firmasse Convênio Específico (2100.1014) para que o IBILCE se tornasse uma entidade acolhedora de adolescentes em cumprimento da PSC. O projeto do Convênio Específico (Anexo 1) tem duração de 05 anos, podendo ser prorrogado, caso as partes tenham interesse. Desde o segundo semestre de 2023, o projeto “Cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por ações de aprendizagem serviço e de socioeducação” foi cadastrado como Atividade Curricular de Extensão Universitária (ACEU) como parte do Plano de Atividades de Extensão da Graduação (PAEG) para o curso de Pedagogia.

O convênio, além de ser uma proposta inovadora no município de firmar uma parceria formal entre a SEMAS e o IBILCE/UNESP, como instituição acolhedora de adolescentes em cumprimento de PSC, propõe também a execução da PSC com a preocupação de uma metodologia pedagógica. No caso, além da universidade se tornar campo de cumprimento de PSC, há a proposta da Aprendizagem por Projetos Sociais (APS) como metodologia de atendimento. O projeto prevê a participação de agentes da UNESP e da SEMAS como responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, bem como supervisões sistemáticas, formações técnicas e científicas, elaboração de relatórios e avaliações.

Destaca-se que o projeto foi construído a partir das demandas tanto da universidade quanto das equipes técnicas de atendimento da SEMAS. Cabe dizer que esta pesquisa tem como foco acompanhar o desenvolvimento de todas as atividades do projeto de extensão, mas que há a previsão, por se tratar de um convênio firmado entre as instituições, da continuidade do projeto independentemente da finalização desta pesquisa de mestrado. A seguir, será apresentado o histórico do projeto a partir

da ótica desta pesquisadora, que participou da organização enquanto técnica da equipe do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio aberto do CREAS.

#### 5.1.1 A organização e procedimentos de intervenção do projeto

No começo do primeiro semestre de 2023, foi feito o planejamento para o início das atividades do projeto. Foram realizadas reuniões com as equipes técnicas que atuam no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto do CREAS e os participantes da UNESP, a fim de aproximar os estudantes de graduação em Pedagogia e a equipe técnica atuante nos CREAS e alinhar os fluxos de encaminhamentos e acompanhamento dos adolescentes que iriam cumprir a PSC na universidade.

Foram realizadas reuniões de planejamento e formação dos graduandos, com a finalidade de apresentar a eles conceitos sobre a medida socioeducativa e os fluxos de acompanhamento do serviço executado, destacando as particularidades que englobam o atendimento a adolescentes nesse contexto. Além disso, os estudantes participaram de um curso de Extensão de Difusão de conhecimento, ofertado pelo Departamento de Educação da UNESP, com a proposta de apresentar os conceitos da Aprendizagem por Projetos Sociais (APS) e os projetos de extensão já em andamento baseados nessa metodologia pedagógica, com a finalidade de capacitar os alunos a atuarem de acordo com as diretrizes dessa metodologia (Anexo 3).

É importante destacar que esse processo de formação e aproximação com a equipe técnica é contínuo. O processo formativo ocorre a cada semestre, tendo em vista que os estudantes de graduação podem se inscrever no início de cada semestre.

Para iniciar o processo de encaminhamento dos adolescentes, foi pactuado que o técnico do CREAS de referência do adolescente, assim que finalizar a elaboração do Plano de Atendimento Individual (PIA) e identificar que o adolescente tem a disponibilidade de horário, bem como o interesse em cumprir sua medida socioeducativa no IBILCE/UNESP, entrará em contato com os estudantes de Pedagogia, inscritos na ACEU, que ficam responsáveis por acompanhar o adolescente nas atividades no campus da universidade, através de contato telefônico ou por mensagem de texto para combinar o encaminhamento. Esse contato também

ficou sob a responsabilidade do educador social da equipe técnica, que acompanha, em conjunto com o técnico do CREAS, o andamento do cumprimento da MSE do adolescente. Ressalta-se que, nesse encaminhamento é respeitado o sigilo do acompanhamento técnico, onde não há o fornecimento de informações de âmbito pessoal ou em relação ao processo judicial do adolescente aos estudantes, como informações sobre o ato infracional, por exemplo. As informações fornecidas para os estudantes são apenas aquelas que envolvem o tempo de cumprimento da medida para organização das atividades, respeitando a sentença judicial do adolescente. Geralmente os encontros ocorrem uma vez por semana, em um período do dia (manhã ou tarde, com cerca de 04 horas de duração por encontro), podendo ocorrer em dias úteis ou finais de semana. Ressalta-se ainda que são ofertados outros campos de cumprimento da PSC para os adolescentes pela equipe do CREAS, como o Centro de Convivência da Juventude do município, o Zoológico municipal e associações filantrópicas. Segundo a equipe do CREAS, devido a grande disponibilidade de horários e da proposta ofertada pela UNESP, a maioria dos adolescentes se interessa pelo encaminhamento para a universidade.

Após o acordo de horários entre o adolescente e os estudantes responsáveis, intermediado pelo técnico ou educador social, há a apresentação do adolescente ao campus feita pela dupla de estudantes. Em relação aos horários estabelecidos, a organização ocorre preferencialmente em dias da semana, uma vez que o campus está em pleno funcionamento. Ocorre apenas aos finais de semana excepcionalmente, quando o adolescente e/ou os estudantes da graduação possuem algum impeditivo durante a semana, como trabalho ou escola.

Esse procedimento ocorre com a companhia do educador social do CREAS, que já conhece o adolescente e, portanto, possui certo vínculo com ele. No primeiro encontro então, o adolescente é apresentado aos estudantes e o educador social faz a explicação do controle de frequência/horários e dá outras orientações que se fizerem necessárias.

Desde o início do projeto (primeiro semestre de 2023) até o final do ano de 2024, foram encaminhados 26 adolescentes para o cumprimento da MSE no IBILCE/UNESP. Os encaminhamentos, assim como as outras atividades de formação e planejamento do projeto continuam acontecendo até o encerramento do convênio.

Como forma de organização das atividades e dos planejamentos da equipe que atua no projeto, foram propostas reuniões semanais com os estudantes participantes da graduação e pós-graduação, com participação da professora responsável pelo Departamento de Educação. Essas reuniões têm o objetivo de discutir as atividades realizadas com os adolescentes na semana, bem como planejar o que será realizado no próximo encontro. Além disso, são também levantadas as percepções dos estudantes em relação aos encontros, ao contato com o adolescente, bem como ao acompanhamento no geral. Serão apresentados alguns relatos e considerações sobre esses encontros na seção seis. Destaca-se ainda que, após cada encontro com os adolescentes, os estudantes elaboram um diário de campo, com informações sobre o planejamento do encontro, as atividades realizadas, suas impressões, dificuldades, entre outros. Esse registro é parte essencial no processo de desenvolvimento da Aprendizagem por Projetos Sociais (APS), pois favorece a organização dos processos, bem como reflexões sobre os encontros.

O planejamento das ações com os adolescentes é realizado sob a ótica da APS, como metodologia de base. Inicialmente, como já apresentado na seção dois e na organização do projeto, também ocorre a preparação dos estudantes, com os processos formativos e de planejamento inicial. Após, são especialmente consideradas algumas etapas para o desenvolvimento das atividades, conforme Martín (2014):

1. Detectar as necessidades do entorno: nos primeiros encontros dos adolescentes com os alunos responsáveis, é realizada a apresentação da universidade, com a finalidade de acolher e aproximar o adolescente com o ambiente universitário, bem como iniciar a construção de vínculo entre o adolescente e o estudante. Através da relação entre adolescente e estudante de graduação, são levantadas as demandas da comunidade do adolescente ou do entorno, através de atividades que permitam o conhecimento do universo de cada participante dos encontros. É nesse momento que o grupo formado levanta a necessidade social com a qual irá trabalhar.
2. Formular questões: nessa segunda etapa, considerando as demandas levantadas, é importante que cada indivíduo participante levante os conhecimentos que possuem, bem como as aptidões, habilidades e interesses

que lhes permitam começar as atividades do projeto. Além disso, fazem a discussão sobre quais outros conhecimentos são necessários para a continuidade das atividades.

3. Elaborar informação: nesse momento, os adolescentes, em conjunto com os estudantes, fazem todo o planejamento das atividades que serão realizadas, considerando o tempo de cumprimento da medida de cada adolescente; as limitações que podem se apresentar no sentido financeiro ou de cronograma; os materiais e equipamentos necessários para as atividades; o que cada participante fica responsável; as articulações necessárias com o campus ou outros atores e locais; entre outros.
4. Sintetizar as informações e realizar as atividades: após o planejamento, os estudantes e adolescentes passam a realizar as atividades no campus do IBILCE/UNESP, com o relato sistemático das atividades realizadas em diários de campo pelos alunos e/ou cadernos de registro dos adolescentes, fotos, vídeos, arquivos de computador, entre outros.
5. Avaliar as aprendizagens e celebrar a experiência: a finalidade dessa etapa é a avaliação que ocorre entre os participantes do projeto sobre os aprendizados adquiridos com a experiência e sobre o impacto do projeto na percepção deles. Esse processo se dá a cada finalização de um projeto, levantando os aspectos positivos e negativos de cada ação.

Essas etapas são construídas respeitando o tempo de cumprimento da medida socioeducativa de cada adolescente, que varia entre 1 e 6 meses, conforme prerrogativas do SINASE. Após a finalização com o adolescente, são trabalhadas nas reuniões de supervisão e planejamento a avaliação geral das atividades realizadas, os pontos positivos e os que necessitam de aprimoramento.

Geralmente, em cada grupo participam dois estudantes inscritos no projeto e um adolescente, podendo haver o encaminhamento de mais adolescentes para cada grupo, de acordo com as avaliações das equipes do CREAS em conjunto com os estudantes.

Ao finalizar o tempo de cumprimento da PSC, o técnico de referência do CREAS realiza os procedimentos para a extinção do processo judicial da medida socioeducativa.



Vale ressaltar que todo esse procedimento ocorre de forma contínua, seja em relação à organização da Universidade, do CREAS ou do adolescente. Ou seja, não é um projeto finalizado ou com previsão de ser finalizado. A proposta é a continuidade das atividades e esta pesquisa visa analisar apenas um período de execução das atividades de extensão.

#### 5.1.2 Equipe que atua no projeto na universidade

Os encontros de acompanhamento dos adolescentes e jovens que cumprem PSC são realizados por estudantes de graduação que escolhem se inscrever na Atividade Curricular de Extensão Universitária (ACEU) “Cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por ações de aprendizagem serviço e de socioeducação”. Até o momento, participaram estudantes do curso de pedagogia e de letras.

Durante o ano de 2024, 30 estudantes se inscreveram no ACEU, sendo divididos em duplas para o acompanhamento dos adolescentes, de acordo com os horários disponíveis. Geralmente, cada dupla disponibiliza um período da semana (manhã ou tarde) e fica disponível para o encaminhamento do CREAS. No geral, a depender da disponibilidade dos estudantes e dos horários dos adolescentes, cada dupla acompanha até 2 adolescentes nos encontros. Quando uma dupla de estudantes finaliza o acompanhamento do adolescente, fica disponível para novos encaminhamentos, de forma contínua.

A supervisão das atividades fica sob responsabilidade da coordenadora da ACEU, docente do Departamento de Educação do IBILCE/UNESP, Campus de São José do Rio Preto, e da mestranda em Ensino e Processos Formativos da universidade que desenvolve esta pesquisa.

#### 5.1.3 Adolescentes atendidos pelo projeto

Os adolescentes e jovens atendidos pelo projeto são aqueles que recebem a sentença para cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade, via judicial e que foram encaminhados pelos CREAS.

## 5.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia dessa pesquisa é de natureza social, qualitativa e exploratória, por apresentar, conforme Gil (2008), uma visão geral de um tema pouco explorado, além de ter como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias.

As técnicas de coleta de dados envolveram o levantamento a partir da realização de entrevista com roteiro semiestruturado e de informações de diários de campo dos alunos de graduação participantes do projeto, além das reflexões levantadas durante as reuniões de planejamento e discussão das atividades realizadas, que foram registradas em atas.

O roteiro de entrevista semiestruturado foi elaborado a partir do interesse em conhecer a percepção dos adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa de PSC baseada na metodologia de APS.

Os diários de campo (modelo no Apêndice 1) foram construídos pelos estudantes de graduação que compuseram a equipe do projeto e acompanharam os adolescentes e jovens durante o cumprimento da medida. O interesse nesses diários de campo parte da ideia de levantar, a partir dos escritos, o planejamento das ações, bem como dados sobre a percepção dos estudantes, adolescentes e jovens caso haja o registro.

Além das entrevistas e dos diários de campo, serão também apresentadas algumas reflexões e levantamentos de informações que surgiram ao longo das reuniões de planejamento e discussão das atividades realizadas no acompanhamento do cumprimento da medida socioeducativa dos adolescentes.

## 5.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Foram realizadas entrevistas com 06 adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa de PSC no projeto que envolve a metodologia pedagógica de APS, tendo como entidade acolhedora o IBILCE/UNESP. O período de tempo considerado nesta pesquisa foi do ano de 2024, devido ao período de coleta de dados. No total, 19

adolescentes foram encaminhados para o cumprimento da medida socioeducativa na universidade nesse período.

Como critério de inclusão dos participantes, foram elencados os adolescentes que finalizaram o cumprimento da medida socioeducativa na universidade, que já receberam a sentença de extinção do processo e foram desligados do acompanhamento do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto do CREAS. No total, 11 adolescentes estavam dentro dos critérios de inclusão, porém não foi possível o contato com 05 adolescentes para o agendamento das entrevistas. Foram realizadas tentativas de contato telefônico diretamente com os responsáveis e com os adolescentes, porém sem êxito.

Como critério de exclusão, não foram contatados adolescentes que não finalizaram o cumprimento da medida na universidade, seja porque foram encaminhados a outra instituição ao longo do processo, ou que receberam medidas socioeducativas restritivas de liberdade ou entraram em processo de descumprimento da medida socioeducativa. De acordo com informações fornecidas pela equipe técnica do CREAS, do total de adolescentes encaminhados, 02 receberam outra medida socioeducativa (semiliberdade e internação por outros atos infracionais), 03 entraram em descumprimento da medida socioeducativa, 02 foram encaminhados para outras entidades acolhedoras (devido a alteração de disponibilidade de horário dos adolescentes) e 01 ainda não tinha terminado de cumprir a medida socioeducativa e, portanto, não havia ainda sido desligado do acompanhamento do CREAS.

#### 5.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O procedimento de entrevista semiestruturada foi realizado a partir da construção de um roteiro, que, conforme Manzini (2003), auxilia o pesquisador a conduzir a entrevista para o objetivo pretendido, tendo duas funções:

1. ser um elemento que auxilia o pesquisador a se organizar antes e no momento da entrevista;
2. ser um elemento que auxilia, indiretamente, o entrevistado a fornecer a informação de forma mais precisa e com maior facilidade. (Manzini, 2003, p. 13).

O roteiro foi elaborado com 10 perguntas (Apêndice 2), cada uma com um objetivo específico, voltado ao objetivo geral da pesquisa, que visa analisar o potencial socioeducativo da intervenção baseada na metodologia da Aprendizagem por Projetos Sociais (APS), desenvolvida no contexto da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), com base na percepção dos adolescentes.

O roteiro foi previamente submetido à apreciação de docentes, pesquisadores e profissionais com experiência na atuação com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, APS e Direitos Humanos. Esses especialistas colaboraram com sugestões para a adequação aos objetivos da pesquisa e linguagem, visando à validação da pertinência do roteiro, bem como uma revisão do roteiro para evitar perguntas que poderiam ser tendenciosas ou que pudessem induzir respostas.

Considerando o objetivo geral e o objetivo específico desta pesquisa, no quadro a seguir, estão apresentadas as perguntas elaboradas, bem como seus objetivos específicos, conforme proposto por Manzini (2003).

Quadro 4 - Relação entre as perguntas do questionário semiestruturado e os objetivos específicos de cada pergunta.

| Pergunta                                                                                                                             | Finalidade                                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. De modo geral, como foi a sua experiência no cumprimento da medida de PSC?                                                        | Identificar a percepção geral do adolescente/jovem diante da experiência no cumprimento da PSC. |
| 2. Você conhece alguém que cumpre/cumpriu PSC? Quais foram as atividades que eles realizaram? O que eles te contaram da experiência? | Levantar a expectativa influenciada por outros antes do cumprimento da PSC.                     |
| 3. Quais eram suas expectativas em relação à PSC? Quais atividades pensava que iria realizar?                                        | Levantar a expectativa do adolescente/jovem diante do cumprimento da PSC                        |
| 4. Quais foram as atividades realizadas durante o cumprimento da PSC?                                                                | Identificar as atividades realizadas e a possível participação ativa do adolescente/jovem.      |
| 5. Como vocês decidiram realizar esse tipo de atividade?                                                                             | Identificar a participação ativa do adolescente na atividade realizada.                         |

|                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 6. Você acha que pôde contribuir nas atividades? Se sim, como? Quais foram suas contribuições?                                                                                                            | Identificar a participação ativa do adolescente/jovem e sua percepção enquanto participante das atividades desenvolvidas.                               |
| 7. O que você aprendeu ao longo do cumprimento da medida? Você acha que vai utilizar esses aprendizados ao longo da sua vida?                                                                             | Identificar a aprendizagem e reflexão do adolescente/jovem a partir de suas percepções da experiência do cumprimento da PSC e a intenção pedagógica.    |
| 8. Você acha que pôde contribuir em algo para sua comunidade com as atividades que realizou durante a PSC? Se sim, qual foi a contribuição? Quem foi beneficiado com o seu trabalho de alguma forma?      | Identificar o impacto das atividades realizadas na percepção do adolescente/jovem e avaliar a intenção pedagógica das propostas de atividade.           |
| 9. O que significou para você o cumprimento da PSC? Acha que contribuiu em algo para sua vida (relacionamentos com a família e amigos, na escola, trabalho) após o cumprimento da PSC? Se sim, com o quê? | Identificar a reflexão, aprendizagem e intenção pedagógica do adolescente/jovem, bem como as contribuições que realizou ao longo do cumprimento da PSC. |
| 10. De modo geral, você pensa que o trabalho desenvolvido durante o cumprimento da PSC te fez refletir sobre o ato infracional e as questões e situações que te trouxeram até esse momento?               | Identificar as reflexões do adolescente no que se refere à superação do engajamento em atos infracionais e a intenção pedagógica das atividades.        |

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para realização da análise dos dados resultantes das entrevistas, foi utilizada a análise de conteúdo, conforme proposta por Franco (2005), considerando que “a Análise de Conteúdo se assenta nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem” (Franco, 2005, p. 14).

A escolha dessa técnica ocorreu devido a valorização, nessa metodologia, do conteúdo manifestado na comunicação. Ou seja, no caso, da importância das respostas dadas pelos adolescentes na entrevista.

## 5.5 COLETA DE DADOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os procedimentos de coleta de dados foram iniciados após apreciação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa e sua aprovação (CAAE: 79437824.0.0000.5466 - Anexo 2).

As entrevistas foram conduzidas de forma individual, diretamente com os participantes, 03 entrevistas ocorreram de forma presencial e 03 via chamada telefônica, de acordo com a melhor condição para participação dos entrevistados e/ou por conveniência da pesquisadora e dos entrevistados. Em todas as modalidades foi garantida a privacidade do participante, bem como o sigilo das informações prestadas, seja em salas individuais para as entrevistas presenciais e por telefone ou chamadas de vídeo com *links* privados. Nas entrevistas presenciais, foram disponibilizadas salas de atendimento individual do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Nas entrevistas realizadas por telefone, a pesquisadora esteve também em salas individuais, que garantam o sigilo, disponibilizadas pelo CREAS. Todas as entrevistas foram gravadas para possibilitar a transcrição e análise dos dados posteriormente.

Os participantes receberam os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os Termos de Assentimento (TALE) para ciência dos entrevistados e seus responsáveis. O risco de desconforto psíquico ou outro dano possível à sua saúde é mínimo segundo a literatura científica atual, mas, caso ocorresse tal situação, o participante seria encaminhado para a unidade de saúde adequada. Os participantes e seus responsáveis foram informados que poderiam desistir de participar do estudo em qualquer momento, pois a participação é de livre consentimento do indivíduo. E se a pesquisadora, que é psicóloga, notasse qualquer manifestação de sofrimento por parte de algum sujeito em função da metodologia utilizada, suspenderia a pesquisa e o método seria reelaborado. Caso isso acontecesse, o Comitê de Ética seria imediatamente informado. Todavia, as entrevistas aconteceram tranquilamente e nenhum dos adolescentes demonstraram qualquer manifestação de sofrimento ou desconforto.

Destaca-se que as entrevistas foram realizadas com os adolescentes que receberam a extinção do processo judicial referente à medida socioeducativa

aplicada, ou seja, apenas com aqueles que finalizaram o cumprimento da PSC, com a devida comunicação da equipe de referência do CREAS. Ainda em relação às entrevistas, ressalta-se que a pesquisadora não possui qualquer tipo de vínculo de acompanhamento da medida socioeducativa no que se refere ao processo judicial ou de atendimento técnico dos adolescentes. Sendo assim, não há qualquer tipo de implicação vantajosa ou prejudicial da participação do adolescente na entrevista no âmbito judicial.

Em relação aos diários de campo, os estudantes também receberam os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para ciência da utilização das informações, considerando os mesmos riscos e informações prestados aos adolescentes. Destaca-se que os diários de campo não são instrumentos de avaliação dos estudantes sob nenhum aspecto.

Os registros das reuniões semanais de planejamento e supervisão das atividades foram realizados por esta pesquisadora, que participou das reuniões como estudante da pós-graduação. Os registros visam a busca por elementos que possam fornecer informações também sobre a percepção dos adolescentes, bem como a forma como se dá a organização do projeto.

Tanto os diários de campo quanto as reuniões de planejamento e supervisão analisadas nesta pesquisa ocorreram do início do projeto, no primeiro semestre do ano de 2023 até o final do ano de 2024, considerando o recorte de tempo para apresentação dos resultados.

## 6 RESULTADOS

Para iniciar a apresentação dos resultados obtidos através das entrevistas com os adolescentes que cumpriram a PSC, serão apresentadas primeiramente nessa seção algumas reflexões e apontamentos sobre o andamento do projeto, de acordo com os registros das reuniões de supervisão e planejamento, e dos elementos dos diários de campo dos estudantes de graduação. Posteriormente, serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas com os adolescentes, com base na análise de conteúdo proposta por Franco (2005).

A discussão dos resultados será feita a partir da ótica dos referenciais teóricos apresentados nas seções anteriores, bem como dos objetivos da pesquisa.

### 6.1 RELATO DAS ATIVIDADES DE APS COM OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE PSC

Para apresentação neste momento do projeto como um todo, foram considerados dados obtidos de 40 diários de campo produzidos pelos estudantes de graduação que acompanharam os adolescentes nas atividades de PSC no campus da universidade, no ano de 2024. Conforme mencionado na seção anterior, também foram consideradas anotações das reuniões de planejamento e supervisão dos encontros dos adolescentes.

Para apresentação dos resultados, foi realizada a categorização por meio de temas, conforme segue: apresentação do campus da universidade; atividades realizadas para facilitação do vínculo entre estudantes e adolescentes; as escolhas dos temas e demandas trabalhadas; explorando o tema e as demandas; respondendo às demandas e o processo de encerramento.

#### 6.1.1 Apresentação do campus da universidade

A atividade que foi realizada com todos os adolescentes foi a apresentação do campus da universidade, não apenas para que os adolescentes conhecessem o espaço físico da universidade, mas também para ofertar a possibilidade de facilitar a



construção do vínculo entre estudantes e adolescentes. Os adolescentes foram apresentados à biblioteca, laboratórios, espaços de convivência, salas de aula, salas dos professores, auditório, entre outros. Destaca-se que não houve, nem no período de implementação, nem nos relatos dos estudantes nenhum tipo de desconforto nesse processo referente à presença dos adolescentes no campus. Durante a apresentação, os estudantes costumam contar sobre a universidade, suas experiências, os cursos ofertados, formas de ingresso na universidade e responder às dúvidas dos adolescentes. É também o momento que fazem uma conversa inicial com o adolescente, se apresentando, se conhecendo e discutindo interesses, além de apresentar a proposta metodológica do cumprimento da PSC naquele local.

De acordo com Puig (2007), esse momento inicial é importante especialmente para aqueles que denomina de educadores. No caso do projeto, os estudantes desempenham esse papel. É o momento que os estudantes passam a conhecer o adolescente, seus interesses, suas expectativas e passam a explorar alguns temas ou iniciam o planejamento das atividades.

Em uma ocasião, ao caminharem entre os corredores do Departamento de Educação, um adolescente questionou um estudante sobre a permissão de andar por aqueles corredores. O estudante respondeu que sim, poderiam acessar aquele espaço, reforçando que a universidade é um local público.

Foto 1 - Registro fotográfico da entrada de adolescentes em cumprimento de PSC no Campus.



Fonte: Foto cedida pelos estudantes de graduação participantes do projeto de extensão, 2023.

Houve também uma situação em que o adolescente se mostrou muito interessado na universidade, fazendo questionamentos sobre os cursos do Campus. Nessa ocasião, os estudantes receberam um *feedback* da técnica de referência do CREAS informando que a genitora do adolescente mencionou que ele chegou em casa após o encontro muito impressionado com o Campus, inclusive dizendo sobre seu desejo de estudar ali. No geral, nos relatos dos estudantes, consideram essa proposta como positiva, ao perceberam, por exemplo, que um adolescente ficou surpreso com a realidade da universidade, pois disse que não imaginava ser um local com tantos jovens e em clima de descontração. Outro adolescente disse estar surpreso com a abordagem acolhedora, dizendo que quando foi encaminhado para a universidade, achou que faria algum trabalho braçal.

Uma das dificuldades na apresentação foi com um adolescente que iniciou os encontros aos finais de semana, tendo em vista que durante a semana ele tinha atividades como escola e trabalho e, no período noturno, os estudantes de graduação estão em aula. Devido a uma questão de organização da universidade, aos finais de semana é necessária a apresentação de identidade que autoriza o acesso ao

Campus. Na ocasião, a coordenadora responsável foi acionada e a situação foi solucionada. Dessa forma, quando foram encaminhados outros adolescentes, pelo mesmo motivo de compromissos durante a semana, a informação do acesso foi dada previamente à portaria do Campus. Destaca-se que o encaminhamento de adolescentes aos finais de semana não é o ideal, uma vez que nesses dias, o campus não está com todas as atividades acontecendo. Esses encaminhamentos ocorrem apenas quando não há, de nenhuma outra forma, a possibilidade do encaminhamento durante os dias de semana. Outra dificuldade relatada pelos estudantes de graduação, membros da equipe do projeto, foi quando o adolescente se apresentava mais tímido ou quando aparentava não se abrir sobre seus interesses ou gostos pessoais.

Algo interessante apresentado ao longo dos diários de campo e das reuniões é a forma como os estudantes estavam também se sentindo nesse primeiro momento de encontro com o adolescente. Alguns relataram sobre se sentirem, no primeiro encontro, nervosos, ansiosos e despreparados. Uma dupla de estudantes relatou sentir distância nas conversas e interesses, porém consideraram a primeira experiência positiva após conseguirem se aproximar do adolescente ao encontrarem interesses em comum. Outra dupla mencionou que, inicialmente, se sentiram nervosos, porém após conhecer o adolescente ficaram tranquilos. Outros disseram se sentir à vontade com o adolescente e empolgados para iniciar os projetos.

Essa dinâmica de apresentação do campus ocorreu também em momentos nos quais o grupo recebeu um novo adolescente. Nessas situações, os estudantes propuseram que os adolescentes que já estavam participando anteriormente apresentassem o campus ao novo integrante. No geral, os estudantes consideraram como positiva essa proposta de integração do novo participante, bem como para promover o protagonismo do jovem no processo como um todo.

Em algumas situações, no primeiro dia de comparecimento do adolescente para cumprimento da PSC, as famílias o levaram até o encontro com os estudantes. De acordo com o relato dos estudantes, quando esse breve contato aconteceu, consideraram como um ponto positivo, pois em todas as situações relatadas, as famílias foram acolhedoras com a proposta.

### 6.1.2 Atividades realizadas para facilitação do vínculo entre estudantes e adolescentes

Considerando que uma das prerrogativas para um bom trabalho no desenvolvimento de um projeto de APS é a construção de vínculos entre os participantes do grupo, alguns estudantes sentiram a necessidade de propor algumas atividades para facilitar essa aproximação. Essa necessidade foi sentida especialmente quando, após o primeiro encontro, houve a sensação de que o adolescente não estava muito interessado ou se apresentava muito tímido. Alguns estudantes relataram sobre o sentimento de frustração nessas situações.

Portanto, principalmente no segundo encontro, após a apresentação inicial do campus da universidade, foram propostos jogos e atividades voltados especificamente para o processo de conhecer uns aos outros, além de promover também alguns aspectos de autoconhecimento e reflexões. Esse processo se mostrou muito interessante especialmente para adolescentes que gostam de jogos. Foi utilizada também a estratégia de colocarem músicas de interesse comum.

Nesse processo, os estudantes também consideraram que essas atividades foram capazes de promover uma aproximação maior com os adolescentes, especialmente com aqueles mais reservados ou tímidos. Os estudantes também costumam relatar que a partir do momento que encontram interesses em comum, conseguiram fluir mais com as conversas e com o projeto como um todo.

Esse processo, de construção de vínculo e, conseqüentemente, de rompimento de algumas expectativas negativas, tanto por parte dos estudantes, quanto por parte dos adolescentes, pode favorecer o processo de motivação dos participantes do grupo. Na APS, a motivação para o trabalho a ser desenvolvido é de extrema importância. De acordo com Puig (2007), para o estímulo à motivação dos participantes, é preciso, em primeiro lugar, partir de interesses reais do grupo. Para o autor:

Buena parte de nuestros chicos y chicas viven en un ambiente social bastante frívolo y poco proclive al esfuerzo cuando no existe recompensa personal tangible e inmediata.

Descubrir la emoción de implicarse en algo que está fuera de uno mismo, y que beneficia a otras personas, colectivos, la naturaleza... es una experiencia

poco frecuente, limitada a demostración de generosidad en el círculo familiar y de amistades o, al sumo, a la participación esporádica en algunas campañas solidarias (Puig, 2007, p. 91).

Portanto, o desafio desse momento é o de como acessar nesses adolescentes a motivação para o desenvolvimento de trabalhos que envolvem não só os benefícios individuais, mas também os coletivos. Sendo assim, para iniciar o processo de motivação para ação, bem como para o desenvolvimento das atividades, o grupo passa a pensar sobre as necessidades sociais do entorno.

### 6.1.3 As escolhas dos temas e demandas trabalhadas

Após o processo de aproximação, construção de vínculo e do levantamento de interesses com os adolescentes, os estudantes passaram a refletir sobre temas que apareceram nas conversas e que pudessem ser demandas para criação dos projetos, também conforme a metodologia de APS, ou seja, passaram a fazer uma análise sobre as necessidades sociais que emergiram dessas conversas. Ressalta-se que a escolha dos temas abordados para construção dos produtos finais ocorreram a partir da construção de cada adolescente com os estudantes de graduação que estavam o acompanhando. Portanto, os mais diversos temas aparecem durante os encontros e são especialmente construções coletivas a partir de cada encontro. Algumas demandas escolhidas foram a partir de temas que se apresentavam com maior intensidade na mídia e no cotidiano dos participantes no momento de planejamento do projeto, por exemplo: casos de racismo no futebol; aumento de casos de dengue; desastres climáticos (chuvas e enchentes); datas de campanhas nacionais (setembro amarelo, janeiro branco, dia mundial da conscientização do autismo, dia nacional do combate às drogas e ao alcoolismo, aniversário do município).

Outros temas foram levantados especialmente a partir dos gostos dos adolescentes ou dos interesses em comum, como: cursos de graduação de interesse; profissões de interesse; feminismo; religião; música funk; futebol; animais; desenho e tatuagem. Um grupo escolheu um tema que foi sugerido pelos estudantes após conversas iniciais com o adolescente: reciclagem e consumo consciente. Um grupo

relatou que fez a proposta ao adolescente de um tema específico, porém o adolescente não gostou e pediu para trocar, propondo um outro.

Um grupo, ao caminhar no campus, se deparou com um outro grupo que estava realizando atividades de extensão sobre PANCs (plantas alimentícias não convencionais) e escolheram esse tema para seguir no projeto. Nesse grupo, os estudantes avaliaram como positiva a interação com outro projeto de extensão, pois o adolescente se mostrou muito interessado e pôde conhecer algo novo.

Alguns grupos também fizeram a escolha por temas que surgiram a partir do ato infracional praticado pelo adolescente, após o próprio adolescente relatar sobre o acontecido: bullying, tráfico de drogas e LGBTfobia.

Conforme indicado anteriormente, esses temas gerais foram escolhidos a partir dos principais interesses dos grupos e, dentro de cada tema, foram levantadas as necessidades sociais, conforme a APS tem como premissa. Por exemplo, ao tratar sobre o racismo no futebol, o grupo tinha as situações de racismo que estavam se apresentando à época como algo a ser criticado e, conseqüentemente, dar luz a essas situações. No caso do tema geral escolhido ser tráfico de drogas, o grupo detectou a necessidade de, dentro do grupo social do adolescente, desmistificar alguns paradigmas que envolvem o tráfico de drogas. Em relação ao estilo musical funk ser o tema geral escolhido, o grupo entendeu como necessidade social discutir como o funk é uma expressão cultural importante.

#### 6.1.4 Explorando o tema e as demandas

Após a escolha do tema de interesse e o levantamento das demandas que emergiram a partir das conversas, os estudantes, em conjunto com os adolescentes, passaram a planejar qual seria o produto final do projeto, ou seja, qual ação ou serviço seria realizado por cada grupo. Nesse processo, pode-se observar que a grande maioria dos grupos optaram pela realização de produções voltadas à exposições ao público, como cartazes, flyers informativos e apresentações de slides. Apenas um grupo realizou a produção de um fanzine com o tema sobre tatuagens.

Para construção dessas produções, os grupos realizaram atividades diversas, tendo como principal ferramenta a pesquisa online. Nesse processo, utilizam espaços

da biblioteca da universidade e do laboratório de pedagogia, que foi disponibilizado para o projeto. Nas pesquisas, os estudantes trouxeram relatos sobre a forma como os adolescentes estavam se relacionando com os materiais tecnológicos, como o uso do computador e das ferramentas de pesquisa. Alguns relataram que o adolescente pareceu se sentir receoso ou com vergonha ao usar um computador, pois não tinha muito conhecimento ou não utilizavam com frequência. Nessas ocasiões, os estudantes prestaram auxílio aos adolescentes. Outros adolescentes relataram que gostavam dessa parte do processo pois podiam utilizar o computador com mais frequência.

Após as pesquisas, os grupos passaram a buscar uma forma de compilar as informações, e, nesse momento, alguns ainda não tinham claro qual demanda iriam responder, ou seja, alguns ainda estavam no momento de exploração do tema. Alguns adolescentes relataram gostar da proposta, especialmente aqueles que fizeram pesquisas voltadas à áreas de interesse de cursos de graduação e profissão. Nesse processo, avaliaram que aprenderam informações novas que utilizariam posteriormente. Apareceu também a percepção, por parte de alguns estudantes, que os adolescentes estavam encarando esse momento apenas como um estudo, relacionando esse processo com o ambiente escolar.

Para organização das informações, alguns grupos optaram por fazer o registro escrito. Nesse processo, ocorreu em mais de um grupo, a observação dos estudantes sobre a dificuldade que os adolescentes apresentavam no momento do registro escrito. Alguns relataram se sentir envergonhados ou apresentaram grande dificuldade. Nessas situações, os estudantes informaram o ocorrido à equipe técnica do CREAS, que informou que realizaria encaminhamentos para a rede de educação do município.

Outros grupos utilizaram como processo de levantamento de informações e reflexões, filmes, reportagens e documentários. Puderam também fazer uso do laboratório de pedagogia e de salas de aula da universidade. Alguns grupos relataram sobre algumas dificuldades nesse processo, no que se refere à dispersão dos adolescentes ao longo da exibição do filme ou documentário. Um adolescente, ao longo da exibição, informou que não estava entendendo o documentário, por considerar a linguagem difícil, e o estudante interrompeu a exibição e utilizou de outras

estratégias para o levantamento das informações necessárias naquela ocasião. Nessa estratégia de exibição de filmes, tanto nas anotações das reuniões de planejamento, quanto nos diários de campo, observa-se que muitos adolescentes aparecem como dispersos ou desinteressados. Os adolescentes que relataram gostar dessa estratégia foram os que assistiram especialmente filmes de cinema ou reportagens que puderam se identificar (reportagens sobre racismo e sobre tragédias climáticas).

Outra forma utilizada nessa etapa de exploração do tema, foi a leitura de livros em conjunto com os adolescentes. Alguns adolescentes perguntaram aos estudantes sobre a possibilidade de retirar os livros da biblioteca, demonstrando interesse na leitura, o que não é possível pois não são membros da universidade. Nessas ocasiões, os estudantes falaram sobre a possibilidade da retirada de livros na biblioteca municipal.

Alguns grupos também fizeram o levantamento de informações através de visitas a locais dentro da universidade e no município. Alguns grupos fizeram visitas ao museu de Zootecnia na universidade e um grupo visitou uma exposição fotográfica sobre racismo estrutural.

Outros grupos, especialmente aqueles que escolheram como tema alguma profissão, utilizaram a estratégia de realizar entrevistas com profissionais da área. Um grupo fez uma conversa presencial e outro fez por meio virtual. Para a entrevista, elaboraram um roteiro de perguntas. Um dos estudantes relatou que sentiu que o adolescente ficou com vergonha de fazer as perguntas, mas que ao longo da entrevista ficou mais à vontade. A seguir, serão apresentados alguns registros fotográficos dos processos de levantamento de informações e desenvolvimento das atividades.



Foto 2 - Registro fotográfico do processo de pesquisa sobre racismo durante as atividades do projeto de extensão.



Fonte: Foto cedida pelos estudantes do projeto de extensão, 2024.

Foto 3 - Registro fotográfico de adolescente e estudante em visita à exposição fotográfica durante as atividades do projeto de extensão.



Fonte: Foto cedida pelos estudantes do projeto de extensão, 2024.

Foto 4 - Registro fotográfico de adolescente assistindo a filme sobre a temática de tráfico de drogas durante as atividades do projeto de extensão.



Fonte: Foto cedida pelos estudantes do projeto de extensão, 2024.

#### 6.1.5 Respondendo às demandas

Após o processo de levantamento de informações, os grupos passavam a escolher o produto que seria construído, ou seja, qual ação seria realizada como parte do processo de APS. As atividades realizadas pelos estudantes em conjunto com os adolescentes foram: apresentação do campus da universidade; cartazes; elaboração de slides, flyers digitais informativos; rodas de conversa; apresentação de pesquisas; leitura de livros; entrevistas com profissionais de interesse do grupo; exibição de filmes, reportagens e documentários; jogos didáticos; atividades pedagógicas; pesquisas na internet; produção de fanzine; visitas a outros locais.

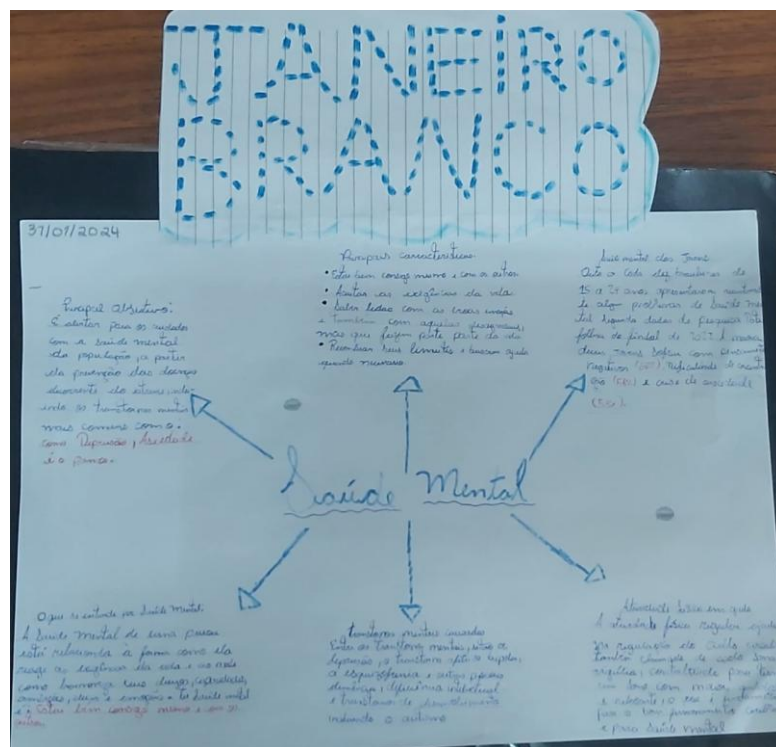
Como dito anteriormente, observa-se que grande parte dos produtos construídos se deu por produções de exibição ao público. Alguns adolescentes sugeriram a exposição de cartazes no CREAS e puderam levar o material até o equipamento. Alguns grupos optaram por fazer exposições na universidade.

Em relação aos materiais digitais, alguns foram impressos e também exibidos no CREAS ou na universidade, outros foram divulgados nas redes sociais dos próprios adolescentes ou dos estudantes. Alguns grupos optaram, após finalizarem a apresentação de slides, por fazerem uma apresentação aos convidados dos

adolescentes e dos estudantes. Observa-se que, nesse processo, houve a preparação dos estudantes e adolescentes para uma apresentação oral das pesquisas realizadas.

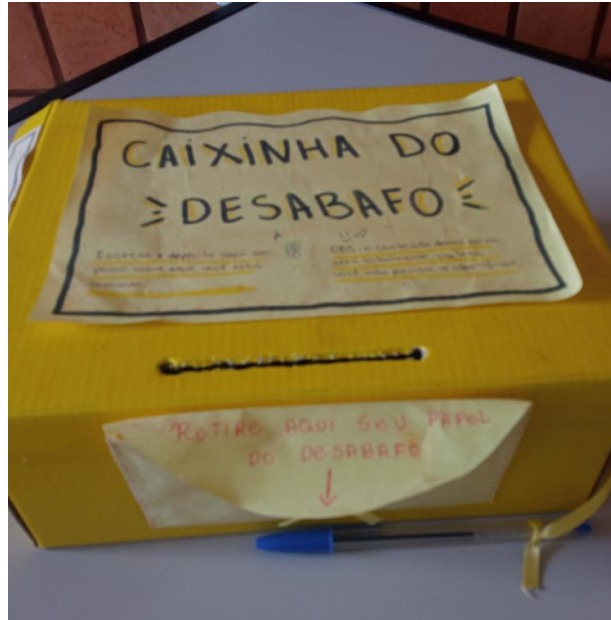
No processo de construção dos materiais digitais, os estudantes também puderam trazer observações. Relataram que alguns adolescentes gostavam muito de fazer as artes digitais e montar os slides. Nesse processo, puderam apresentar programas de computador de artes digitais aos adolescentes e aprenderam também sobre funções dos programas que não sabiam antes. No geral, consideram essa etapa do projeto como positiva. A seguir estão apresentados alguns registros fotográficos e de materiais digitais produzidos por estes grupos.

Foto 5 - Registro fotográfico de cartaz elaborado pelos adolescentes e estudantes durante o projeto de extensão sobre o Janeiro Branco.



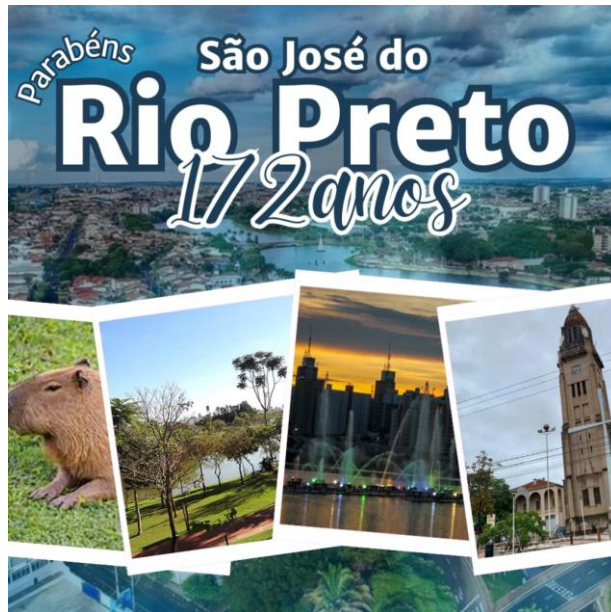
Fonte: Foto cedida pelos estudantes participantes do projeto de extensão, 2024.

Foto 6 - Registro fotográfico da intervenção sobre saúde mental durante o mês do Setembro Amarelo.



Fonte: Foto cedida pelos estudantes participantes do projeto de extensão, 2024.

Foto 7 - Material digital produzido por adolescentes e estudantes sobre o aniversário do município durante as atividades do projeto de extensão.



Fonte: Material digital cedido pelos estudantes participantes do projeto de extensão, 2024.

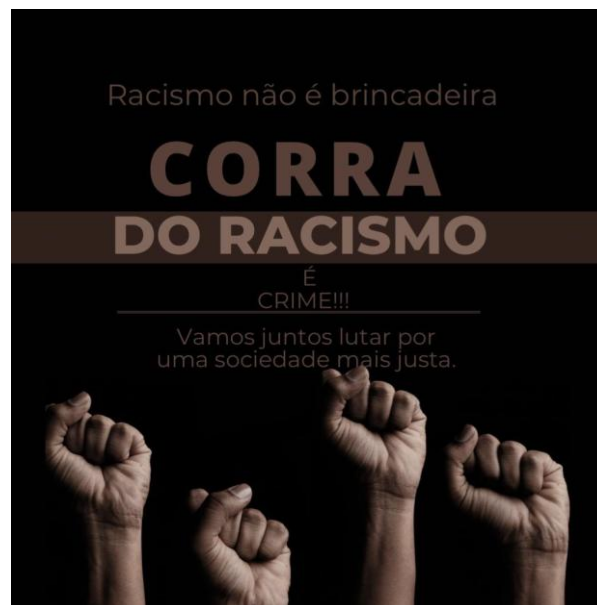


Foto 8 - Material digital produzido por adolescentes e estudantes sobre o Dia Internacional do Combate às Drogas durante as atividades do projeto de extensão.



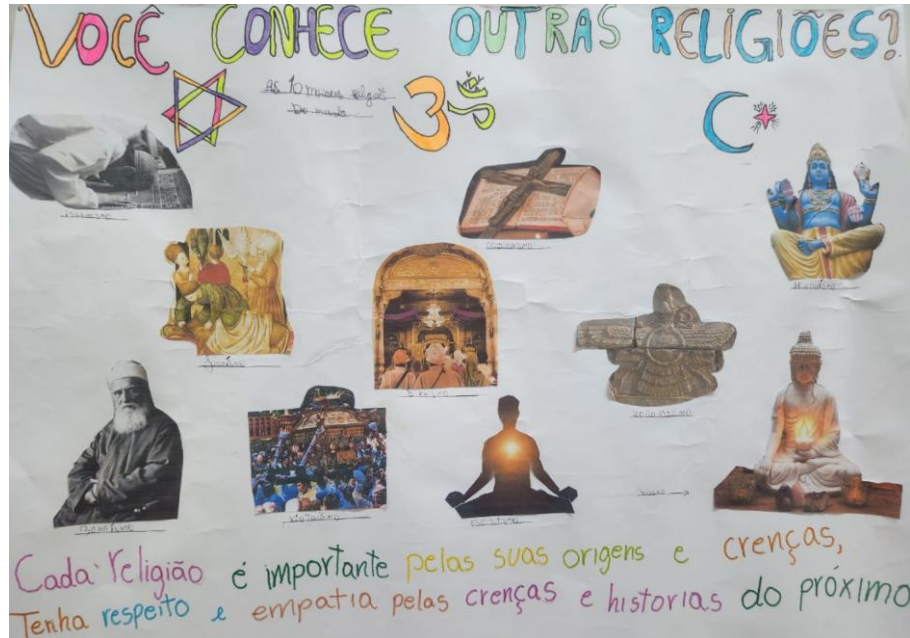
Fonte: Material digital cedido pelos estudantes participantes do projeto de extensão, 2024.

Foto 9 - Material digital produzido por adolescentes e estudantes sobre o tema racismo durante as atividades do projeto de extensão.



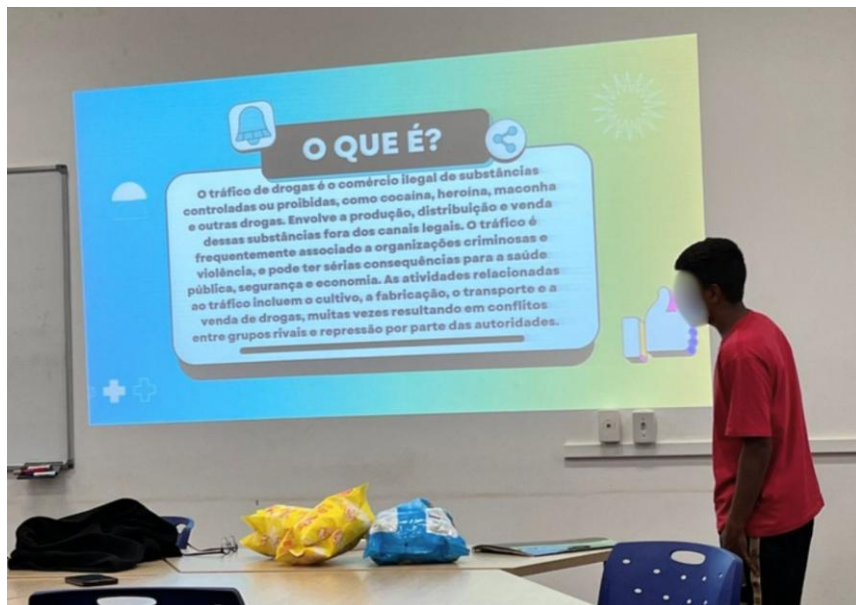
Fonte: Material digital cedido pelos estudantes participantes do projeto de extensão, 2024

Foto 10 - Registro fotográfico de cartaz produzido pelos adolescentes e estudantes sobre religiões durante as atividades do projeto de extensão.



Fonte: Foto cedida pelos estudantes participantes do projeto de extensão, 2024.

Foto 11 - Registro fotográfico da apresentação do adolescente sobre tráfico de drogas durante as atividades do projeto de extensão.



Fonte: Foto cedida pelos estudantes participantes do projeto de extensão, 2024.

### 6.1.6 O processo de encerramento

Após a finalização da construção do produto escolhido pelo grupo e, ao término do tempo de cumprimento da medida de PSC do adolescente, foram realizadas algumas atividades de encerramento, conforme as etapas de APS. Alguns grupos optaram pela realização de um piquenique.

Nos encontros de encerramento, os estudantes propuseram atividades que pudessem promover uma avaliação geral do grupo em relação ao projeto e às atividades desenvolvidas. Essas atividades envolveram, por exemplo, a escrita de cartas ou rodas de conversa sobre o processo como um todo. Houve uma situação em que o estudante não pôde participar desse encontro e o adolescente demonstrou certa decepção. Na maioria das situações, os estudantes apresentam relatos com certo sentimento de emoção ao se despedir dos adolescentes. Relatam que são abraçados, agradecidos, por vezes choram e até receberam convites para festas. Alguns relatam sentirem-se orgulhosos do processo realizado e do adolescente.

### 6.1.7 Demais considerações e observações

No geral, é possível observar que os estudantes conseguem construir um bom vínculo com os adolescentes, desenvolvendo grande empatia, apesar de, por vezes, sentirem receios no início do processo. Os diários de campo dos estudantes apresentam a percepção geral de um processo positivo. Relatam que sentem que estão no caminho certo para um atendimento melhor, que conseguem superar algumas dificuldades apresentadas ao longo dos atendimentos, que sentem que os adolescentes são cooperativos e participativos em sua maioria e conseguem ter uma conversa fluida. Alguns relatam surpresa com o processo, ao se depararem com as reflexões trazidas pelos adolescentes, bem como sobre as histórias de vida relatadas por eles.

Algumas dificuldades aparecem, como o manejo de tempo. Por ser uma medida judicial, há um tempo determinado que precisam realizar as atividades, portanto, é necessário que os encontros durem uma determinada quantidade de horas. Alguns adolescentes solicitam para irem embora mais cedo ou chegam muito

atrasado, o que acaba por demandar dos estudantes um manejo da situação. Há também a situação de, com alguns adolescentes, ocorrerem muitas faltas, o que dificulta o desenvolvimento das atividades.

Além disso, é importante destacar algumas considerações relacionadas ao desenvolvimento de um projeto de APS, conforme as especificidades metodológicas, que serão retomadas e aprofundadas nas considerações finais e após a apresentação dos resultados das entrevistas semiestruturadas. Diante da exposição de alguns projetos aqui já mencionados, é possível observar que há especialmente certa fragilização quando consideramos o impacto das ações desenvolvidas no vínculo com a comunidade. É evidente que exposição de cartazes, flyers ou materiais informativos são importantes para campanhas ou para fazer parte de ações de conscientização, por exemplo. Observa-se que grande parte dos temas desenvolvidos, bem como as necessidades sociais detectadas pelos grupos são de extrema relevância, especialmente quando trabalhadas dentro do contexto desses adolescentes e estudantes, porém, é necessário, conforme a APS, que seja feita uma avaliação dos grupos em relação aos verdadeiros impactos desses materiais na comunidade.

## 6.2 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Desde o início do projeto, o CREAS encaminhou 28 adolescentes para o cumprimento da PSC no IBILCE/UNESP. Entre eles, 18 completaram o cumprimento todo na universidade. Os outros adolescentes entraram em descumprimento da medida socioeducativa, receberam outras medidas socioeducativas como internação ou semiliberdade, mudaram de município ou finalizaram o cumprimento da PSC em outra instituição. Sendo assim, foi realizada a tentativa de contato com os 18 adolescentes após o envio do contato telefônico pelo CREAS. Entre eles, 06 aceitaram participar da entrevista, 12 não atenderam a ligação ou não responderam às mensagens enviadas.

Para compreensão das dificuldades encontradas com o contato com os adolescentes, em contato com a equipe do CREAS, foi informado que muitos adolescentes trocam constantemente de número telefônico, assim como seus responsáveis. Entende-se também que, no caso das mensagens de texto recebidas



pelos adolescentes e responsáveis que não foram respondidas, que não houve interesse, por parte deles, da participação na pesquisa.

Para iniciar a apresentação dos resultados obtidos através das entrevistas realizadas com os jovens e adolescentes, será apresentada, num primeiro momento, a categorização realizada com base na análise de conteúdo proposto por Franco (2005). Os indicadores considerados foram palavras ou temas. As categorias foram criadas após a realização das entrevistas, com base nos objetivos gerais de cada pergunta, considerando as diretrizes estabelecidas legalmente na medida socioeducativa de PSC e nas etapas de desenvolvimento metodológico da APS, sendo elas: percepção geral dos adolescentes; expectativas do adolescente em relação ao cumprimento da PSC; atividades realizadas durante o cumprimento da PSC; participação dos adolescentes nos projetos; intenção pedagógica e aprendizagem. Os participantes das entrevistas foram identificados com nomes fictícios: Caio (14 anos), Nicole (17 anos), João (15 anos), Matheus (17 anos), Amanda (13 anos) e Yasmin (15 anos) como forma de preservar suas identidades. Dentre os entrevistados, apenas Nicole cumpriu 04 meses na universidade, o restante cumpriu 02 meses. O tempo de cumprimento da medida dos adolescentes foi determinado judicialmente.

#### 6.2.1 Percepção geral dos adolescentes

Nessa categoria, especialmente relacionada à primeira pergunta da entrevista, foi observado que a percepção geral dos adolescentes é de uma experiência positiva. Apresentam palavras e termos como: legal, gostei, muito tranquilo, produtivo, aprendi várias coisas, vários ensinamentos. A adolescente Nicole respondeu da seguinte forma:

Eu achei muito tranquilo, eu gostei do jeito que vocês fazem, que vocês fazem mais por consciência, vocês não querem fazer para punir, é mais pra gente ficar consciente do que a gente fez. E aí os projetos que eu fiz lá foram bem legais (Entrevistada Nicole, 2024).

O participante João relatou:

Ah, foi bom que eu aprendi várias coisas, né, computação, atividades sobre plantas, sabe? Quando eu ia aí sábado, eu acho que era sábado, não é? Tinham vários ensinamentos sobre as plantas, o que pode o que não pode comer, receitas (Entrevistado João, 2024).

A participante Yasmin, nessa primeira pergunta, respondeu que foi incrível e que ela amou a experiência.

#### 6.2.2 Expectativas dos adolescentes em relação ao cumprimento da PSC

Quando os adolescentes foram questionados sobre suas expectativas e quais atividades pensavam que iriam realizar (perguntas 2 e 3), todos exemplificam com atividades que apenas pela sua finalidade não podem ser vistas como socioeducativas de alguma forma, como varrer pátio e rua, arrumar, limpar banheiro e pintar a prefeitura. Inclusive o adolescente Amanda relatou que achou que iria realizar um “negócio sofrido”. As tarefas apresentadas como esperadas pelos adolescentes estão relacionadas especialmente com trabalhos que poderiam ser remunerados e realizados por trabalhadores e têm uma característica de atividades que exigem grande esforço físico e para os quais os adolescentes geralmente não têm qualificação para fazê-los. Os adolescentes Nicole e Matheus trouxeram elementos sobre suas expectativas, relatando ficar com medo, desesperado e que pensava que ia ser bem pior.

A participante Yasmin relata que nunca tinha ouvido falar sobre a PSC e que quando soube que iria cumprir, achou que seria algo mais monótono, que não seria tão divertido quanto foi.

Essa expectativa dos adolescentes em relação à PSC é algo que por vezes aparece no imaginário popular ou está vinculada às atividades que adultos em regime de sentença de Prestação de Serviços à Comunidade costumam realizar. Nesse sentido, percebe-se que a questão da medida socioeducativa, especialmente quando considerada sob seu aspecto socioeducativo e pedagógico, aparece nos discursos populares com uma vertente estritamente punitivista.

Os adolescentes entrevistados, em sua maioria, disseram não conhecer outros adolescentes que haviam cumprido essa medida. Um deles (Nicole) disse que conheciam, porém não soube dizer as atividades e outro (Matheus) mencionou que

conhecia alguém que cumpriu também na UNESP. Em relação às atividades realizadas, disse que ele realizou as mesmas atividades, como pesquisa.

### 6.2.3 Atividades realizadas durante o cumprimento da PSC

No que diz respeito às atividades realizadas pelos adolescentes durante o tempo de cumprimento da PSC (pergunta 4), como produto final, todos os adolescentes entrevistados relataram ter elaborado cartazes. Para o processo de construção dos cartazes, relataram que fizeram pesquisas, leram livros e conversaram. A adolescente Nicole relatou um pouco sobre esse processo:

Eu fiz no começo com a outra menina, ela me dava livros pra eu ler, sobre medicina, que eu queria fazer. Aí eu mudei de ideia, as meninas mudaram, mudou de pessoa. Aí eu queria fazer biomedicina. Aí foi uma outra menina lá falar com a gente. Aí eu fiz um cartaz lá do Rio Grande do Sul, sobre a conscientização do autismo, sobre feminismo, a gente conversou sobre a paralisação que teve lá na UNESP. Conheci um pouco da faculdade (Entrevistada Nicole, 2024).

Sobre os temas dos cartazes, nas entrevistas foram relatados: sobre racismo, leis, Rio Grande do Sul, conscientização do autismo, feminismo, plantações, fundamentos do funk, religiões, bullying e conscientização sobre a dengue. É interessante notar que em algumas falas, apesar de relatarem que elaboraram cartazes sobre determinado tema, outros temas foram discutidos nos grupos, como: medicina, biomedicina, paralisação na UNESP, LGBT e barbearia. A participante Yasmin relatou que, além do cartaz sobre a conscientização sobre a dengue, o grupo realizou também o que ela chamou de “programa de leitura”:

A gente fez alguns... tipo uns cartazes da conscientização da dengue. Isso mais pro final [...]. As medidas pra tomar, o que fazer contra a dengue, né. Tipo água parada tal... a gente fez um cartaz sobre isso. A gente imprimiu esse cartaz com a logo da UNESP e tal. E a gente começou um programa de leitura. Eu consegui terminar o meu livro, que eu estava lendo. Era “A culpa é das estrelas”. E aí a gente pegou o que eu tinha... o meu livro da (nome da escola), e o que elas estavam usando lá. A gente pegou o mesmo livro, em dois lugares diferentes e a gente leu junto (Entrevistada Yasmin, 2025).

Quando observados a variedade de temas discutidos e os produtos construídos

durante os encontros com os adolescentes, é possível dizer que a expectativa que os adolescentes tinham em relação à PSC não foi alcançada, no que se refere à atividades voltadas para o trabalho que pode ser considerado punitivo. Essa variedade de temas abordados demonstra que há, no processo de construção dos projetos, uma preocupação com a discussão de temas que envolvem os interesses dos adolescentes e dos estudantes, bem como temas importantes para o desenvolvimento de trabalhos socioeducativos e que podem ser um trabalho voltado para construção de discussões e reflexões que permitem a construção de processos reflexivos e críticos.

Quando pensadas as bases para a metodologia da Aprendizagem Por Projetos Sociais, podemos considerar que essas discussões são importantes para o levantamento de problemas e necessidades que podem ser encontradas no cotidiano desses adolescentes e estudantes. Segundo Mori (2020):

Atividades/projetos de aprendizagem solidária consistem em uma proposta educativa que tem como princípio identificar problemas sociais reais e propor soluções com atividades de intervenção social que de fato aconteçam. Trata-se, portanto, de uma pedagogia baseada em resolução de problemas. Nesse sentido, os alunos irão antever soluções possíveis, planejar e executar uma proposta de intervenção social, refletir sobre o que está acontecendo [...] (Mori, 2020, p. 96).

É fato que não é observado, nas atividades, variedade dos produtos construídos. A construção de cartazes parecem ser uma solução para a apresentação de todo o caminho percorrido pelos adolescentes e estudantes durante o projeto, o que permite um objetivo interessante de sistematização das pesquisas e levantamento de informações. Além disso, entende-se que o cartaz é algo que pode ser exibido ao público como algo informativo e pode responder a algumas demandas que podem ter emergido nas discussões, como por exemplo um informativo sobre racismo e suas leis relacionadas ou a apresentação de um cartaz sobre bullying. Nesse caso, a problematização está nos reais impactos que um cartaz pode causar em alguma comunidade ou ambiente, uma vez que não é, em sua essência, uma intervenção ativa dos participantes do grupo na comunidade.

Destaca-se que, nas respostas dos adolescentes, apesar de reconhecerem que os cartazes são um produto informativo à comunidade, o destaque maior parece

ser, até o momento, para os processos de aprendizagem individual sobre os temas escolhidos.

#### 6.2.4 Participação dos adolescentes no projeto

Outra base importante para a APS é a participação ativa e o protagonismo dos participantes durante o processo de construção dos projetos. Todos os adolescentes entrevistados relataram ter participado do processo de escolha dos temas e das produções (perguntas 5 e 6). Os adolescentes Caio e Matheus relataram que fizeram atividades relacionadas a algum aspecto do ato infracional que praticaram (racismo e questão LGBT). Caio relata ainda que escolheu esse tema devido ao que ele fez. O adolescente Matheus relata que debateram o tema LGBT com o grupo e discutiram sobre preconceito:

Matheus: Conversando, né. A gente entrou num consentimento assim do grupo e fizemos as pesquisas. Conversamos lá, sabe? Quando acontece uma situação, como aconteceu que eu fui parar lá. Aí querendo ou não a gente acabou debatendo o assunto.

Entrevistadora: E você contou a situação pra todo mundo ali? Como é que foi?

Matheus: Então, foi por isso até que a gente foi um pouco no preconceito, tá ligado? Porque envolveu uma briga da minha namorada com um transexual, tá ligado? Aí eu fui acabando defender minha namorada. Foi isso que aconteceu. Aí envolveu processo, tudo mais. Aí foi por isso. Mas preconceito eu não tinha. Foi mais um ato de defesa mesmo, tá ligado? Porque eu tenho bastante clientes homossexuais que são super legais comigo e eu não tenho problema algum.

Entrevistadora: Então trabalhar o tema LGBT foi mais ou menos por conta disso?

Matheus: É, mais ou menos foi por conta disso (Entrevistado Matheus, 2024).

A adolescente Nicole relatou que a escolha das atividades também se deu através de conversas no grupo, sobre o que ele gostava de fazer, sobre o que não gostava. O adolescente João relatou uma experiência interessante sobre como se interessou por um determinado tema:

João: Tinha dois ensinadores, dois que ensinavam as coisas, sabe? Aí eles me levaram, eles queriam que eu aprendesse mais, pra ver se eu me interessasse mais pra frente, em fazer uma faculdade. Aí eles me mostraram vários tipos de maneira.

Entrevistadora: Foi aí que você descobriu esse tema das plantas?

João: Sim. Tipo assim, quando eu fui lá, teve uns ensinamentos sobre as

plantações. Numa câmera sabe, que tem que colocar na parede assim aí fica refletindo. Aí os professor foi lá começou a explicar cada detalhe, a utilidade, o que pode, o que não pode. Aí eu fui prestando atenção naquilo. Aí aquilo lá me chamou a atenção (Entrevistado João, 2024).

Sobre as contribuições que os adolescentes consideram que puderam ofertar, os participantes Nicole, João e Amanda disseram que foram eles que fizeram os cartazes. A adolescente Yasmin relatou sobre o processo de escolha para o tema da dengue e sua participação nesse processo: “É porque assim na minha escola, no (nome da escola), tem bastante planta. Consequentemente, tem bastante pernilongo. Aí eu juntei uma coisa com a outra e falei... vou imprimir e colocar lá no (nome da escola).

Os adolescentes relataram que realizaram as pesquisas, o que ajudaram e que puderam também contribuir com conhecimentos que já tinham previamente.

Conforme Tapia (2019), o protagonismo dos participantes é uma das características constitutivas de um projeto de APS de qualidade. Essa é uma das prerrogativas encontradas também nos pressupostos da PSC, uma vez que há a necessidade, nessa medida socioeducativa, de se respeitar a singularidade de cada adolescente, bem como se atentar às suas histórias de vida, aptidões e habilidades. Nessa perspectiva, podemos observar que a variedade de temas abordados nos grupos aconteceu justamente devido a esse aspecto, claramente voltado à aspectos de interesse dos adolescentes, considerando suas individualidades e possibilidades de escolha.

Esse ponto de vista, ainda segundo Tapia (2019) ajuda a superar visões paternalistas ou ingênuas:

Ao mesmo tempo, os projetos de aprendizagem-serviço assumem que todas as crianças, adolescentes e jovens, mesmo aqueles que estão em situação mais vulnerável, têm o direito de serem sujeitos capazes de assumir responsabilidades e de participar em primeira pessoa dos esforços por transformar a realidade, sensibilizar suas comunidades e autoridades para melhorar as condições de vida de todos (Tapia, 2019, p. 22).

Além disso, ao explorar temas e escolhas que colocam o adolescente como principal protagonista nesse processo, quando há, por parte dos educadores (estudantes), o incentivo à participação ativa, é possível observar que essa prática se

alinha com os objetivos da socioeducação. A participação e implicação do adolescente em seu processo de socioeducação não se configuram apenas como um instrumento de responsabilização, mas também como um caminho para a construção de autonomia, participação social e cidadania. Esse é um processo que, de forma isolada, não garante que o adolescente alcançará plenamente todos esses objetivos. Contudo, tem como potência a possibilidade de ofertar a escuta e a validação dos interesses e da participação do adolescente, o que, por si só, representa uma perspectiva significativa nos objetivos da socioeducação. Especialmente considerando que, em muitos contextos na execução da medida socioeducativa, essa valorização e escuta não faz parte das propostas.

#### 6.2.5 Intenção pedagógica e aprendizagem

Nessa categoria, a intenção é procurar nas entrevistas pistas das intenções pedagógicas de cada atividade e projeto, além de identificar possíveis aprendizagens. Esse aspecto é importante quando considerado o viés socioeducativo que é buscado nessa abordagem. Conforme Tapia (2019), os projetos de APS não só tem caráter voltado para a realização de atividades, mas também se propõe a objetivos pedagógicos: conhecimentos e habilidades adquiridas e aplicadas (Tapia, 2019).

Conforme os objetivos específicos de cada pergunta da entrevista, as questões 7, 8, 9 e 10 podem auxiliar na compreensão dessa perspectiva, uma vez que estão voltadas a identificar na fala dos adolescentes elementos sobre o processo pedagógico de aprendizagem e reflexões sobre o processo de cumprimento da medida socioeducativa.

De modo geral, todos os adolescentes entrevistados relataram como positiva a experiência, relatando sobre alguns aprendizados e reflexões. A seguir, será apresentado um quadro com as respostas transcritas dos adolescentes a essas questões, considerando que, nesse momento, é importante um destaque para o contexto das respostas, que acabam por se completar. Além disso, considerando o objetivo principal desta pesquisa, que está especialmente voltado para o potencial socioeducativo, em convergência com os fundamentos propostos nas prerrogativas legais, é interessante que a análise seja feita após a leitura das respostas dos

adolescentes.

Quadro 5 - Transcrição das entrevistas com recorte das respostas às perguntas 7, 8, 9 e 10 do questionário semiestruturado.

| Adolescente                                                                                                                          | Resposta                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>7. O que você aprendeu ao longo do cumprimento da medida? Você acha que vai utilizar esses aprendizados ao longo da sua vida?</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Caio                                                                                                                                 | <p><b>Caio:</b> Aprendi muita coisa.</p> <p><b>Entrevistadora:</b> O que você aprendeu, sabe me falar alguma coisa?</p> <p><b>Caio:</b> Aprendi sobre as leis, não cometer mais nenhum erro. Pensar antes de fazer.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Nicole                                                                                                                               | <p><b>Nicole:</b> Eu acho que fazer a prestação de serviços à comunidade em si já foi um grande impacto né, eu já fiquei bastante nervosa. E também os projetos que eu fazia lá também foi pra conhecimento.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| João                                                                                                                                 | <p><b>João:</b> Ó, assim bastante, porque depois que eu vi essas atividades de plantação, eu venho ultimamente pesquisando muito sobre isso, porque chamou muito minha atenção. Foi algo que realmente mudou minha vida, que eu gostei.</p> <p><b>Entrevistadora:</b> Você acha que é uma coisa, por exemplo, que você gostaria de trabalhar futuramente?</p> <p><b>João:</b> Ah, sim.</p>                                                                                                                                                                                                  |
| Matheus                                                                                                                              | <p><b>Matheus:</b> Acho que da religião, do preconceito, assim, eu já não tinha, sabe? Foi bem de boa, vou levar essa etapa pra vida, nunca vou esquecer disso daí, foi bem legal. Se chegar alguém na barbearia e perguntar quem que fundou a barbearia eu já vou saber responder.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Amanda                                                                                                                               | <p><b>Amanda:</b> Que não pode fazer bullying, que tem que conversar com alguém de confiança pra ajudar.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Yasmin                                                                                                                               | <p><b>Yasmin:</b> Ah, eu acho que elas ajudaram bastante em atividades escolares, né? Tipo matemática que eu tava em dúvida, e uma delas estudava matemática, um pouco de química, essas coisas, tudo que eu tinha de dúvida elas me ajudavam bastante.</p> <p>[...] Aprendi a conviver mais, né, porque tipo assim são pessoas que eu nunca conheci. Não tinha essa convivência e a gente tinha que passar todas as sextas feiras juntos, então eu fui desenvolvendo as habilidades de conversar com pessoas que eu não conheço. Consequentemente, desenvolvendo oratória, também, né?</p> |



|                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>8. Você acha que pôde contribuir em algo para sua comunidade com as atividades que realizou durante a PSC? Se sim, qual foi a contribuição? Quem foi beneficiado com o seu trabalho de alguma forma?</b>      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Caio                                                                                                                                                                                                             | <b>Caio:</b> Sim, acho sim.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Nicole                                                                                                                                                                                                           | <b>Nicole:</b> Sim.<br><b>Entrevistadora:</b> Que tema que você acha importante por exemplo discutir na sua família, com seus amigos, na escola...?<br><b>Nicole:</b> Ah, por exemplo, sobre o autismo, que eu tenho uma prima que ela tem problema. É... sobre a questão do feminismo também.                                                                                                                     |
| João                                                                                                                                                                                                             | <b>João:</b> Posso, porque quando tinha apresentação na escola, eu somava, começava a explicar sob umas plantas, sabe? O comestível e o que não pode comer. Cogumelos, tem cogumelos também que são venenosos e um e outros que não, que você pode comer aí eu fui explicando pra eles.<br><b>Entrevistadora:</b> Então você já utilizou do que você aprendeu nas atividades da escola?<br><b>João:</b> Sim.       |
| Matheus                                                                                                                                                                                                          | <b>Matheus:</b> Já. Eu chegava lá no salão e já comentava com os cara já.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Amanda                                                                                                                                                                                                           | <b>Amanda:</b> Não, ainda não conversei com ninguém.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Yasmin                                                                                                                                                                                                           | <b>Yasmin:</b> A gente só imprimiu os exemplares pra entregar pra diretoria da UNESP.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>9. O que significou para você o cumprimento da PSC? Acha que contribuiu em algo para sua vida (relacionamentos com a família e amigos, na escola, trabalho) após o cumprimento da PSC? Se sim, com o quê?</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Caio                                                                                                                                                                                                             | <b>Caio:</b> Já. Já conversei aqui com meus primos, meus amigos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Nicole                                                                                                                                                                                                           | <b>Entrevistadora:</b> Você falou que foi um grande impacto né?<br><b>Nicole:</b> Aham.<br><b>Entrevistadora:</b> Hoje você já vê de que forma?<br><b>Nicole:</b> Aí, de uma forma mais leve. De realmente ensinamento, aprendizagem...                                                                                                                                                                            |
| João                                                                                                                                                                                                             | <b>João:</b> Ajudou bastante, ajudou bastante. Eu era muito afastado depois que eu fiz isso aí eu comecei a pensar mais sobre mim, a refletir mais sobre minha vida. Comecei a mudar meu jeito de ser, agir, sabe? Comecei a conversar melhor, dialogar, mostrar mais interesse nas coisas. Foi algo que realmente fez uma mudança na minha vida e tanto.<br>Comecei abrir os olhos para vários interesses também. |

|                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Matheus                                                                                                                                                                                            | <b>Matheus:</b> Acredito sim. Querendo sim, querendo não, a gente aprende algumas coisas. Leva pra vida pessoal assim, também.                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Amanda                                                                                                                                                                                             | <b>Amanda:</b> Várias coisas, eu achei bom.<br><b>Entrevistadora:</b> Você acha que ajudou no que? No seu comportamento, nas coisas que você pensa? O que você achou?<br><b>Amanda:</b> Comportamento.<br><b>Entrevistadora:</b> Se você quiser me falar... O que você fazia antes que você deixou de fazer, por exemplo?<br><b>Amanda:</b> Tipo, eu xingava mais as pessoas agora parei um pouco.                              |
| Yasmin                                                                                                                                                                                             | <b>Yasmin:</b> Eu faço amizades bem mais rápido agora. Eu não tenho tanta dificuldade na área da matemática pelas ajudas que as meninas me ajudaram e por assim vai, né. Só vai acrescentando mais coisas na vida.<br>(...)<br>Eu percebi que eu estava mais leve, né? Mais engraçada, né, porque eu virei amiga das meninas. Então, era o momento mais relaxante da semana ali para descontrair e aprender ao mesmo tempo, né? |
| <b>10. De modo geral, você pensa que o trabalho desenvolvido durante o cumprimento da PSC te fez refletir sobre o ato infracional e as questões e situações que te trouxeram até esse momento?</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Caio                                                                                                                                                                                               | <b>Caio:</b> Valeu, valeu muito a pena.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| Nicole                                                                                                                                                                                             | <b>Nicole:</b> Sim. Com certeza. Não as atividades que eu fiz lá, é a questão mesmo que eu tinha que ir toda quarta. Hum... que eu tenho que cumprir, sabe? Não é “ah eu não quero ir e não vou”. Não, eu tenho que cumprir aquilo porque eu fiz isso, isso e isso.                                                                                                                                                             |
| João                                                                                                                                                                                               | <b>João:</b> Muito. Todo dia, todo dia na semana, a cada segundo eu pensava nisso aí que eu fiz.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Matheus                                                                                                                                                                                            | <b>Matheus:</b> Sim, um pouco sim. Que violência acaba não levando a nada.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Amanda                                                                                                                                                                                             | <b>Amanda:</b> É, porque eu tinha feito bullying com uma menina.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Yasmin                                                                                                                                                                                             | <b>Yasmin:</b> Claro, porque eu tinha que... eu não estava lá porque eu queria né... eu tinha que estar lá por algo que eu fiz... então esse momento eu tinha que parar pra pensar, né? Sobre as minhas ações...                                                                                                                                                                                                                |

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Diante das respostas e do contexto da entrevista, é possível observar alguns pontos interessantes para essa categoria, uma vez que o principal objetivo de todo esse processo é justamente a qualidade do tipo de atendimento ofertado aos adolescentes em cumprimento de PSC. Em primeiro lugar, nota-se que as respostas dos adolescentes tendem a ser breves e objetivas, o que pode representar uma limitação para avaliar com maior profundidade o nível de reflexão promovido pela experiência. Além disso, por se tratar, em essência, de uma medida judicial, é importante sempre ter esse contexto em perspectiva, mesmo que o processo judicial esteja encerrado. Entretanto, as respostas apresentam certo nível de reflexão, e algumas aprendizagens. Novamente, esse processo de reflexão vai não só ao encontro daquilo que é importante para a pedagogia da APS mas também ao encontro dos objetivos da medida socioeducativa de PSC.

Retomando, a medida socioeducativa tem como principais objetivos, de acordo com o SINASE (2012), a responsabilização do adolescente e a desaprovação da conduta infracional, que pode ser observada quando relatam sobre algumas reflexões acerca do ato infracional e a integração social do adolescente, quando relatam sobre as experiências sociais ao longo do processo e após a sua finalização. Em relação à APS, que tem como principal objetivo a mudança social a médio e longo prazo (Tapia, 2019), podemos observar que alguns adolescentes mencionam pequenas alterações em suas perspectivas, sinalizando, de maneira ainda incipiente, a abertura para novas possibilidades, e, em alguns casos, a possibilidade de se perceberem como agentes de mudança.

Sobre os aprendizados, na APS há também a prerrogativa de que os conhecimentos adquiridos durante o projeto são não apenas benéficos para aqueles que os recebem, mas também deve existir a possibilidade de que esses aprendizados sejam em benefício mútuo. Ou seja, quando o adolescente João relata sobre sua experiência, ressalta que adquiriu novos conhecimentos, mas também foi capaz de transpô-los a outras pessoas, no caso, exemplificou com colegas da escola. Essa é a perspectiva essencial de um projeto de APS, onde, necessariamente, é preciso o olhar sob a ênfase tanto na aquisição de aprendizagens quanto na melhora da qualidade de vida de uma comunidade (Tapia, 2019).

#### 6.2.6 Demais observações e considerações

A partir da apresentação da coleta das informações dos adolescentes por meio das entrevistas, bem como dos registros do projeto, é possível a análise de alguns pontos e considerações acerca do projeto como um todo. Em primeiro lugar, é fundamental ressaltar que esta pesquisa se refere a uma etapa inicial do projeto, isto é, todos os procedimentos e organização do projeto estavam em fase de construção e de constante reorganização, mesmo considerando o tempo de um ano de implementação. É necessária essa pontuação pois o processo de avaliação e reavaliação, sem dúvida, faz parte quando consideramos que essa é uma experiência nova, tanto para o município quanto para a universidade.

Isto posto, fundamentalmente, existem alguns pontos importantes de análise, como o fato de que ainda existem ajustes a serem feitos, especialmente quando consideramos alguns pontos do processo metodológico proposto pela APS.

Retomando, a APS, enquanto proposta metodológica visa algumas etapas essenciais para a aproximação dos objetivos fundamentais. O Guia de Aprendizagem Solidária da CLAYSS (Tapia, 2019), apresenta elementos para a diferenciação entre práticas de APS e outras atividades de intervenção comunitária:

Uma atividade solidária transformadora exigirá reflexão crítica sobre práticas e contextos, além de uma tomada de consciência de tudo que se aprende. Fornecer um serviço realmente solidário e eficaz vai exigir conhecimentos específicos sobre a realidade a ser abordada, colocar em prática os conhecimentos de diferentes áreas disciplinares, desenvolver habilidades de comunicação, gerenciamento e refletir sobre as próprias atitudes (Tapia, 2019)

O foco, segundo o guia, é justamente na possibilidade de uma ação transformadora, que conecta não só a ação com a finalidade em si, mas que também envolve aprendizados, caracterizadas por uma dupla intencionalidade: solidária e formativa ao mesmo tempo (Tapia, 2019).

Sendo assim, ao observar as atividades realizadas no projeto, ainda parece que grande parte das atividades estão concentradas em formatos que se assemelham ao escolar (pesquisas, slides, apresentações). Alguns adolescentes se denominam

“aluno” e os graduandos de “professores”. Nesse sentido, o foco parece ainda estar em sua maioria nas aprendizagens.

Essa observação também pode ser reforçada quando pensamos nos produtos finais das intervenções. Nessas situações, há a dificuldade de se mensurar de fato o impacto na comunidade, considerando que materiais expositivos não são, em suma, produtos capazes por si só de promover grandes articulações com a comunidade. O que parece, nas intervenções analisadas, é que há uma fragilidade na relação entre os aprendizados e o retorno para a comunidade. Nesse sentido, os materiais produzidos poderiam ser um meio para uma finalidade maior, quando pensadas as possibilidades de articulação e parcerias com outros atores comunitários, como escolas, associações, etc.

Diante dos resultados obtidos, nota-se que há, de fato, uma alternativa com potencial socioeducativo no contexto da execução da PSC com a metodologia de APS. Essa perspectiva se dá quando observamos que há a proposta para possibilidades de construção de aprendizados em articulação com propostas de intervenção no meio social. Mesmo com as fragilidades apresentadas, é possível observar que os adolescentes passaram por um processo de pertencimento, participação ativa, implicação na realidade em que vivem, fortalecimento de relações sociais, escuta e valorização de suas perspectivas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o potencial socioeducativo de uma intervenção baseada na metodologia de Aprendizagem Por Projetos Sociais (APS), desenvolvida no contexto da Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), a partir das percepções dos adolescentes e atores envolvidos no projeto. Dentre os objetivos específicos, buscou apresentar a APS como proposta de intervenção com adolescentes em vulnerabilidade e risco e destacar os aspectos da APS que podem contribuir para o cumprimento formativo da medida socioeducativa.

A proposta surgiu a partir, principalmente, da necessidade, no campo prático de atuação, do interesse em intervenções e propostas metodológicas no âmbito da execução da PSC. No campo prático, com a experiência técnica de atuação com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, já era evidente que as propostas vigentes não estavam respondendo às demandas apresentadas ao longo dos atendimentos com os adolescentes e suas famílias. Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, conforme apresentado na contextualização da visão histórica de políticas públicas voltadas à esse público, carregam em si todo um percurso de vulnerabilidade e risco social, com inúmeras repercussões em suas vidas cotidianas.

É preciso encarar essa perspectiva quando pensamos na construção de políticas públicas e respostas que a sociedade como um todo pretende dar a esses adolescentes. O viés punitivista e autoritário já se mostrou como política pública falida ao longo da história e, portanto, não faz sentido na sociedade atualmente. E é nesse contexto que há a necessidade de propostas alternativas à punição ou que não considerem sua dimensão formativa e pedagógica.

Ao pensar o adolescente, é necessário que se considere não só seu contexto social, mas também as potencialidades de construção de diferentes perspectivas também individuais. Quando propomos que os adolescentes sejam também atores de participação social, propomos uma preocupação com a educação para o desenvolvimento moral na perspectiva da construção na relação com o outro.

Na análise documental e na pesquisa bibliográfica, foi observado que, apesar de haver algumas publicações relevantes sobre a medida socioeducativa de PSC, há

uma grande escassez de orientações metodológicas. Por vezes, a construção dessas propostas fica à serviço das equipes técnicas de atendimento e acabam por se apresentar ainda no viés ultrapassado do serviço laboral ou de castigo, o que não vai de encontro com a perspectiva da socioeducação. Há, portanto, uma contradição aqui muito explícita: não há socioeducação em um processo que deveria ser socioeducativo. Ou seja, por vezes, na resposta que a sociedade dá para os atos infracionais - nas medidas socioeducativas, em especial na PSC, não há uma mudança de perspectiva conforme proposto na legislação. Na prática, ainda há o reforço da lógica “menorista” como solução para questões sociais e para a criminalidade.

A proposta apresentada nessa pesquisa caminha para uma alternativa contrária à esse viés. Quando pensamos na preocupação que há no sentido do olhar voltado para o adolescente que está cumprindo uma medida socioeducativa não só como alguém que cometeu um ato infracional, mas como alguém que pode participar também de seu processo socioeducativo, já é possível identificar essa alternativa. É sabido que a punição por si só não é educativa, e uma proposta que tem como objetivo a aprendizagem e a relação com o outro em sua realidade social abarca não só um encontro com as prerrogativas legais, mas também com a possibilidade de encarar a política pública como algo potencialmente transformador. Para se alcançar esse objetivo, reforça-se a evidente necessidade de políticas públicas no campo da socioeducação adotarem metodologias que reconheçam elementos para a reformulação das práticas vigentes, voltados para a responsabilização individual, com foco em propostas que articulem cidadania, participação social e fortalecimento comunitário.

Em relação à metodologia pedagógica, baseada na Aprendizagem Por Projetos Sociais, é evidente que ainda existem alguns aprimoramentos para o encontro rigoroso com as etapas de execução. É necessário considerar também que o cumprimento de uma medida socioeducativa ou a metodologia aplicada para essa execução por si só não é suficiente para, isoladamente, romper com a lógica estrutural que se apresenta na trajetória desses adolescentes. E aqui fica também evidente que, mesmo com uma proposta diferenciada da prática punitivista, há ainda a necessidade

de olhar para esses adolescentes no âmbito cultural, político, econômico, social e educacional.

Diante da análise dos diários de campo e das entrevistas dos adolescentes, foi possível observar que há a propositura de, especialmente, considerar o adolescente em cumprimento de PSC como sujeito ativo em seu processo socioeducativo. Essa perspectiva aparece em todos os processos analisados. Mesmo com dificuldades, por vezes, de se encontrar algo de interesse, o adolescente esteve implicado nas atividades no sentido da escolha do tema, nas propostas de ação e nas pesquisas para o desenvolvimento das atividades. Ou seja, as atividades ou o “serviço” a ser prestado não foi imposto. É evidente que o cumprimento de uma medida socioeducativa é algo obrigatório, feito a partir de um processo judicial e que, em resumo, não é algo que o adolescente queira fazer. Porém, considerando todo esse contexto, quando os adolescentes tratam o cumprimento da medida como algo “positivo” dentro daquilo que foi possível, devemos considerar essa perspectiva.

Outra compreensão que podemos obter através da coleta de dados são as possibilidades que o projeto tem, como um todo, de apresentar diferentes perspectivas para o adolescente, mesmo que de forma pontual na história de vida deles. Estar em um local que não costuma frequentar, com pessoas fora de seu convívio, que não estão ali com o ponto de vista de julgamentos ou interesse em suas ações anteriores àquele momento, por si só, pode ser encarado como um potencial. Além disso, ao abrir a universidade para o convívio com os adolescentes, foi possível observar, por parte dos estudantes participantes, uma quebra em paradigmas previamente estabelecidos. Tanto no sentido de preconceitos existentes quanto na possibilidade de abertura para outras formas de atuação profissional. Nessa perspectiva, é possível dizer que há, ao menos um indício, por parte dos estudantes, o encontro com possibilidades profissionais diferentes daquelas tradicionais, especialmente quando considerada a formação em pedagogia.

De modo geral, considerando os apontamentos aqui realizados e ao longo da pesquisa, é possível apontar para a Aprendizagem Por Projetos Sociais como uma metodologia pedagógica de atendimento para adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade. Inclusive quando consideradas as possibilidades de incorporação desta metodologia em políticas públicas de



atendimento em espaços não-formais de educação. Essa pesquisa, de forma ainda inicial, aponta para a possibilidade de um futuro com perspectivas que podem não só potencializar as formas de atuação com esses adolescentes, mas também propor uma alternativa que situa o adolescente como participante ativo no seu processo socioeducativo.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, V.; ARAÚJO, U. F.; SILVA, M. A. M. Joseph Maria Puig: Uma vida dedicada à Educação em Valores. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hPwJXsXwfVmGLtn4Sprv8TG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERETA, T. A. D. S. **A formação ética do psicólogo: ambiente acadêmico e competência moral**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/69t7z/pdf/bereta-9786586546972.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BEZERRA, S. C. Estatuto da Criança e do Adolescente: marco da proteção integral. In: LIMA, C. A. (coord.). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. cap. 1, p. 17 - 22.

BRASIL. Lei n.º 12.435 de 6 de julho de 2011. **Altera a Lei 8.742 que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm). Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm). Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, com suas alterações. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília, DF, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005, 106 p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/caderno\\_MSE\\_0712.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf). Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011, 120 p. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013, 64 p. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, 2018, 206 p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/relatorios/medidas\\_socioeducativas\\_em\\_meio\\_aberto.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/medidas_socioeducativas_em_meio_aberto.pdf). Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de Dados do SINASE - 2024**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025, 113 p. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento\\_Nacional\\_SINASE\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_Nacional_SINASE_2024.pdf). Acesso em: 05 mai. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de Dados do SINASE - 2023**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023, 113 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSinase20231.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Guia de Orientações para Instituições Governamentais e Organizações da Sociedade Civil que recebem adolescentes para o cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2018, 16 p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/consulta\\_publica/Guia\\_PSC\\_CGMSE.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Guia_PSC_CGMSE.pdf). Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: CONANDA, 2006. 100 p. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/sinase\\_integra.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/sinase_integra.pdf). Acesso em: 25 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. 1. ed. Brasília: CFP, 2012. 58 p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/09/Atua%C3%A7%C3%A3o-dasos-Psic%C3%B3logasos-em-Programas-de-Medidas-Socioeducativas-em-Meio-Aberto.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no âmbito das medidas socioeducativas**. 1. ed. Brasília: CFP, 2021. 96 p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt\\_crepop\\_medidas\\_socioeducativas\\_2021.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_medidas_socioeducativas_2021.pdf). Acesso em: 12 dez. 2024.

COSLIN, P. G. **Psicologia do Adolescente**. 1. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

COSTA, A. P. M. Os direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e sistema constitucional brasileiro. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. **Socioeducação: Fundamentos e Práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 17-32. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/169662/001049904.pdf?sequenc>. Acesso em: 14 jul. 2024.

COSTA, C. R. F., ASSIS, G. A. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 74-81, set-dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/pLKXBPGnzmmHJdnYGf9Sgvf/?format=pdf&lang=pt> Acesso m: 12 dez. 2024.

COSTA, R. M. S. Construção da Personalidade Ética na Interação entre Adolescentes e Professores no Contexto do Ensino Médio. *In*: BERETA, T. A. D. S.; BATAGLIA, P. U. R. (org.). **Estudos sobre a formação ética na educação básica e no ensino superior**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 227-260. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/download/402/4126/7500?inline=1](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/download/402/4126/7500?inline=1). Acesso em: 11 set. 2024.

FRANCISCO, J. C., LIMA, A. S., GROPPPO, L.A. Tramitação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional (1989-1990). **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/15252/209209213547>. Acesso em: 10 mai. 2025.

FERREIRA, G. V. **A Prestação de Serviços à Comunidade a partir do relato de jovens que cumpriram esta medida socioeducativa**. Orientadora: Luciana Aparecida Nogueira da Cruz. 2022. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/b7063ee3-e6dc-4e19-9602-90ca493ed65e>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FLORES, P. S. **Oficina socioeducativa: oficina com adolescentes em medidas socioeducativas**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011). Disponível em: [https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36333?locale-attribute=pt\\_BR](https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36333?locale-attribute=pt_BR). Acesso em 20 mai. 2024.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 2ª ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FREITAS, M. V. ABRAMO, H. W., LEÓN, O. D. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GARCÍA, X. M. Adolescentes en riesgo y servicio a la comunidad. **Bordón: Revista de Pedagogía**, Barcelona, v. 66, n. 3, p. 75-89, 2014. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/BORDON/article/view/Bordon.2014.66305/15789>. Acesso em: 14 jul. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LA TAILLE, Y. Moral e Ética no mundo contemporâneo. **Revistas USP**, São Paulo, n. 110, p. 29-42, jul-ago-set, 2016.

LIMA, T. C. S. MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**. Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2024.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINI, M. C., ALMEIDA, M. A., OMOTE, S. **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**, Londrina: Eduep, 2003. p. 11-25. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes\\_sobre\\_a\\_elaboracao\\_do\\_roteiro.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf). Acesso em: 13 jan. 2024.

MARTINS, J. E. A centralidade do trabalho na medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 48, p. 86-105, jul./dez. 2016.

MONTEIRO, T. A., SOUZA, M. T. C. C. Representações de si dos profissionais da socioeducação sob o olhar da psicologia moral interacionista. **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**. Marília, v. 14, n. 01, jan. - jul. 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/13816>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MONTE, F. F. C. *et al.* Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, 125-134, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/vxtvnsSMchXRcd6WV5kRBmp/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2025.

MORI, K. G. Aprendizagem Solidária e a responsabilidade social para outro mundo possível. **Revista ComSertões**. Juazeiro, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/comsertoes/article/view/7867>. Acesso em: 12 ago. 2023.

NOVAES, M. C. A. **Medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade**: um estudo sobre a execução da medida pela Defensoria Pública do Estado da Bahia no município de Salvador. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCSAL-1\\_41d0f0A1fbb3cd562bcda4e1f9009818](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCSAL-1_41d0f0A1fbb3cd562bcda4e1f9009818). Acesso em: 20 dez. 2024.

PERONDI, M. STEPHANOU, M. Juventudes na atualidade: abordagens e conceitos. *In*: CRAIDY, C. M.; SZUCHMAN, K. **Socioeducação: Fundamentos e Práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 69-82. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/169662/001049904.pdf?sequenc>. Acesso em: 14 jul. 2024.

PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral**. 1 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

PUIG, J. M. Aprendizaje-servicio y educación en valores. **Convives**, Madrid, n. 6, p. 12- 19, dez. 2016 Disponível em: [https://redjovencoslada.es/wp-content/uploads/2021/04/CONVIVES\\_16\\_ApS-y-convivencia\\_151216.pdf](https://redjovencoslada.es/wp-content/uploads/2021/04/CONVIVES_16_ApS-y-convivencia_151216.pdf). Acesso em: 12 ago. 2023.

PUIG, J. M. et al. **Aprendizaje servicio**: Educar para la ciudadanía. 1. ed. Barcelona: Editorial Octaedro, S. L., 2007.

PUIG, J., M. CASARES, M. G., GARCÍA, X. M., SERRANO, L. R. Aprendizaje-servicio y Educación para la Ciudadanía. **Revista de Educación**, Barcelona, n. extraordinário, p. 45-47, abr. 2011. Disponível em: <https://www.ub.edu/GREM/wp-content/uploads/Aps-y-educacio%CC%81n-para-la-ciudadan.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

RIZZINI, I. **O Século Perdido**: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSA, S. F. E. AREOSA, S. V. C. Atenção sobre o socioeducando e os serviços comunitários referentes à medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade. **Revista Educação Popular**. Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 346-362, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/71399/39272>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SÁ-SILVA, J. R., ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, ano 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SENNE, M. N., GOMES, L. T. A construção da moralidade na escola: uma possibilidade de revisão teórica. *In*: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2016. Franca. **Anais**. Franca: UNESP, 2016. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos->

[graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/texto-completo-sippes-marina-senne.pdf](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8659662/27547). Acesso em: 17 nov. 2024.

SILVA, M. A. M., ARAUJO, U. Aprendizagem Por Projetos Sociais: integração de conteúdos morais à representação se si de jovens. **Revista Educação Temática Digital**. Campinas, v. 23, n. 4, p. 1061-1078, out. / dez. 2021. Disponível em : <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8659662/27547>. Acesso em 27 nov. 2024.

SOUZA, M. S. **Pela Dignidade: a história do habeas corpus coletivo pelo fim da superlotação no sistema socioeducativo**. São Paulo: Instituto Alana, 2022.

TAPIA, M. N. La propuesta pedagógica del "Aprendizaje-servicio": **Una perspectiva latinoamericana**. TZHOECOEN, Chiclaya, Perú, ano 3, n. 5, p. 23-43, 2010.

TAPIA, M. N. **CLAYSS: guia para o desenvolvimento de projetos de aprendizagem e serviço solidário**. 1 ed. Buenos Aires: CLAYSS, 2019.

TARDELLI, D. D. Adolescência, personalidade e projeto de vida solidário. In: LA TAILLE, Y. MENIN, M. S. S. **Crise de Valores ou Valores em Crise**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 70 - 87.

TOGNETTA, L. R. P. LA TAILLE, Y. A Formação de Personalidade Éticas: Representações de Si e Moral. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 181-188, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/GGpbPCjGmFnCGCsd9j6Jw5D/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 nov 2024.

TOGNETTA, L. R. P., VINHA, T. P. Valores em crise: o que nos causa indignação? In: LA TAILLE, Y., MENIN, M. S. S. **Crise de Valores ou Valores em crise?** 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 15 - 45.

TOSI, G. Direitos Humanos: reflexões iniciais. In: TOSI, G. **Direitos Humanos: História, teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005. p. 18-46.

VEDOVELLO, A. J. S. **Medida Socioeducativa de prestação de serviços à comunidade: uma estratégia metodológica coletiva e territorial**. Orientadora: Sandra Maria Galheigo. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5175/tde-26032024-122959/publico/AdilaineJulianaScaranoVedovello.pdf>. Acesso em 20 dez. 2024.

WATANABE, C. Y. V., FIRMIANO, L. J. Há socioeducação na medida socioeducativa PSC? **Revista Quaestio Iuris**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 03, 2023, p. 1890-1920. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/78803>. Acesso em 20 dez. 2024.



## APÊNDICE 1 - MODELO DO DIÁRIO DE CAMPO

### DIÁRIO DE CAMPO - MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

**Alunos:**

#### **PLANEJAMENTO:**

- Data da reunião de planejamento:
- Atividade planejada:  
O que será trabalhado:  
Como a atividade será realizada (materiais, local, responsabilidades de cada um, articulações necessárias, entre outros):  
O que se pretende alcançar com a atividade (objetivos):

#### **DESENVOLVIMENTO PSC:**

- Data do encontro:
- Horário:
- Adolescente (s):
- Resumo da atividade:
- Como os adolescentes reagiram à proposta?
- Houve alguma dificuldade?
- Observações (como você se sentiu? houve alguma dificuldade durante o encontro? quais foram os pontos positivos/negativos? quais foram suas percepções gerais?)

#### **DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES EM GRUPOS:**



- Data do encontro:
- Horário:
- Local:
- Resumo da atividade:
- Como os adolescentes reagiram à proposta?
- Houve alguma dificuldade?
- Observações (como você se sentiu? houve alguma dificuldade durante o encontro? quais foram os pontos positivos/negativos? quais foram suas percepções gerais?)

## APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

| <b>ROTEIRO DE ENTREVISTA</b>                                                                                                                                                                              |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. De modo geral, como foi a sua experiência no cumprimento da medida de PSC?                                                                                                                             |
| 2. Você conhece alguém que cumpre/cumpru PSC? Quais foram as atividades que eles realizaram? O que eles te contaram da experiência?                                                                       |
| 3. Quais eram suas expectativas em relação à PSC? Quais atividades pensava que iria realizar?                                                                                                             |
| 4. Quais foram as atividades realizadas durante o cumprimento da PSC?                                                                                                                                     |
| 5. Como vocês decidiram realizar esse tipo de atividade?                                                                                                                                                  |
| 6. Você acha que pôde contribuir nas atividades? Se sim, como? Quais foram suas contribuições?                                                                                                            |
| 7. O que você aprendeu ao longo do cumprimento da medida? Você acha que vai utilizar esses aprendizados ao longo da sua vida?                                                                             |
| 8. Você acha que pôde contribuir em algo para sua comunidade com as atividades que realizou durante a PSC? Se sim, qual foi a contribuição? Quem foi beneficiado com o seu trabalho de alguma forma?      |
| 9. O que significou para você o cumprimento da PSC? Acha que contribuiu em algo para sua vida (relacionamentos com a família e amigos, na escola, trabalho) após o cumprimento da PSC? Se sim, com o quê? |
| 10. De modo geral, você pensa que o trabalho desenvolvido durante o cumprimento da PSC te fez refletir sobre o ato infracional e as questões e situações que te trouxeram até esse momento?               |

## ANEXO 1 - PROJETO CONVÊNIO ESPECÍFICO

### ANEXO I

**PROJETO PARA CONVÊNIO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E O INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - IBILCE/UNESP**

**TÍTULO: CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO POR PROJETOS DE APRENDIZAGEM SERVIÇO E SOCIOEDUCAÇÃO**

**Coordenadora: Profa Dra Luciana Aparecida Nogueira da Cruz**

#### **Introdução**

Este projeto trata de uma proposta de abertura de um campo para cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - IBILCE/UNESP, campus de São José do Rio Preto.

#### **1.1 A Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)**

Com a ratificação do tratado realizado na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em 1989 da ONU, no qual se reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, e com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), ocorreu uma transição de paradigmas na legislação brasileira que passou a adotar princípios da Doutrina de Proteção Integral como norte na compreensão e atendimento à Infância e Juventude. Entre esses princípios, definiu como adolescentes todos aqueles sujeitos entre 12 e 18 anos (Art. 2) e garantiu-lhes a condição de inimputáveis (Art. 104) dado sua condição peculiar de desenvolvimento.

A mesma lei definiu como atos infracionais os crimes e contravenções penais cometidos por adolescentes (Art. 103) e estipulou como resposta a essas práticas a determinação de medidas de proteção e/ou socioeducativas. No que concerne às últimas, conforme Art. 112, foram divididas entre VII itens, dentre eles:

**III - prestação de serviços à comunidade;**

**IV - liberdade assistida;**

As responsabilidades pela execução foram distribuídas prioritariamente entre o executivo estadual e municipal, ficando a cargo dos municípios as chamadas **medidas socioeducativas em meio aberto** (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida). Uma vez integrado ao Sistema Único de Assistência Social, com a aprovação da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, o **Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação**

de **Serviços à Comunidade (PSC)** (BRASIL, 2009), executado no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, reafirmou-se a tentativa de enfoque da medida socioeducativa enquanto acompanhamento preocupado com a proteção dos adolescentes e o acesso à direitos. Assim, dentre os objetivos elencados ressaltamos os seguintes:

- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Posterior ao ECA outras normativas surgiram a fim de regulamentar o funcionamento das respectivas medidas, sendo o principal deles a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2012), resolução aprovada pelo Conselho Nacional da Criança e do adolescente - CONANDA em 2006 e sancionado enquanto legislação em 2012. Com o SINASE, definem-se também os objetivos da medida socioeducativa (Art. 1º, § 2º) conforme abaixo destacamos o item:

**II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;**

A PSC - objeto de interesse desse projeto - conforme Art. 117 do ECA consiste na *"realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospital, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais."* (BRASIL, 1990, grifo nosso). Também é normatizado em parágrafo único que a atividade realizada deve levar em consideração as aptidões do adolescente, com jornada máxima de oito horas semanais e de modo que não prejudique outras áreas da vida do adolescente (como escola e trabalho). Apesar de dispor de tempo máximo, a PSC pode variar em termo de horas e meses a serem cumpridos conforme avaliação do judiciário sobre a gravidade do caso.

O Caderno de Orientações Técnicas dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto (2016) destaca que a PSC deve ser organizada junto a uma rede de parceiros (públicos e privados) em que o serviço seja **prestado à comunidade** e não à entidade. As orientações técnicas sugerem ainda que:

As tarefas a serem executadas pelos adolescentes serão prestadas gratuitamente e visam a sua responsabilização, à vivência de valores de coletividade, ao convívio com ambientes de trabalho e ao desenvolvimento de estratégias para a solução de conflitos de modo não violento. A medida, portanto, tem um caráter pedagógico e sua execução deve partir das novas experiências vivenciadas e do convívio do adolescente com outros grupos (p. 26, grifo nosso).

## 1.2. Acompanhamento pelos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Os adolescentes e jovens são encaminhados aos serviços de medidas socioeducativas após determinação judicial pelo cumprimento de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC. Em São José do Rio Preto o atendimento é realizado de forma regionalizada pelos CREAS 1 (Centro, João Paulo II, HB, Vila Toninho, Talhado, Represa, Engenheiro Schmitt) e 2 (Cidade da Criança, CEU e Pinheirinho).

A primeira etapa do acompanhamento envolve a acolhida do adolescente acompanhado pelo responsável para a Interpretação da Medida, a qual consiste em uma explicação a respeito dos objetivos e funcionamento da medida socioeducativa determinada e esclarecimento de dúvidas. Nessa ocasião também são feitas orientações a respeito de eventuais medidas de proteção aplicadas pelo judiciário.

Após a Interpretação da Medida procede-se a elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA, dispositivo previsto em lei e com prazo de 15 dias para ser encaminhado ao poder judiciário. A lei do SINASE o descreve como "*instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente*". Em seu formato atual, abrange reflexões e metas envolvendo áreas como saúde, escolarização, profissionalização, trabalho, lazer, cultura, esporte e rede socioassistencial. Idealmente o PIA deve ser construído a partir de intensa articulação intersetorial considerando as demandas do adolescente, o contexto social familiar em que vive e o incentivo ao protagonismo. Todavia, São José do Rio Preto ainda não dispõe de mecanismos regulatórios como a Comissão Intersetorial Municipal de Atendimento Socioeducativo a fim de institucionalizar o trabalho entre os diferentes órgãos responsáveis pela elaboração e execução do PIA.

Compõe as ações de acompanhamento pelo serviço: atendimentos particularizados (no CREAS, em domicílio ou remotamente) com o adolescente e a família, atendimentos em grupo, articulação com a rede de acompanhamento, contatos telefônicos, visitas institucionais, discussão de casos (interna e externa), atividades externas programadas, entre outras.

A instituição acolhedora é sugerida ao adolescente de acordo com seus interesses, habilidades, disponibilidade de horário e região de moradia, e com o seu consentimento verifica-se junto à instituição a possibilidade de agendamento de um atendimento para apresentação do local de cumprimento e início das atividades. Cabe ressaltar que em razão



da escassez de diversidade nas instituições acolhedoras, nem sempre é possível atender aos critérios ideais para cada adolescente. Além disso, quando necessário, é feito o fornecimento de vale transporte pelo SMSE.

O acompanhamento da execução da medida socioeducativa no campo de PSC é feito pelo educador social e pelo técnico de referência do adolescente principalmente através de visitas institucionais e contatos telefônicos. Os atendimentos particularizados com o adolescente tendem a ser agendados sob demanda para prosseguimento das ações necessárias ao cumprimento do PIA (principalmente no que tange acesso à serviços e direitos) ou outras situações que requeiram intervenção técnica.

Uma vez concluído o período previsto em sentença, é produzido relatório conclusivo encaminhado para a Vara da Infância e Juventude com a respectiva sugestão técnica. No caso dos adolescentes que deixam de cumprir a medida socioeducativa é encaminhado relatório comunicando descumprimento (a qualquer tempo) para as providências cabíveis.

### 1.3 O público atendido pelas medidas socioeducativas em meio aberto em São José do Rio Preto

A seguir apresentaremos uma breve caracterização dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de São José do Rio Preto com o objetivo de nortear a presente proposta de Prestação de Serviços à Comunidade. Trata-se de um levantamento feito ao longo do ano de 2019 pela então equipe do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA)<sup>1</sup> da cidade, por meio de um estudo do processo judicial recebido da Vara da Infância e da Juventude, no momento de elaboração do seu Plano Individual de Atendimento (PIA), ao longo de atendimentos individuais e em atividades grupais, fornecendo espaço de reflexão para os adolescentes acerca de suas trajetórias, sua relação com a cidade e acesso a serviços, benefícios e direitos, e possui como objetivo de colher dados que permitissem traçar um perfil desses adolescentes e as particularidades de suas demandas.

O SMSE/MA atende adolescentes do sexo feminino e masculino de 13 a 20 anos de idade, sendo a maior concentração de usuários entre as idades de 16 e 17 anos e do sexo masculino. Na autodeclaração de cor a maioria são pardos, enquanto 38% são brancos e 14% negros.

No entanto, em muitas atividades que abordavam questões como o racismo, foi notório que adolescentes com fenótipo negro não se identificavam de tal forma. Acreditamos que

---

<sup>1</sup> CREAS 1: Anderson José Soffientini, Juliano Malumbres, Maria Letícia Rillo, Natália Parizotto, Rosa Maria Azevedo e Vitor Guidoti. CREAS 2: João Vitor Silva Busqueti, Johny Welton Brito da Silva, Monica Costa Bueno de Araújo, Tarciso Pansani e Thais Cristina Luiz.

talvez esse fenômeno possa estar relacionado com a “ideologia do branqueamento” dentre os adolescentes – o que compreendemos ser, exatamente, uma consequência da percepção sobre o racismo vigente.

Outro aspecto cuja representação apresentou-se massivamente atendendo às normas vigentes foi a da sexualidade: 90% dos adolescentes declarou ser heterossexual, 9% preferiram não informar e 1% declarou-se bissexual. Mais uma vez a equipe do SMSE/MA acredita que a predominância de adolescentes autodeclarados como heterossexuais, associada ao número de adolescentes que não quis prover tais informações indica a preocupação destes em atender a uma heterossexualidade compulsória.

A quantidade de adolescentes com filhos é baixa e geralmente está relacionada ao quantitativo de usuárias do gênero feminino que em grande maioria são mães solo. Alguns adolescentes do gênero masculino informaram serem pais e não exercerem a função paterna – o que demonstra a questão do exercício responsável da paternidade como uma demanda relevante para o público deste serviço, assim como a maternidade solo.

A composição das famílias, em sua maioria, é de cerca de 3 a 4 membros, sendo significativo o número de famílias monoparentais, cujos adolescentes não dispõem de cuidados paternos, sejam no âmbito afetivo ou financeiro. Além disso, a maioria dos adolescentes que cumpre medida socioeducativa não mora em um imóvel que pertença a sua família - o que indica a vulnerabilidade de parte da população atendida. Assim, 38% dos entrevistados têm renda de até um salário mínimo, 48% até 3 salários mínimos e 18% têm renda superior a 3 salários mínimos (geralmente são as famílias dos adolescentes que cumprem medida por falsidade ideológica). Dessa forma, 27% das famílias são atendidas pelo Programa de Transferência de Renda pela Assistência Social.

Quanto ao aspecto da renda do público atendido, os dados apresentados são de que 72% deles trabalham, e em sua maioria como ajudante (trabalho braçal) e no mercado informal (95%). Em menor quantidade, porém ainda maior que os demais cargos, aparecem os setores de jovem aprendiz, vendas e atendimento. Ademais, dos que não trabalham, 60% deles foram encaminhados para agências de emprego e o restante não foi por dois fatores: 21% dos adolescentes não tinham interesse e 20% não apresentavam critério.

A escolaridade dos adolescentes apresenta porcentagem semelhante, 74% estão na escola, sendo que 10% dos jovens apresentam um procedimento escolar embaraçado, 6% não tiveram a matrícula efetivada pela família e 5% não possui vaga. Por outro lado, o número de adolescentes que relatam dificuldade de permanência também é grande, alcançando o número de 62%. Além disso, dos 229 jovens, 59 estão no 1º ano do Ensino Médio, 53 no 9º ano do Ensino Fundamental II, 37 no 8º ano do Ensino Fundamental II, 36 no 7º ano do Ensino Fundamental II e o restante distribuídos entre o 1º e 2º ano do Ensino Médio, 2º, 5º e 6º ano do Ensino Fundamental II e apenas 1 com ensino médio completo. No entanto, a distribuição

dos jovens nos anos escolares não é regular, por exemplo, é alta a frequência de adolescentes de 17 anos no 1º ano do Ensino Médio, porém, apenas 11% têm necessidade de avaliação pedagógica.

Todavia, sobre cursos profissionalizantes, a maioria (52%) nunca participou de nenhum e as principais razões são: outros interesses, custeio e a falta de interesse pelos cursos gratuitos. Dessa forma, as principais áreas de interesse são: jovem aprendiz, mecânica, estética, vendas e administração, embora grande parte não soube informar os interesses. Os cursos citados de acordo com o interesse dos jovens foram: administração, cabeleireiro/ barbeiro, gastronomia, informática e mecânica. Dos que já fizeram algum tipo de curso os principais foram auxiliar de escritório, informática e no setor de alimentação, sendo o principal local de formação o SENAC/ Fundação Casa. Por fim, é importante ressaltar que 82% dos adolescentes informaram não ter acesso a serviços privados.

Já no quesito de lazer e cultura os números e a diversidade caem muito, os dados mostram que por mais que 67% dos jovens indicam que há espaço de cultura no território deles, 97% não frequentam e o principal motivo é a falta de interesse. As preferências culturais apontam o cinema como o favorito e a principal razão para o deslocamento para outras áreas da cidade em busca de locais de lazer. Outras atividades de lazer indicadas são: passar tempo com os amigos, ir ao campo de futebol, o celular, a televisão e o shopping. Além de aparecer como uma das atividades favoritas de lazer dos jovens, o futebol também aparece como principal prática esportiva reportada, sendo que 64% dos adolescentes relatam praticar esportes. Os principais locais de prática esportiva são os campos de futebol nos bairros, a escola e as ruas. Por fim, é importante ressaltar que nenhum dos jovens está inserido em algum programa de prática esportiva.

Para terminar esse tópico a respeito da razão e cotidiano dos adolescentes em medida socioprotetiva da cidade de São José do Rio Preto, apresento os dados referente aos hábitos com a saúde. Um elemento que a equipe avalia como importante de ser tratado neste estudo é o fato de que a maioria dos adolescentes não faz acompanhamento em saúde, como pode ser observado no gráfico abaixo. A maioria deles prefere frequentar a Unidade de Pronto Atendimento em situações pontuais apenas. No entanto, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) mais recorrentes são as denominadas Solo Sagrado, Santo Antônio, Jaguaré e Lealdade e Amizade.

Muitos cuidadores, em sua maioria as mães, relatam que levavam os filhos regularmente para acompanhamento médico durante a infância, mas após os filhos alcançarem a adolescência houve descontinuidade do acompanhamento. Muitas hipóteses surgem neste cenário desde a falta de referências em autocuidado, a sobrecarga das cuidadoras que talvez deixem a cargo dos filhos adolescentes o autocuidado, há a possibilidade também deste adolescentes terem tido uma experiência ruim no passado com



os serviços de saúde e não desejarem seguir o acompanhamento, como também há a hipótese de que estes adolescentes estejam assumindo uma conduta de baixo autocuidado, como modelo de masculinidade. Avaliamos não ter dados o suficiente para verificar tais hipóteses.

Os poucos adolescentes que referiram fazer algum tipo de acompanhamento em saúde indicaram, em sua maioria, frequentar o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Observamos que a principal demanda em saúde não atendida por este público é em Saúde Mental - o que indica mais um elemento marcante deste público que precisa ser observado.

A maioria dos adolescentes refere fazer uso de substâncias psicoativas (em observação livre da equipe, as principais substâncias são: o álcool, tabaco e maconha) e nunca ter feito nenhum tratamento em saúde para tanto. Esta pesquisa não verificou o padrão de uso de tais substâncias pelos adolescentes.

#### **1.4 Infrações dos adolescentes da medida socioprotetiva de São José do Rio Preto**

O ato infracional de maior representatividade no Brasil, segundo o Levantamento Anual Sinase 2017 (BRASIL, 2019), é o roubo, seguido pelo tráfico de drogas. Considerando as desigualdades sociais vigentes no Brasil, interpretamos tais atos infracionais como expressões da questão social - sendo o tráfico de drogas uma das piores formas de trabalho infantil na contemporaneidade (GALDEANO; RONALDO, 2018). No entanto, na cidade de São José do Rio Preto, o principal ato infracional é, com grande distanciamento dos outros colocados, o tráfico de drogas. Dessa forma, em proporções bem menores aparecem o furto, a posse de drogas, a lesão corporal, o dano e a ameaça. É importante ressaltar, também, que a maioria das infrações não foram cometidas dentro do ambiente escolar.

A Liberdade Assistida constitui a maior parte das medidas executadas por este serviço, 81%, sendo a Prestação de Serviços à Comunidade apenas 21% do seu público; 3% dos adolescentes recebeu ambas as medidas socioeducativas.

Além disso, a maioria dos adolescentes atendidos não é reincidente no cumprimento de medida socioeducativa, sendo que os casos reincidentes geralmente estão relacionados a pobreza extrema e exploração destes adolescentes (trabalho infantil).

A taxa de descumprimento das medidas socioeducativas é de 17%. Durante o acompanhamento quando um adolescente deixa de cumprir a medida determinada, o técnico de referência do caso faz uma série de tentativas de aproximação e sensibilização do adolescente para que ele retome o cumprimento. Quando não há sucesso, o Poder Judiciário é informado e o adolescente geralmente é convocado para uma audiência de advertência. Caso não compareça, pode sofrer um pedido de busca e apreensão para que seja advertido. Após a advertência, se o adolescente não retomar o cumprimento, pode receber medida mais

gravosa.

### 1.5 Justificativa da proposta de parceria do IBILCE/UNESP com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)

Os docentes e discentes do IBILCE/UNESP desenvolvem projetos científicos e de extensão importantíssimos para a sociedade, mas muitos deles não chegam a alguns grupos sociais, como por exemplo, a população de adolescentes e jovens que cumprem MSE. O intuito dessa proposta é abrir as portas do IBILCE para que os adolescentes e jovens possam entrar em contato com o conhecimento construído na Universidade de maneira que possam utilizá-lo para solucionar problemas e demandas sociais.

Esta proposta tem interesse em efetivar a parceria entre IBILCE/UNESP e SEMAS, visando possibilitar aos graduandos, pós-graduandos do IBILCE e aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE) em meio aberto a construção de valores morais, por meio de ações socioeducativas, fazendo uso da Pedagogia da Aprendizagem-serviço (ApS).

Tal parceria se justifica pelo fato da Universidade pública ser um espaço onde as relações democráticas podem ser construídas e vivenciadas. E é por meio das relações respeitadas que pretendemos aproximar os adolescentes e jovens que são atendidos pelos CREAS do ambiente universitário, como forma de despertar o desejo pelo conhecimento científico.

Cabe dizer que durante o ano de 2021 e primeiro semestre de 2022 técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social, estudantes de graduação e pós-graduação da UNESP e de outras Universidades, estudaram a Pedagogia de Aprendizagem-serviço para ser usada como metodologia no projeto de extensão *Cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por projetos de Aprendizagem-serviço e socioeducação*, com o estabelecimento da parceria com a SEMAS. Os membros do grupo de estudos oferecerão no segundo semestre de 2022, o curso de extensão intitulado *Fundamentos teóricos e práticos da pedagogia de aprendizagem-serviço (ApS)*, tanto para a comunidade do IBILCE, quanto para a comunidade externa à universidade. Este curso tem como objetivo *formar estudantes e profissionais oferecendo subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de projetos em ambiente escolar e não escolar baseados na metodologia da pedagogia da aprendizagem-serviço (ApS)*. O curso tem como público alvo, professores/as, psicólogos/as, assistentes sociais e demais profissionais que atuam nas áreas da Educação e da Assistência Social, além de estudantes dos cursos de graduação em pedagogia, psicologia, serviço social e licenciaturas.

Cabe salientar que esta proposta é uma das ações do Programa Educação, Ciência e Sociedade proposto pelo IBILCE/UNESP no processo de Curricularização das ações de

extensão.

## 2. Objetivos

### 2.1. Geral

Promover interação transformadora entre Universidade e adolescentes que estão em cumprimento da medida de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) por meio de atividades educativas fundamentadas na Aprendizagem-serviço.

### 2.2. Específicos

- O IBILCE/UNESP ser uma instituição acolhedora para os adolescentes e jovens cumprirem a medida socioeducativa de PSC;
- Oferecer oficinas socioeducativas para os adolescentes e jovens em cumprimento de PSC e de LA visando a construção de valores morais;
- Proporcionar aos adolescentes atividades que promovam o protagonismo e relações de cooperação e respeito mútuo;
- Oferecer aos adolescentes de PSC e LA contato com projetos de extensão do IBILCE/UNESP, visando despertar o desejo pelo conhecimento científico;
- Por meio da metodologia da ApS estimular a reflexão crítica sobre questões referentes ao meio ambiente, saúde, sexualidades, arte e cultura;
- Avaliar o impacto do projeto na percepção dos adolescentes de PSC e LA e dos universitários.

## 3. Metodologia

Como metodologia usaremos a Pedagogia da Aprendizagem-serviço (ApS) que consiste em realizar trabalhos por projetos voltados para as demandas sociais da comunidade. Esta é uma metodologia que parte do trabalho por projetos e incorpora o serviço à comunidade como dinamismo pedagógico na intervenção com adolescentes em risco social. Os projetos com serviço à comunidade permitem proporcionar aos adolescentes situações que não estão acostumados: o de cidadãos ativos e capazes de fazer coisas úteis e importantes para a sociedade. É uma metodologia que exige elaborar ações e imaginar processos que lhes permitam realizar coletivamente um desafio comum assumido pelo grupo (MARTÍN, 2014).

O processo de aprendizagem vai além da vontade de aprender, incorpora-se à maneira de viver do sujeito, modifica suas relações com o mundo, por isso, não podemos reduzir a aprendizagem à mera apreensão de conteúdos e tampouco o trabalho como a execução de uma atividade sem importância social.

Neste sentido, uma aprendizagem aprofundada relaciona-se à necessidade de articular os conhecimentos aprendidos a contextos reais. A extensão universitária além do



imprescindível compromisso ético da universidade com o desenvolvimento da sociedade, traz a possibilidade para esta articulação entre conhecimentos e sociedade.

A Aprendizagem-serviço (ApS) tem quatro finalidades principais (PUIG et al., 2007, p. 36):

1. Cidadania participativa
2. Integração e capital social
3. Educação em valores e pró-sociabilidade
4. Conhecimento e responsabilidade

A cidadania participativa trata da participação social informada, responsável, crítica, ativa em colaboração com outros, cuja finalidade são projetos que transcendem o auto interesse.

Integração e capital social relacionam-se aos vínculos sociais (legal, interpessoal, institucional, contratual, comunicativo) que garantem a vida em comum de maneira favorável a todos. O capital social contribui para a eficácia das instituições democráticas, melhora a gestão econômica, favorece o desenvolvimento e capacita para a superação dos problemas de ação coletiva.

A educação em valores está presente em todas as finalidades, mas aqui se trata de um objetivo explícito nas práticas. A solidariedade é o valor mais evidente neste tipo de metodologia. Outro aspecto fundamental a ser destacado é que, em sociedades plurais e multiculturais, temos realidades morais cada vez mais diversas. Com isso, a educação em valores não pode se dar apenas pela incorporação de valores tradicionais que são transmitidos de geração em geração. As novas circunstâncias nos obrigam a criar novos modos de vida e isso implica autonomia moral e criatividade. A educação em valores, neste contexto, é uma ajuda para aprender a viver por si mesmo de forma dialógica, seguindo, às vezes, um caminho já posto, e outras, utilizando uma bússola para encontrar o melhor caminho. São princípios éticos essenciais para guiar as pessoas em contextos novos, em que ainda não se estabeleceram ou consolidaram regras morais.

O conhecimento e a responsabilidade referem-se à aplicação prática daquilo que se aprende em função de problemas reais. Aqui se inserem questões relativas à utilidade e à responsabilidade do uso do conhecimento. Por meio da APS, a universidade demonstra que o saber pode ser utilizado para lutar contra os problemas e as limitações da realidade, ou seja, trata-se de compreender o conhecimento como algo capaz de melhorar a vida. Diante dos problemas da realidade, o conhecimento existente é utilizado para compreender e atuar sobre a realidade, mas também se produz um novo conhecimento. Com isso, priorizamos uma educação que não se dedica apenas à transmissão de conhecimentos já existentes, mas que

também estimula a investigação sobre novas formas de compreender e atuar num mundo em constante transformação.

#### 4. Equipe responsável pela execução do projeto

A equipe é constituída pela coordenadora e alunos de graduação e de pós-graduação do IBILCE/UNESP. Os membros do IBILCE serão responsáveis pela organização e condução das atividades tanto teóricas quanto práticas, sempre sob a supervisão e orientação de um técnico do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e da coordenadora deste presente projeto.

#### 5. Público

Adolescentes que estão em cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade - PSC e Liberdade Assistida - LA. Eles serão convidados pelos técnicos do CREAS, os que se interessarem pelo projeto poderão participar das atividades desenvolvidas no IBILCE/UNESP.

#### 6. Procedimento

A primeira etapa será uma formação (4 horas) oferecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) aos universitários, com o objetivo de explicar o papel da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Depois dessa formação, será agendada uma reunião no CREAS com os adolescentes que estão em cumprimento da medida socioeducativa de PSC e de LA. Nesta reunião os estudantes universitários junto com a coordenadora do projeto apresentarão os objetivos e como será realizado o projeto no IBILCE/UNESP. Os adolescentes serão convidados para fazer parte da equipe do projeto. Tanto a formação quanto o convite aos adolescentes acontecerão no CREAS.

Os adolescentes que aceitarem o convite, participarão de reuniões semanais para estudos e discussões reflexivas, ampliando o conhecimento e visão política sobre os temas discutidos. Os encontros serão organizados pelos universitários de maneira que os adolescentes sejam os protagonistas. Dentre os temas discutidos, serão trabalhadas informações que sejam do interesse dos adolescentes, sempre buscando estabelecer relações com contextos sociais e ambientais, para uma formação transformadora, crítica e valorativa. Segundo Martín (2014) um projeto de serviço à comunidade preconiza cinco fases:

1. Detectar as necessidades do entorno: as primeiras reuniões dos adolescentes com os universitários serão para levantarem as demandas da comunidade no entorno do local, observar o que pode ser feito e quais os interesses de todos.

2. Formular questões: que conhecimentos possuem que lhes permitam começar o trabalho?; que outras aprendizagens necessitam adquirir para realizarem o trabalho?

3. Elaborar informação: os adolescentes junto com os universitários farão um planejamento para a realização das atividades propostas.

4. Sintetizar as informações e realizar o serviço: o conjunto de aprendizagens adquiridas nas reuniões do grupo sobre os temas escolhidos serão colocadas em prática no campus do IBILCE.

5. Avaliar as aprendizagens e celebrar a experiência: a finalidade dessa fase é avaliar junto com os adolescentes o aprendizado adquirido com a experiência e o impacto do projeto na percepção deles. É neste momento que reforça-se a autoestima dos participantes celebrando o êxito do serviço voltado para a comunidade.

Cabe dizer que os adolescentes do cumprimento desta medida socioeducativa são referenciados a um técnico do CREAS, o qual dará suporte para todos os participantes deste projeto. As atividades serão feitas pelos adolescentes e jovens de PSC e LA com a supervisão e acompanhamento dos membros do IBILCE. Os adolescentes em cumprimento da medida de PSC, além de participarem das oficinas e de projetos extensionistas, terão que realizar serviços para a comunidade do IBILCE, pois faz parte do cumprimento da medida. O serviço que cada adolescente/jovem cumprirá será discutido e acordado entre IBILCE, técnico de referência do CREAS e adolescente de PSC. Um exemplo de serviço que poderão executar é auxiliar os servidores da STAEPE - Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão.

## 7. Resultados esperados, forma de avaliação e indicadores

Incluir os adolescentes que se sentem sem vínculos com instituições escolares e com a comunidade a qual pertencem e propor intervenções pedagógicas nas comunidades contribui para a aquisição de conhecimentos e favorece processos de inclusão social. Os problemas de conduta, as dificuldades acadêmicas ou os entornos de pobreza não são os fatores determinantes porque a ferramenta de Aprendizagem-serviço (ApS) propõe que os adolescentes possam contribuir com melhorias na comunidade (GARCÍA, ROVIRA, CASARES, 2018).

Esperamos que as atividades educativas sobre temas de interesse dos adolescentes por meio da metodologia de Projetos e Aprendizagem-serviço (ApS) (PUIG, 2007), contribua para a inserção social, o fortalecimento de vínculos comunitários e o desenvolvimento de valores morais entre os adolescentes participantes e os estudantes universitários.

A finalidade do trabalho por projetos com serviço à comunidade é favorecer a aquisição de aprendizagens e o desenvolvimento de competências a partir da ação comprometida dos adolescentes na busca de um bem comum.

## 8. Forma de avaliação

Levantamento das expectativas dos adolescentes antes do início da intervenção e avaliação da percepção deles ao final das ações, além de um diário mantido pelos integrantes do projeto sobre suas percepções. A documentação por fotos e vídeos também será usada para elaboração de um relatório anual, juntamente com todas as outras ferramentas citadas anteriormente, para avaliação do andamento do projeto. Além disso, teremos como meta a adesão de 100% dos adolescentes encaminhados para o cumprimento de medida socioeducativa de PSC e LA no do campus do IBILCE.

#### 9. Orçamento

Por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social não haverá custo adicional para o financiamento desta atividade, uma vez que, o acompanhamento dos adolescentes será operacionalizado pelo Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social.

#### 10. Cronograma

| ETAPAS                                   | Previsão de Realização por semestre                                                                                                                                                                                    |                     |
|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
|                                          | Descrição da atividade                                                                                                                                                                                                 | Período             |
| I - Parceria                             | Convênio entre IBILCE/UNESP e SEMAS                                                                                                                                                                                    | 2º sem/22           |
| II – Formação                            | Curso de extensão sobre ApS                                                                                                                                                                                            | 2º sem/22           |
| III – Constituição da equipe de trabalho | Coordenadora, profissionais do CREAS, graduandos e pós-graduandos do IBILCE/UNESP                                                                                                                                      | Início do 1º sem/23 |
| IV – Formação da equipe                  | Formação de 4h oferecida pelo CREAS aos universitários                                                                                                                                                                 | 1º sem/23           |
| V - Apresentação do projeto ao público   | Apresentação e convite aos adolescentes de MSE para participarem (LA e PSC)<br>Local (CREAS)                                                                                                                           | Final do 1º sem/23  |
| VI – Execução (metodologia ApS)          | Desenvolvimento das atividades por meio da pedagogia de projetos                                                                                                                                                       | 2º sem/23           |
|                                          | Recepção e apresentação do campus aos adolescentes e realização de oficinas socioeducativas:                                                                                                                           | 2º sem/23 em diante |
|                                          | a) Detectar as necessidades do entorno: as primeiras reuniões dos adolescentes com os universitários serão para levantamento das demandas da comunidade, observar o que pode ser feito e quais os temas de interesses. |                     |



|                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                     |
|--------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
|                                      | <p>b) Formular questões: que conhecimentos possuem que lhes permitam começar o trabalho?; que outras aprendizagens necessitam adquirir para realizarem o trabalho?</p> <p>c) Elaborar informação: os adolescentes junto com os universitários farão um planejamento para a realização das atividades na comunidade.</p> <p>d) Sintetizar as informações e realizar o serviço: o conjunto de aprendizagens adquiridas nas oficinas sobre os temas escolhidos serão colocadas em prática no campus e fora do campus.</p> <p>e) Avaliar as aprendizagens e celebrar a experiência: avaliar o aprendizado adquirido com a experiência e o impacto do projeto na percepção deles. É neste momento que se reforça a autoestima dos participantes celebrando o êxito do serviço voltado para a comunidade.</p> |                     |
| <b>VII - Reuniões da equipe</b>      | Reuniões periódicas para discussão e elaboração das atividades                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 1º e 2º sem de 2023 |
| <b>VIII-Elaboração de relatórios</b> | Todas as ações serão registradas em diários de campo para a elaboração dos relatórios e entrega nos prazos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 1º e 2º sem de 2023 |

## 11. Referências

BRASIL. Lei Federal no. 8.069, de 13 de julho de 1990, com suas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

\_\_\_\_\_. Levantamento anual SINASE 2017. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf> acesso em 15/04/2021 às 10:19.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12594 de 18 de janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a Lei 8.742 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Marco Legal: saúde um direito de adolescentes. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde: área da saúde do adolescente e jovem, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativa em meio aberto. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

GALDEANO, Ana Ana Paula; Almeida, RONALDO (Coord.) Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho. São Paulo: CEBRAP, 2018.

SILVA, Ana Célia. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para



a alteridade. In: NASCIMENTO, A.D.; HETKOWSKI, T.M., (Orgs). Memória e formação de professores. Salvador: EDUFBA, 2007.

ARAÚJO, U.F.; PUIG, J.M. ARANTES, V. A. (org). Educação e valores: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

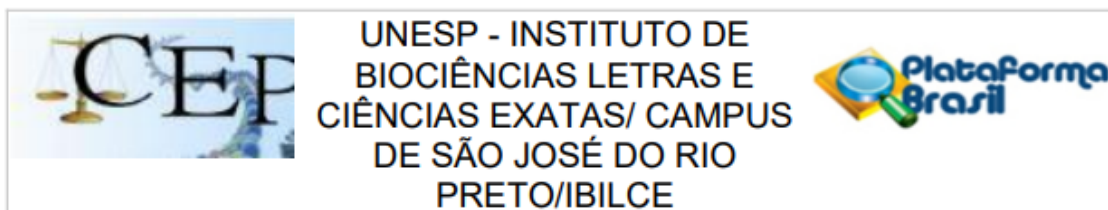
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Brasília, Distrito Federal: 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, Distrito Federal: 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. ePub. ISBN 978-85-7753-228-5.

GARCÍA, Xus Martín; ROVIRA, Josep Maria Puig; CASARES, Mónica Gijón. Reconocimiento y don em la educación social. *Edetania*, Espanha, v. 53, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6581950>. Acesso em: 17 Maio 2020.

## ANEXO 2 - PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Aprendizagem Serviço e Prestação de Serviços à Comunidade: Uma proposta de intervenção com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto

**Pesquisador:** MONICA COSTA BUENO DE ARAUJO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 79437824.0.0000.5466

**Instituição Proponente:** Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas/ Campus de São José do

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.853.526

#### Apresentação do Projeto:

O projeto proposto intitula-se "Aprendizagem Serviço e Prestação de Serviços à Comunidade: Uma proposta de intervenção com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto". O presente estudo partiu, a princípio, da inquietação em conjunto com as equipes técnicas de atendimento em relação às metodologias de trabalho aplicadas no contexto da socioeducação, especialmente na atuação com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Após a aproximação com a metodologia da Aprendizagem Serviço (ApS), que visa a realização de atividades voltadas à comunidade, com a conquista de conhecimentos e competências dos participantes, além do desenvolvimento de habilidades e valores, foi proposto um projeto em parceria da Secretaria Municipal de Assistência Social e a UNESP para execução da PSC. Para tanto o objetivo desse trabalho é apresentar a proposta de execução de medida socioeducativa de PSC com a metodologia pedagógica da ApS, com base na percepção dos adolescentes e dos atores envolvidos no projeto. A natureza da pesquisa é social, qualitativa e exploratória.

#### Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem como objetivo principal apresentação e análise da proposta de execução de

**Endereço:** Rua Cristóvão Colombo, 2265 - Prédio principal, Ala 1, 1º andar, sala 9.

**Bairro:** JARDIM NAZARETH

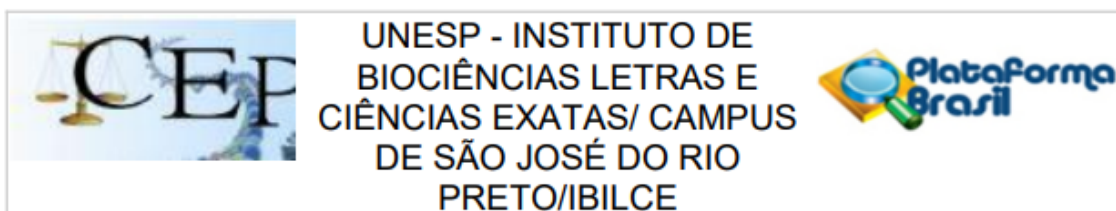
**CEP:** 15.054-000

**UF:** SP

**Município:** SAO JOSE DO RIO PRETO

**Telefone:** (17)3221-2480

**E-mail:** cep.ibilce@unesp.br



Continuação do Parecer: 6.853.526

medida socioeducativa de PSC com a metodologia pedagógica da ApS, com base na percepção dos adolescentes e dos atores envolvidos no projeto. A proposta contempla ainda objetivos específicos: (a) levantar e apresentar conceitos de adolescência e juventude no contexto infracional e relacionar com o cenário de aplicação do projeto. (b) levantar, nos documentos legais, orientações metodológicas de execução da PSC. c) apresentar a ApS enquanto metodologia pedagógica no âmbito de atuação com jovens/adolescentes em vulnerabilidade e risco. (d) relacionar a ApS ao cumprimento da medida socioeducativa de PSC, enquanto metodologia pedagógica. (e) levantar a percepção de jovens e adolescentes que cumpriram PSC na Universidade com a metodologia pedagógica da ApS. (f) verificar a percepção dos estudantes de graduação que atuaram no projeto fazendo uso da ApS no cumprimento da PSC.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

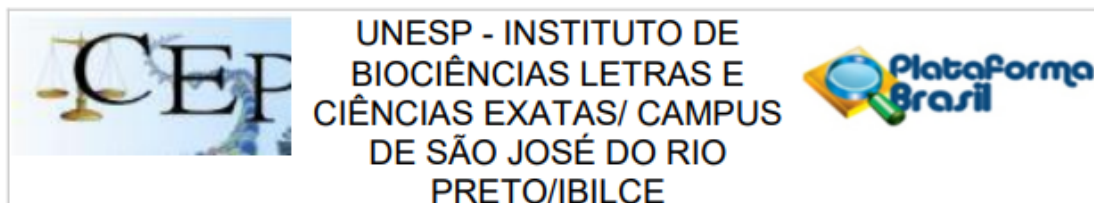
Conforme descreve a proponente, a pesquisa apresenta o risco de desconforto psíquico ou outro dano possível a sua saúde mínimo segundo a literatura científica atual, mas, caso ocorra tal situação, será encaminhado para a unidade de saúde adequada.

Com relação aos benefícios, a pesquisadora explica que o estudo tem uma importante relevância, uma vez considerado o percurso apresentado de construção de uma nova proposta metodológica de intervenção com os adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. A pesquisa contribui ainda para promover e divulgar a metodologia da ApS, como forma de inovação e atualização no campo de conhecimento metodológico em relação à execução em serviços de medidas socioeducativas em meio aberto. Além disso, por considerar a ótica da percepção dos adolescentes e jovens atendidos, promove e estimula a participação ativa deste público na construção de propostas de intervenção junto aos serviços executores de medidas socioeducativas em meio aberto, além de contribuir para a melhoria na qualidade do atendimento prestado aos adolescentes, uma vez que traz as contribuições sob a concepção do conhecimento científico.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Nas informações do projeto, verifica-se que a pesquisa prevê um número de 10 participantes. Serão realizadas entrevistas com os adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa de PSC no projeto que envolve a metodologia pedagógica de Aprendizagem Serviço - ApS, tendo como entidade acolhedora o Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - IBILCE/UNESP. O roteiro foi elaborado com 10 perguntas, cada uma com um

**Endereço:** Rua Cristóvão Colombo, 2265 - Prédio principal, Ala 1, 1º andar, sala 9.  
**Bairro:** JARDIM NAZARETH **CEP:** 15.054-000  
**UF:** SP **Município:** SAO JOSE DO RIO PRETO  
**Telefone:** (17)3221-2480 **E-mail:** cep.ibilce@unesp.br



Continuação do Parecer: 6.853.526

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO JOSE DO RIO PRETO, 28 de Maio de 2024

---

**Assinado por:**  
**Claudia Regina Bonini Domingos**  
 (Coordenador(a))

**Endereço:** Rua Cristóvão Colombo, 2265 - Prédio principal, Ala 1, 1º andar, sala 9.

**Bairro:** JARDIM NAZARETH

**CEP:** 15.054-000

**UF:** SP

**Município:** SAO JOSE DO RIO PRETO

**Telefone:** (17)3221-2480

**E-mail:** cep.ibilce@unesp.br

Sistema PROEC



Curso Presencial - Curso de Extensão Universitária e Cultura - PRESENCIAL  
Curso de extensão  
Curso Presencial  
Extensão

Responsável: Luciana Aparecida Nogueira da Cruz

### Identificação

Criação: 07/08/2023 - 18:08:48 Tamanho: 0,10 MB

Mesorregião: São José do Rio Preto



10/07/2025, 11:08

Sistema PROEC

**Microrregião:** São José do Rio Preto  
**Município:** São José do Rio Preto  
**Data de Início Prevista\*:** 30/09/2023  
**Data de Término Prevista\*:** 14/10/2023  
**Telefone para Contato \*:** 17996116449  
**E-mail para Contato\*:** luciana.cruz@unesp.br

### Classificação da Extensão Universitária

**Área de Conhecimento \*:**

(grande área / área)

1 - Ciências Humanas / Educação

**Área temática \*:**

1 - Meio Ambiente

**Linha Programática \*:**

1 - Educação Ambiental

**Inclua os ODS ligados ao curso\*:**



### Enquadramento temático

**Palavra Chave\*:**

1 - Educação ambiental

### Anexos

**Anexos:**

Arquivos anexados disponíveis em: ações extencionistas ► consulta ► visualizar proposta

### Homepages e Links

**Homepage :**

**Links :**

### Dados Complementares

**Orientações:**

Informações complementares deverão ser informadas em um documento de texto.

Faça o download do modelo referente a esta modalidade, no site abaixo, preencha as informações conforme instruções no arquivo, exporte para o formato PDF e anexe no campo abaixo. <https://www2.unesp.br/portal#!/proex/central-de-servicos-de-extensao/sisproec/>

**PDF com os dados complementares\*:**

Arquivos anexados disponíveis em: ações extencionistas ► consulta ► visualizar proposta

1 - Arquivo: curso\_presencial\_v1.1.pdf

Criação: 10-08-2023 - 17:08:30 Tamanho: 0,25 MB

## Estrutura

### Objetivo(s) do Curso \*:

Geral: Formar estudantes e profissionais oferecendo subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de projetos em ambiente escolar e não escolar baseados da metodologia da pedagogia da aprendizagem-serviço (ApS) Específicos: 1. Apresentar os conceitos básicos de aprendizagem-serviço, sua fundamentação e seu valor pedagógico; 2. Identificar dentre as experiências educativas habituais dos participantes características e semelhanças com a aprendizagem-serviço; 3. Estimular a prática da aprendizagem-serviço em projetos futuros.

### Equipe\*:

1 - Nome: Mariana Camarão Rodrigues

Tipo de Participante: Aluno de Pós

Função:

Início: 26/08/2023 Término: 30/09/2023

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9765379640834904>

2 - Nome: Micheli Ferraz Fedozzi

Tipo de Participante: Aluno de Pós

Função:

Início: 26/08/2023 Término: 30/09/2023

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0782896895846642>

3 - Nome: Monica Costa Bueno de Araujo

Tipo de Participante: Aluno de Pós

Função:

Início: 26/08/2023 Término: 30/09/2023

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0144541652108490>

### Resumo do Curso (release) \*:

O curso tem como foco apresentar estudos da pedagogia da Aprendizagem-serviço (ApS); conceitos teóricos e práticos da ApS; a ApS em ambientes escolares e não escolares; elaboração de projetos de ApS. É voltado para os graduandos que atuam nas ações de extensão e aos profissionais das instituições parceiras.

## Vagas/Inscrição

Número Total de Vagas\*: 30

Número Total de Vagas GRATUITAS (Obrigatório Mínimo de 10% do Total das Vagas)\*: 30

Perfil dos Candidatos ao Curso\*:

Grupo / Público Alvo

1 - Público (externo) em geral / Público (externo) em geral

2 - Público (interno) em geral / Público (interno) em geral

10/07/2025, 11:08

Sistema PROEC

**Inscrições**

Local de Inscrição \*: IBILCE/UNESP  
 Período de Inscrição - Início\*: 25/09/2023  
 Período de Inscrição - Fim\*: 29/09/2023  
 Taxa de Inscrição\*: 0

**Anuência e Indicação do Relator pelo Chefe do Departamento****Anuência****Anuência do Chefe do Departamento**

A proposta tem a anuência do departamento ?\*: Sim  
 Relator: Maevi Anabel Nono  
 Justificativa em caso de resposta negativa :

Se tiver dúvidas sobre o curso e quiser solicitar informações ao proponente.:

Marque Anuência " SIM" e Escolha o encaminhamento departamento solicita informações ao proponente.

**Avaliação do Relator do Departamento****Parecer Departamento****Parecer Departamento**

Enquadramento como Curso de Extensão Universitária \*:

Trata-se de curso de Extensão Universitária por meio do qual se proporcionará conhecimento sobre determinada área a um grupo específico.

Composição e Qualificação do Corpo Docente \*:

Corpo docente composto pela coordenadora e alunas de pós-graduação com formação na área do curso.

Justificativa para a Realização do Curso \*: Justificativa bem explicitada pela coordenadora.

Estrutura do Curso \*: Curso com estrutura adequada e apresentada de forma detalhada pela coordenadora.

Abrangência do curso \*: Adequada.

Processo de Avaliação do Curso \*:

O processo de avaliação está descrito pela coordenadora e se mostra adequado diante dos objetivos do curso.

Parecer do Relator \*: Parecer favorável à aprovação do curso.

**Manifestação do Departamento****Manifestação Departamento****Manifestação Departamento**

Manifestação Departamento \*:



"Ad referendum" do Conselho do Departamento de Educação, aprovo a proposta apresentada.

## Anuência e Indicação do Relator pelo Chefe da CPEUC

 Informações confidenciais

## Avaliação do Relator da CPEUC

### Parecer CPEUC

#### Parecer CPEUC

##### Enquadramento como Curso de Extensão Universitária \*:

O curso atende à RESOLUÇÃO UNESP Nº 74, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019, que regulamenta os Cursos de Extensão Universitária, presenciais e a distância, oferecidos pela UNESP.

##### Composição e Qualificação do Corpo Docente \*:

A equipe executora do Curso (Corpo Docente) é composta por 4 pessoas: - Profª. Drª. Luciana Aparecida Nogueira da Cruz, docente do Departamento de Educação do IBILCE e também proponente e coordenadora do Curso; - Micheli Ferraz Fedozzi, pós-graduanda do Programa de Pós-graduação em Ensino e Processos Formativos do Ibilce/Unesp; - Mônica Costa Bueno de Araújo, pós-graduanda do Programa de Pós-graduação em Ensino e Processos Formativos do Ibilce/Unesp; - Mariana Camarão Rodrigues, pós-graduanda do Programa de Pós-graduação em Ensino e Processos Formativos do Ibilce/Unesp.

##### Justificativa para a Realização do Curso \*:

De acordo com a justificativa apresentada na proposta, este curso de extensão temático se faz necessário para formar os estudantes e educadoras que atuam nas ações extensionistas que têm como fundamentação a Aprendizagem Serviço (ApS). Ainda de acordo com a proposta em apreciação, a Aprendizagem Serviço (ApS) é uma pedagogia que preconiza o protagonismo das crianças e adolescentes e para incluir e ativar processos de cidadania busca trabalhar o cuidado com a pessoa; o acompanhamento da reconstrução de projetos vitais; o fortalecimento do tecido social; o fomento do acesso à cultura; a facilitação da incorporação ao mundo do trabalho e o estímulo à tomada de consciência política. Trata-se de atividade educativa que liga a aquisição de conhecimentos e competências com sua aplicação prática para a melhor realização de um serviço útil a comunidade, tendo argumentos suficientes para mudar o sentido da aprendizagem e o sentido da cidadania. Trabalhando coletivamente, com o envolvimento dos conhecimentos e habilidades de todo o grupo e tomando decisões de forma democrática, os participantes realizam um serviço que carrega em si um exercício de responsabilidade cívica, pois o mesmo demanda intervenção para o bem comum, a partir da análise crítica das necessidades da comunidade.

##### Estrutura do Curso \*:

O curso tem um total de 20 horas presenciais, distribuídas em 4 encontros (aulas), previstos para os dias 30/09, 06/10, 07/10 e 14/10. Consistem em aulas expositivas

dialogadas; atividades de discussão e elaboração de textos em grupo; discussão de vídeos e filmes que abordam temas referentes ao curso. Os dois primeiros encontros perfazem cada um 6 horas, sendo 5 a cargo da coordenadora e uma a cargo das demais integrantes da equipe executora. Os dois últimos encontros somam cada um quatro horas. No que diz respeito aos tópicos, o curso está assim dividido: Aula 1 – Introdução à ApS; Aula 2 – Planejamento; Execução Aula 3 – Encerramento e Multiplicação Aula 4 – Entrega e Discussão do Trabalho Final

#### **Abrangência do curso \*:**

Estudantes de graduação de cursos de licenciatura (preferencialmente os que participam de ações extensionistas) e profissionais (pedagogos/as, psicólogos/as e/ou assistente social) das instituições parceiras das ações de extensão do IBILCE/UNESP.

#### **Processo de Avaliação do Curso \*:**

A avaliação leva em conta tanto a frequência como a participação nas atividades propostas. Também tem como exigência a elaboração de um plano de atividades de extensão pautado na Aprendizagem Serviço (ApS). Os indicadores para alcançar os ODS serão avaliados a partir dos planos elaborados, uma vez que as ações extensionistas visam temas voltados para "Educação de qualidade" e "Segurança alimentar".

#### **Parecer do Relator \*:**

À vista do exposto e considerando que a presente Proposta (i) contempla o propósito de articular ensino, pesquisa e extensão, permitindo e estimulando o compartilhamento do conhecimento produzido na Universidade em benefício da sociedade, (ii) apresenta coerência entre conteúdo programático, metodologia e objetivos e (iii) atende à disposição legal, diga-se Resolução Unesp nº 74/2019, que regulamenta os Cursos de Extensão Universitária, presenciais e a distância, oferecidos pela UNESP, manifesto-me de forma favorável à aprovação deste expediente.

## **Manifestação CPEUC**

### **Manifestação CPEUC**

#### **Manifestação CPEUC**

##### **Manifestação CPEUC \*:**

A Comissão Permanente de Extensão Universitária e Cultura em reunião realizada em 14 de novembro de 2023 deliberou, por unanimidade, pela aprovação da proposta do curso de extensão.

## **Anuência e Manifestação da Congregação**

### **Manifestação Congregação**

#### **Manifestação Congregação**

A proposta tem a anuência da Congregação ?\*: Sim

Justificativa \*: Delegada competência da Congregação à CPEUC para deliberar sobre o assunto.

## Verificação - Curricularização

### Cadastro de PAEG

#### Curricularização

O Curso de Extensão terá Plano de Atividade de Extensão na Graduação (PAEG) ?\*: Não

## Curso em Execução

### Curso em Execução

#### Curso em Execução

##### Encaminhamentos:

Se a proposta foi executada, escolher o encaminhamento "Cadastro de Relatório Final"

Se a proposta "NÃO" foi executada, escolher o encaminhamento "Não Executado"

## Cadastro de Relatório Final

### Cadastro de Relatório Final

#### Cadastro de Relatório Final

Data de Início Realizada\*:

Data de Início Prevista\*: 30/09/2023

Data de Término Realizada\*:

Data de Término Prevista\*: 14/10/2023

Carga Horária\*:

Carga Horária\*:

1 - Temático - 8h a 30h

#### Atividades Realizadas:

Descreva \*:

Leitura e discussão de textos, aulas expositivas e dialogadas em quatro encontros presenciais no IBILCE/UNESP, campus de São José do Rio Preto. Ao final do curso, os participantes elaboraram e entregaram como avaliação final um pré-projeto de extensão a partir da metodologia ensinada no curso.

Objetivos Alcançados\*:

Objetivo(s) do Curso \*:

Geral: Formar estudantes e profissionais oferecendo subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de projetos em ambiente escolar e não escolar baseados da metodologia da pedagogia da aprendizagem-serviço (ApS) Específicos: 1. Apresentar os conceitos básicos de aprendizagem-serviço, sua fundamentação e seu valor pedagógico; 2. Identificar dentre as experiências educativas habituais dos participantes características e semelhanças com a aprendizagem-serviço; 3. Estimular a prática da aprendizagem-serviço em projetos futuros.

10/07/2025, 11:08

Sistema PROEC

**Numero Total de Vagas\*:****Número Total de Vagas\*:** 30**Numero de Inscritos.\*:** 30**Quantidade de Concluintes.\*:** 30**Instituições Parceiras:****Instituições Parceiras:**

Arquivos anexados disponíveis em: ações extencionistas ► consulta ► visualizar proposta

**1 - Instituição:** Associação Anjo da Guarda **Tipo:** Terceiro Setor – OSC, ONG, OSCIP e OS**Aceite:** 23\_carta\_anuencia\_23.jpeg**Criação:** 07/08/2023 - 18:08:48 **Tamanho:** 0,10 MB**Equipe\*:****Equipe\*:****1 - Nome:** Luciana Aparecida Nogueira da Cruz**Tipo de Participante:** Docente**Função:**

Coordenador

**Início:** 30/09/2023 **Término:** 14/10/2023**2 - Nome:** Mariana Camarão Rodrigues**Tipo de Participante:** Aluno de Pós**Funções:**

Colaborador

Monitor

**Início:** 26/08/2023 **Término:** 30/09/2023**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9765379640834904>**3 - Nome:** Micheli Ferraz Fedozzi**Tipo de Participante:** Aluno de Pós**Funções:**

Colaborador

Monitor

**Início:** 26/08/2023 **Término:** 30/09/2023**Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0782896895846642>**4 - Nome:** Monica Costa Bueno de Araujo**Tipo de Participante:** Aluno de Pós**Funções:**

Colaborador

Monitor

**Início:** 26/08/2023 **Término:** 30/09/2023**Lattes:** <https://lattes.cnpq.br/0144541652108490>**Alunos de Extensão**

Inclua os participantes do Curso



## Critério de Avaliação: CONCEITO

Frequência Mínima: 70%

- 1 - nome: Gabriela Cavarzan Pereira; e-mail: gabriela.cavarzan@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 2 - nome: Amanda Monique de Magalhães; e-mail: amanda.magalhaes@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 3 - nome: Anna Kikuichi Silveira; e-mail: anna.kikuichi@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 4 - nome: Ana Laura Nunes Pereira de Rosa; e-mail: ana.l.rosa@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 5 - nome: Cintia Aparecida Nance Santana; e-mail: c.nance@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 6 - nome: Damaris da Rocha Pardini Barbosa; e-mail: drp.barbosa@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 7 - nome: Gabriel Naoki Ono Kanesaki; e-mail: gabriel.naoki@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 8 - nome: Gabrielly Vitória de Oliveira Rocha; e-mail: gabrielly.vitoria@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 9 - nome: Giulia Rigolin; e-mail: giulia.rigolin@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 10 - nome: Ingrid Milena de Melo; e-mail: ingrid.melo@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 11 - nome: Iomar Campos Verpa; e-mail: ic.verpa@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 12 - nome: Isabella Narezzi; e-mail: i.narezzi@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 13 - nome: Julia Simioni Pereira; e-mail: julia.simioni@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 14 - nome: Keyla Beatriz Gois; e-mail: keyla.gois@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 15 - nome: Larissa Ferreira Flores; e-mail: larissa.flores@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 16 - nome: Julia Vitória de Carvalho; e-mail: julia.v.carvalho@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 17 - nome: Letícia Boiago; e-mail: leticia.boiago@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;
- 18 - nome: Letícia Rodrigues Meneghelli Batista; e-mail: leticia.meneghelli@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

10/07/2025, 11:08

Sistema PROEC

19 - nome: Lorena Evaristo Bertoni; e-mail: lorena.e.bertoni@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

20 - nome: Maria Eduarda Davanco Codonho; e-mail: davanco.codonho@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

21 - nome: Maria Eduarda Gaglianone; e-mail: maria.gaglianone@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

22 - nome: Maria Luiza Corrêa de Paula; e-mail: maria.c.paula@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

23 - nome: Mikelli Beatriz de Souza Barbosa; e-mail: mikelli.beatriz@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

24 - nome: Nathalia Leonel Montes; e-mail: nathalia.leonel@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

25 - nome: Raiane Fernandes Marcelino; e-mail: raiane.fernandes@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

26 - nome: Raissa Amanda Martines Hostiano; e-mail: raissa.hostiano@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

27 - nome: Rayane Carvalho da Silva; e-mail: rayane-carvalho.silva@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

28 - nome: Vitória Silva Baleeiro; e-mail: vitoria.baleeiro@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

29 - nome: Victoria Maria Tin de Souza; e-mail: victoria.tin@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

30 - nome: Fernanda Marin Tomaz de Souza Mansur; e-mail: f.mansur@unesp.br; instituição: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; frequência: 100%; conceito: APROVADO;

#### Avaliação do coordenador

##### Aspectos Positivos:

##### Descreva \*:

Foi positiva a participação dos cursistas nas discussões sobre os temas abordados nos textos e nas aulas; O conhecimento desenvolvido durante o curso sobre a metodologia da Aprendizagem Serviço serviu de base para o desenvolvimento de projetos de extensão de alunos da graduação; As alunas da pós-graduação (mestrado) puderam ministrar atividades didáticas durante o curso, o que colaborou para a formação acadêmica delas.

##### Dificuldades Encontradas:

Descreva \*: Não houve

10/07/2025, 11:08

Sistema PROEC

**Informações Complementares****Material produzido:**

Exemplo: Textos Didáticos, Artigos, etc...

**Descreva(SE HOUVER) :****Arquivos de materiais produzidos(SE HOUVER):**

Arquivos anexados disponíveis em: ações extencionistas ► consulta ► visualizar proposta

**Equipe****Equipe****Função: Colaborador****Nome:** Mariana Camarão Rodrigues**Tipo de Participante:** Aluno de Pós**Período Previsto:** 26/08/2023 à 30/09/2023**Período Realizado:** 30/09/2023 à 14/10/2023**Participante Atuou nesta função:** Sim**Carga horária:** 5 Horas**Atividade Realizada:**

Colaborou com a elaboração, organização e execução das atividades do curso de extensão e foi monitora nas atividades do curso.

**Nome:** Micheli Ferraz Fedozzi**Tipo de Participante:** Aluno de Pós**Período Previsto:** 26/08/2023 à 30/09/2023**Período Realizado:** 30/09/2023 à 14/10/2023**Participante Atuou nesta função:** Sim**Carga horária:** 5 Horas**Atividade Realizada:**

Colaborou com a elaboração, organização e execução das atividades do curso de extensão e foi monitora nas atividades do curso

**Nome:** Monica Costa Bueno de Araujo**Tipo de Participante:** Aluno de Pós**Período Previsto:** 26/08/2023 à 30/09/2023**Período Realizado:** 30/09/2023 à 14/10/2023**Participante Atuou nesta função:** Sim**Carga horária:** 6 Horas**Atividade Realizada:**

Colaborou com a elaboração, organização e execução das atividades do curso de extensão e foi monitora nas atividades do curso.

**Função: Coordenador****Nome:** Luciana Aparecida Nogueira da Cruz**Tipo de Participante:** Docente**Período Previsto:** 30/09/2023 à 14/10/2023**Período Realizado:** 30/09/2023 à 14/10/2023**Participante Atuou nesta função:** Sim**Carga horária:** 20 Horas

**Atividade Realizada:**

Coordenação do curso

**Função: Monitor**

Nome: Monica Costa Bueno de Araujo

**Tipo de Participante:** Aluno de Pós

**Período Previsto:** 26/08/2023 à 30/09/2023

**Período Realizado:** 30/09/2023 à 14/10/2023

Participante Atuou nesta função: Sim

**Carga horária: 5 Horas**

**Atividade Realizada:**

Colaborou com a elaboração, organização e execução das atividades do curso de extensão e foi monitora nas atividades do curso.

Nome: Mariana Camerão Rodrigues

**Tipo de Participante:** Aluno de Pós

Período Previsto: 26/08/2023 à 30/09/2023

**Período Realizado:** 30/09/2023 à 14/10/2023

Participante Atuou nesta função: Sim

**Carqa horária: 5 Horas**

**Atividade Realizada:**

Colaborou com a elaboração, organização e execução das atividades do curso de extensão e foi monitora nas atividades do curso.

Nome: Micheli Ferraz Fedozzi

**Tipo de Participante:** Aluno de Pós

Período Previsto: 26/08/2023 à 30/09/2023

Período Realizado: 30/09/2023 à 14/10/2023

Participante Atuou nesta função: Sim

**Carga horária: 5 Horas**

**Atividade Realizada:**

Colaborou com a elaboração, organização e execução das atividades do curso de extensão e foi monitora nas atividades do curso.

## Informações Financeiras

## Informações Financeiras

**Orientações para preenchimento:**

Registre abaixo as informações financeiras referentes ao Curso de Extensão

## Informações Financeiras

|                                       |                 |  |                 |
|---------------------------------------|-----------------|--|-----------------|
| Resumo Financeiro                     |                 |  |                 |
| Tipo - SAIDA   TCDU e Taxa da Unidade |                 |  |                 |
| TCDU projetada                        | TCDU Recolhida: |  | (-)<br>R\$ 0,00 |



10/07/2025, 11:08

Sistema PROEC

|                                                 |                 |              |              |
|-------------------------------------------------|-----------------|--------------|--------------|
| (mínimo de 5% das inscrições):                  |                 |              |              |
| Taxa da Unidade projetada (mínimo de 0%):       | Taxa Recolhida: |              | (-) R\$ 0,00 |
| Taxa do Interveniente projetada (mínimo de 0%): | Taxa Recolhida: |              | (-) R\$ 0,00 |
| <b>Subtotal:</b>                                |                 | (+) R\$ 0,00 | (-) R\$ 0,00 |
| <b>Saldo:</b>                                   |                 | (+) R\$ 0,00 |              |

## Anuência pelo Chefe do Departamento - Relatório Final

### Anuência do Chefe do Departamento - Relatório Final

#### Anuência do Chefe do Departamento - Relatório Final

A proposta tem a anuência do departamento ?\*: Sim

Descreva a justificativa em caso de resposta negativa e depois encaminhe para "Curso Não Aprovado". :

## Anuência e Indicação do Relator pelo Responsável da CPEUC - Relatório Final

 Informações confidenciais

## Avaliação do Relator da CPEUC - Relatório Final

### Parecer do Relator da CPEUC - Relatório Final

#### Parecer do Relator da CPEUC - Relatório Final

Parecer do Relator da CPEUC - Relatório Final \*:

Análise: De acordo com as informações cadastradas no relatório final, o curso realizou-se presencialmente, por uma equipe formada pela professora proponente e três colaboradores, estudantes de pós-graduação, tendo a participação de 30 inscritos, todos aprovados, e parceria da OSC Associação Anjo da Guarda. Os objetivos traçados foram

10/07/2025, 11:08

Sistema PROEC

alcançados plenamente, sendo o geral "formar estudantes e profissionais oferecendo subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de projetos em ambiente escolar e não escolar baseados da metodologia da pedagogia da aprendizagem-serviço (ApS)" e os específicos "apresentar os conceitos básicos de aprendizagem-serviço, sua fundamentação e seu valor pedagógico; identificar dentre as experiências educativas habituais dos participantes características e semelhanças com a aprendizagem-serviço; estimular a prática da aprendizagem-serviço em projetos futuros". As estratégias metodológicas empregadas para tanto foram o desenvolvimento de leitura e de discussão de textos e realização de aulas expositivas e dialogadas em quatro encontros presenciais no IBILCE/UNESP, campus de São José do Rio Preto. Como avaliação final, os participantes elaboraram e entregaram um pré-projeto de extensão, a partir da metodologia enfocada no curso. A coordenadora avalia que a participação dos cursistas foi positiva, tanto nas discussões sobre os temas abordados nos textos quanto nas aulas. De acordo com sua análise, o conhecimento desenvolvido durante o curso sobre a metodologia da Aprendizagem Serviço serviu de base para o desenvolvimento de projetos de extensão de alunos da graduação. As alunas da pós-graduação (mestrado) puderam ministrar atividades didáticas durante o curso, o que colaborou para sua formação acadêmica. Parecer: Tendo em vista os resultados favoráveis registrados, sou de parecer favorável à aprovação do relatório final apresentado pela proponente.

## Manifestação da CPEUC - Relatório Final

### Manifestação da CPEUC - Relatório Final

#### Manifestação da CPEUC - Relatório Final

Manifestação da CPEUC - Relatório Final \*: Aprovado por unanimidade em 13/08/2024.

## Anuência e Manifestação da Congregação - Relatório Final

### Anuência e Manifestação da Congregação - Relatório Final

#### Anuência e Manifestação da Congregação - Relatório Final

O Relatório Final tem a anuência da Congregação ?\*: Sim

Manifestação da Congregação \*: Competência delegada à CPEUC.

## Certificação da Extensão

 Etapa atual em andamento